

LUCIANA PINHEIRO VIEGAS

**POSSIBILIDADES E LIMITES DE INSERÇÃO
DO ASSENTAMENTO AMARAJI NA ATIVIDADE
TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO - PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Vanice Santiago Fragoso Selva, Dr^a.

RECIFE, AGOSTO DE 2006.

V656p Viegas, Luciana Pinheiro

Possibilidades e limites de inserção do assentamento Amaraji na atividade turística do município de Rio Formoso - PE. – Recife: O Autor, 2006.

127 folhas : il., fig., tab., quadros, plantas, fotos, mapas.

Orientadora: Vanice Santiago Fragoso Selva

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia. Recife, 2006.

Apêndices.

1. Turismo 2. Atividades não-agrícolas 3. assentamentos rurais I. Título.

**CDU: 379.85 (2. ed.)
CDD: 338.4791(22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/18**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

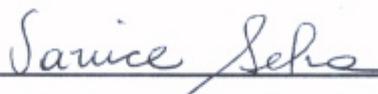
LUCIANA PINHEIRO VIEGAS

POSSIBILIDADES E LIMITES DE INSERÇÃO
DO ASSENTAMENTO AMARAJI NA ATIVIDADE
TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO - PE

BANCA EXAMINADORA

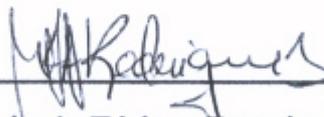
TITULARES

Orientador:



Prof^a. Dr^a. Vanice Santiago Fragoso Selva – UFPE

1. Examinador:



Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues - UFPB

2. Examinador:



Prof^a. Dr^a. Aldemir Dantas Barboza - UFPE

SUPLENTES

1. Examinador:



Prof^o Dr. Caio A. Amorim Maciel - UFPE

2. Examinador:



Prof^o Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira - UFPE

Aprovada em 23 / 08 / 2006

Aos meus pais, Josilda e Gilberto, pelo amor e pelas doces palavras que me fizeram acreditar nesta constante busca por novos desafios, apesar dos 3.400 km que nos separam.

Ao meu grande irmão Daniel, um companheiro, pela compreensão, pelo amor e acalento em todas as horas.

Ao Carlinhos, meu grande companheiro, pela paciência e pelo amor com que caminha ao meu lado.

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Especialmente a minha orientadora, a Professora Vanice Santiago Fragoso Selva, pelo incentivo à pesquisa científica, pela paciência, pelo carinho com que me recebeu em sua casa diversas vezes para esclarecer dúvidas e trocar idéias, pelas discussões enriquecedoras e por acreditar no espaço rural como um espaço de criatividade e novas perspectivas para os trabalhadores rurais assentados na luta por dias melhores.

Ao Professor Caio Augusto Amorim Maciel pelas aventuras intelectuais em campo, foram interpretações daquela realidade jamais alcançadas por mim sem a sua contribuição.

À Professora Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, pela recepção na Universidade Federal da Paraíba, pelo carinhoso gesto de abrir as portas de sua biblioteca particular para nos enriquecer com suas sugestões de leitura.

À minha grande amiga Eliana Linhares, pela longa caminhada sempre ao meu lado, vivenciamos juntas a elaboração de nossas pesquisas e com ela aprendi grandes lições de vida.

À Carlos Sait e Façanha, grandes amigos que conheci durante essa caminhada, amigos que, só de ouvir algumas de suas sábias palavras, faziam-me acreditar que eu deveria seguir adiante. Amigos que me faziam dar boas risadas com suas histórias de vida, momentos que ficarão eternizados.

À Daniella Pereira e Clarisse Fraga, amigas que estavam sempre prontas para trocar idéias, desabafar e ouvir seus desabafos.

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, Rosa e Acioli, pelo apoio e atenção dispensados sempre que precisei.

Ao Fernando Caldas, pela confecção dos mapas e pela paciência nas diversas vezes que precisei fazer alterações.

Ao Isnaldo Francisco da Silva, funcionário do INCRA, pela sua muito boa vontade de ajudar na minha difícil missão de obter informações junto a esse órgão. Isnaldo se colocou à disposição e não mediu esforços para contribuir da maneira que foi possível.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, em especial ao Dao, pela gentileza e atenção dispensadas.

À Associação dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, especialmente ao Manuel, que me acompanhou em todas as visitas a campo e me deu todo apoio necessário.

À Secretaria de Turismo do Município de Rio Formoso, em especial à Secretária de Turismo, Sr^a. Nilma Paes pela disponibilidade e esclarecimento a respeito das ações desenvolvidas no Município.

À Nádia, do PROMATA, pela atenção e confiança na troca de dados e informações.

Aos agricultores e agricultoras assentados, especialmente ao Sr. José Francisco, ao Célio e à Patrícia, pela experiência de vida, pelo carinho e pela disposição em me receber, cooperando e acreditando no trabalho desde o início.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram com informações valiosas para a realização deste trabalho.

A todos, meu agradecimento.

Luciana Viegas

**“Quanto mais a cidade inquieta,
mais o campo tranqüiliza.
Quanto mais o presente agride,
Mais o passado parece tranqüilo.
Quanto menos se sabe para aonde vai,
Mais se aprecia o contato com gente enraizada.”**

Henri Grolleau

RESUMO

O turismo tem se mostrado uma atividade de relevante interesse econômico, social, governamental e industrial devido à quantidade de pessoas que viajam, ao número de empregos gerados direto e indiretamente e até mesmo à receita que a atividade gera em um determinado destino. Devido à rápida e mal planejada expansão da atividade turística, como vem acontecendo em muitas localidades, esta não tem gerado benefícios às populações das localidades onde ocorrem e não têm sido distribuídos de maneira justa, como acontece no espaço rural do Município de Rio Formoso-PE, onde se instalaram hotéis em propriedade que foi desapropriada para a instalação de assentamento rural, como é o caso do Assentamento Amaraji. Percebe-se aí, uma expansão do turismo através da construção de hotéis sem que a participação dos assentados seja contemplada. A partir disso é que se propõe, como objetivo principal desta pesquisa, analisar as possibilidades e limites de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso - PE. Buscando alcançá-lo, as discussões aconteceram em torno da dinâmica espacial da Zona da Mata Pernambucana, de uma análise da produção do espaço turístico do Município, da atual participação do Assentamento na atividade e quais seriam suas possibilidades e limites para se inserir no turismo municipal. Para que fosse viabilizada essa pesquisa de maneira mais objetiva e mais próxima da realidade, a mesma foi realizada em dois momentos: no primeiro, com uma pesquisa bibliográfica buscando um maior embasamento teórico sobre o tema e, no segundo momento, a pesquisa de campo, através da realização de entrevistas com assentados e representantes do poder público e privado local e uma oficina com a participação dos assentados num contexto de pesquisa-ação. Os resultados finais apontam para a confirmação da hipótese de que o turismo desenvolvido no Assentamento Amaraji está excluindo os agricultores familiares assentados da atividade turística, e, aqueles que trabalham direta ou indiretamente no turismo parecem vivenciar uma relação de trabalho que muito se assemelha àquela da época dos engenhos de cana-de-açúcar, numa relação de exploração da mão-de-obra contratada.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo – Atividades não-agrícolas – Assentamentos Rurais

ABSTRACT

The tourism has shown as an important economic, social, government and industrial activity, because of the growing amount of people that travel, number of direct and indirect created employments and even for the incomes that the activity provides in certain destinations. Because of the fast and badly planned tourist activity expansion, like is occurring in many localities, the generating of benefits to the population of those places is not happening and it's not being shared fairly, like happens in the rural area of Rio Formoso – PE county, where were build hotels in property wich one were evacuated to become a rural settlement, like the Amaraji Settlement. But you can realize that the tourism is expanding through the construction of these hotels and the settlers are not participating of this process. From this on it is proposed, as the main objective of this research, the analysis of the possibilities and the participation's limits of the Amaraji Settlement in the Rio Formoso County's tourist activity. Trying to achieve this, the discussions happened around the Pernambuco's country area, from a analisys of the county's tourist space production, the current settlement's participation in the activity and wich would be the possibilities and limits of admission in the county's tourism. To carry out this research in an objective and realistic way, it happened in two moments: the first one, was the Bibliographic Resarch to get theoretical knowledge of the subject and, the second one, was the area's study, through interviews with the settlers and representatives of the local public and private powers and a workshop with the settlers' participation in a research-action context. The final results aim to the confirmation of the exclusion's hypothesis of the Amaraji settlement in the tourist activity, and, those whom work direct or indirectly for the tourism seem to being tought a work relationship very similar to those during the sugar-cane farms time, based on the exploration of the hired labor.

KEY WORDS: Tourism – Non Agricultural Activities – Rural Settlements

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa das Microrregiões Geográficas	84
Mapa Municipal Estatístico de Rio Formoso	91

PLANTA

Planta 01	Situação do Assentamento Amaraji	101
------------------	----------------------------------	-----

FOTOS

Foto 01	Hotel-Fazenda Amaraji	105
Foto 02	<i>Resort</i> Praia dos Carneiros	105
Foto 03	Sede do Assentamento Amaraji -“engenhoca”	105
Foto 04	Casa de Farinha	105
Foto 05	Estuário do Rio Formoso	106
Foto 06	Manguezal	106
Foto 07	Passeio de Catamarã	106
Foto 08	<i>Pier</i>	106

QUADROS

Quadro 01	Projetos de assentamento	45
Quadro 02	Áreas protegidas	95
Quadro 03	Composição do PIB	96
Quadro 04	Projetos desenvolvidos no Município de Rio Formoso	98
Quadro 05	Formas de diversão das famílias assentadas	109

FIGURAS

Figura 01	Modelo de Butler	68
Figura 02	Composição da localização do Assentamento Amaraji	81

TABELAS

Tabela 01	Estrutura fundiária no Brasil	19
Tabela 02	Concentração fundiária brasileira	24
Tabela 03	Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e censitários do IBGE	25
Tabela 04	População rural de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade Do Estado de Pernambuco 1981 – 1997	36
Tabela 05	Composição da população de 10 anos ou mais por grandes setores – 2000	37
Tabela 06	Distribuição dos Assentamentos pelas formas de luta utilizadas pelos trabalhadores	41
Tabela 07	Participação percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, valor bruto da produção e financiamento total destinados aos agricultores familiares	51
Tabela 08	Distribuição do pessoal ocupado por regiões	52
Tabela 09	Distribuição dos estabelecimentos rurais no Brasil	52
Tabela 10	Área média e pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas brasileiros segundo categoria (1994 – estimativas)	54
Tabela 11	Origem das famílias assentadas	102
Tabela 12	Estrutura fundiária do Município de Rio Formoso – 1997	103
Tabela 13	Uso atual do solo	106
Tabela 14	Destinação das áreas segundo legislação ambiental e futuro desejado	110

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

INTRODUÇÃO	10
1. O ESPAÇO RURAL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	15
1.1 O Agrário no Brasil	21
1.2 Espaço e pluriatividade no campo	29
1.3 A História da luta pela terra e a Política de Assentamentos	37
1.4 Agricultura Familiar	46
2. TURISMO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL	60
2.1 Turismo: definições e tipologias	63
2.2 Turismo Rural no Brasil	70
2.3 Turismo Rural em Pernambuco	76
3. ASSENTAMENTO AMARAJI: INSERÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA	80
3.1 A dinâmica espacial da Zona da Mata Pernambucana	83
3.2 A produção do espaço turístico no Município de Rio Formoso	89
3.3 A atual participação do Assentamento Amaraји no Turismo local	100
3.4 Possibilidades e limites para inserção do Assentamento Amaraји na atividade turística municipal	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

O turismo tem se mostrado uma atividade de relevante interesse econômico, social, governamental e industrial devido à quantidade de pessoas que viajam, número de empregados diretos e indiretos ou até mesmo quanto à receita que é gerada em um determinado destino. Não se pode esquecer que o turismo exerce um grande impacto na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo que o rodeia. É uma atividade que vem ganhando, cada vez mais, destaque no cenário nacional e vem se expandindo no litoral sul de Pernambuco.

A atividade turística, ao se expandir, tem provocado impactos negativos porque não vem sendo planejada de maneira adequada. O que vem acontecendo, em geral, é que populações locais estão sendo excluídas dos lugares onde se desenvolvem e também das atividades que estão surgindo como alternativa de incremento para o espaço rural devido à expansão da função turística com a instalação de equipamentos hoteleiros e outras infra-estruturas de apoio ao turista.

No caso do litoral sul de Pernambuco, o turismo tem se expandido muito rapidamente, mesmo de maneira não planejada, embora já buscando uma maior sensibilização da comunidade local e dos próprios planejadores da atividade a respeito da importância da conservação dos recursos naturais e culturais existentes nesta faixa litorânea para o seu próprio desenvolvimento e o da atividade turística, que começa a adentrar à Zona da Mata, local onde o turismo começa a se desenvolver aproveitando-se das formas e estruturas dos antigos engenhos de açúcar, hoje, transformados em atrativos turísticos contando um pouco da história e do cotidiano do povo do século XVI.

Rio Formoso, município pesquisado, localiza-se na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, componente da Mesorregião da Mata Pernambucana e está situado na Região de Desenvolvimento da Mata Sul. Encontra-se a 90 Km da Capital Recife, tendo como vias de acesso a BR-101 e a PE-060. Foi palco de muitos combates durante a ocupação holandesa e os seus feitos estão registrados na história pátria. Possui uma população de 21.299 habitantes, dos quais, 59,8% se encontram na área rural que

está estruturada em propriedades denominadas de engenhos e assentamentos. Neste município verifica-se o início da expansão da atividade turística com a construção de hotéis em áreas de engenho que foi desapropriado. Essa expansão do turismo exclui os trabalhadores assentados do processo de desenvolvimento da atividade turística de Rio Formoso.

O Assentamento Amaraji, engenho desapropriado, insere-se na dinâmica do espaço agrário da Zona da Mata Sul de Pernambuco através da produção agropecuária dos agricultores familiares assentados, onde é possível observar uma expansão da função turística estimulada pelas belezas naturais e pela construção do Hotel-Fazenda Amaraji e do *Resort* Praia dos Carneiros. Ambos os estabelecimentos oferecem atividades turísticas que extrapolam seus limites geográficos avançando para a área do Assentamento sem que este esteja participando das atividades do turismo, embora exista o desejo, por parte dos assentados, em fazer parte do turismo do município.

Nesse contexto, pretende-se, com esta dissertação, identificar e analisar as possibilidades e limites de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso – PE.

Para a realização da pesquisa foi utilizado, como categoria de análise, o espaço que, segundo Santos (2004, p. 153) se caracteriza por um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções.

O método utilizado para melhor interpretar a realidade do Município de Rio Formoso e do Assentamento Amaraji e suas relações com as forças produtivas daquele espaço foi o materialismo histórico e dialético, de George F. Hegel e Karl Marx. Através deste método observa-se que as relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Marx utilizou este método para explicar que os homens modificam seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida e todas as relações sociais através de novas forças produtivas, assim como pode ser observado através de novas atividades não-agrícolas, como o turismo, neste caso específico.

Visando ao atendimento do objetivo proposto, buscou-se realizar, inicialmente, uma pesquisa exploratória para uma maior aproximação do problema, identificado através de questionamento a respeito da forma como estava sendo desenvolvido o turismo em Rio Formoso, excluindo os trabalhadores assentados, o que contribuiu para o levantamento da hipótese de que o turismo que está acontecendo no Município de Rio Formoso caminha de forma a excluir os assentados da atividade turística naquele espaço e que, se caminhasse em sentido oposto, haveria uma melhoria na qualidade de vida daquela população rural.

A metodologia da pesquisa foi realizada em duas fases: a primeira, uma pesquisa bibliográfica, a partir de dados secundários, como livros, relatórios, anais, artigos e trabalhos científicos para um melhor embasamento teórico sobre o tema. Ainda neste primeiro momento, relacionado ao objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva a qual priorizou a descrição das características e relações da população, organizados em associações, do Assentamento Amaraji no espaço em que se encontra inserido.

Quanto aos procedimentos utilizados para a realização da pesquisa no segundo momento foi feito um estudo de caso. Nesta fase, foi desenvolvida uma oficina (ver apêndice A), num contexto de pesquisa-ação, a qual pesquisadores e participantes representativos da situação estavam envolvidos de modo participativo. Através da oficina foram levantados alguns questionamentos junto aos participantes, a respeito das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas e as que eles pretendem desenvolver no Assentamento Amaraji. Para isso, buscou-se identificar qual o sistema produtivo predominante e como funciona, quais as ações que estão sendo desenvolvidas no Assentamento e quem são os responsáveis, se existe alguma cooperativa ou associação no assentamento, de que forma ele atua ou como poderia melhorar sua atuação.

Na tentativa de relacionar a produção agrícola com a atividade turística, buscou-se identificar o nível de informação dos assentados a respeito da atividade: o que é turismo, o que o turista deseja no espaço rural e de que maneira eles poderiam fazer parte da atividade. Além disso, foram identificadas as potencialidades turísticas do Assentamento e seu entorno e quais os impactos positivos e negativos da atividade turística neste espaço.

A situação pela qual passam os trabalhadores rurais do Assentamento Amaraji é digna de reflexões e questionamentos para legitimar as discussões a respeito do espaço, sua dinâmica e a interação entre a dinâmica espacial e os agricultores familiares: por que a instalação de equipamentos turísticos nesta área não está permitindo a inserção dos trabalhadores rurais assentados na atividade turística municipal?

Ainda na segunda fase foram realizadas entrevistas com representantes do poder público, como a Sr^a. Nilma Paes, secretária de turismo do município, para o levantamento das ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal e o possível envolvimento dos assentados e outras organizações da sociedade civil nessas ações (ver apêndice B).

Foi entrevistada também, a Sr^a. Ana Paula, esposa do Sr^o. Roberto Bezerra, proprietário do Hotel-Fazenda Amaraji para identificar a relação do Hotel-Fazenda com o Assentamento; como se deu a desapropriação daquele espaço; o número de empregos gerados e ocupados por assentados, se existe alguma parceria entre o Assentamento e o Hotel para a confirmação ou não da real participação do Assentamento na atividade turística do Município de Rio Formoso (ver apêndice C).

Por fim, foi entrevistado o agricultor familiar Sr^o. José Francisco da Silva, cuja experiência de vida muito pôde contribuir para esta pesquisa, a partir da história da formação do assentamento e a evolução das condições de vida dos assentados. Suas palavras e expressões faciais traduziram boa parte das dificuldades por que passaram e continuam passando esses trabalhadores ao longo desses anos de luta (apêndice D).

Os resultados da pesquisa apontam para a confirmação da hipótese de que os agricultores familiares assentados não estão inseridos no processo de desenvolvimento da atividade turística do Município de Rio Formoso. Percebe-se que os beneficiados com o turismo na localidade são os empresários donos dos hotéis ou de algum equipamento de apoio ao turista instalado no local. Também, como resultado da pesquisa foi observado que as atuais relações de trabalho no turismo que começam a se desenvolver naquele espaço parecem estar sendo reproduzidas da época dos engenhos de cana-de-açúcar, de forma desigual, beneficiando poucos e explorando a mão-de-obra de muitos.

A apresentação do trabalho encontra-se estruturada em três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo trata de uma abordagem acerca do espaço rural na tentativa de identificar as mudanças e permanências que aconteceram nas últimas décadas neste meio através de uma abordagem da questão agrária, da pluriatividade no campo, buscando as raízes na história da luta pela terra e na política dos assentamentos rurais, além de fazer uma discussão sobre a agricultura familiar, seu desenvolvimento e dificuldades para a introdução de novas atividades não-agrícolas para complementação da renda das famílias rurais assentadas.

O segundo capítulo apresenta as definições do turismo e suas tipologias, assim como sua dinâmica e expansão da função turística no espaço rural brasileiro e em pernambucano, finalizando com uma análise a respeito das diferentes formas de inserção do agricultor familiar na atividade turística.

O terceiro capítulo busca a inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso, através de uma análise da dinâmica espacial da Zona da Mata Pernambucana, com seus reflexos na produção do espaço para o turismo em Rio Formoso e ainda como se encontra a atual participação deste Assentamento no turismo local, assim como a situação dos agricultores familiares frente a essa nova atividade.

Nas considerações finais são apresentados resultados e conclusões acerca das análises feitas ao longo dos capítulos e nas pesquisas realizadas, destacando o turismo como uma atividade não-agrícola que vem se expandindo no espaço rural e suas conseqüências na vida dos agricultores familiares assentados ressaltando, na expansão da função turística, as relações sociais e de trabalho que se formam a partir dessa nova realidade, além de reconhecer os limites que dificultam o processo de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso.

01. O ESPAÇO RURAL: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS DA ATIVIDADE AGRÍCOLA NO BRASIL

A definição de espaço rural, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE corresponde àquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por interesses fiscais.

O espaço rural tem passado, nas últimas décadas, por significativas mudanças como a diversificação da produção agrícola e a criação de atividades não-agrícolas, às quais têm refletido sobre suas funções e conteúdo social fazendo surgir uma série de estudos e pesquisas em diferentes lugares do mundo. De alguma forma, esse processo atingiu também a agricultura, gerando uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no espaço rural brasileiro, a qual alterou a estrutura e a composição do mercado de trabalho. Neste sentido, as mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através do aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas exclusivamente à produção agropecuária, como o turismo, por exemplo.

No Brasil, a discussão do espaço rural tem apresentado uma problemática quanto às estratégias de desenvolvimento rural a partir de políticas de valorização do campo diante da tamanha desigualdade social em que se encontra a sociedade brasileira (MARQUES, 2002 p. 97). O projeto de desenvolvimento rural adotado neste país, ao longo de décadas, objetiva expandir e consolidar o agronegócio, o que traz resultados bastante positivos com o aumento da produtividade e a geração de divisas através de exportações, mas que, por outro lado, deixa uma dívida social e ambiental marcando as permanências que podem ser percebidas nos espaços rurais onde esta situação está fortemente presente como na região Nordeste, principalmente na Zona da Mata Pernambucana.

No período de industrialização do pós-guerra, houve um elevado aumento das oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho brasileiro se tornou muito heterogêneo. A partir do início da década de 1980, foi possível observar um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contratos formais.

As mudanças que ocorreram e ocorrem no espaço rural são sentidas a partir de processos socioespaciais indicadores de novos arranjos, como a modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras, os conflitos sociais como comenta Ferreira (2002, p.17) e ainda a diversificação das atividades no espaço rural, como as atividades não agrícolas, mais enfaticamente, o turismo.

Essas mudanças acima referidas podem ser percebidas através dos dados das PNADs¹ das décadas de 1980 e 1990, os quais revelaram que a PEA rural cresceu enquanto a PEA agrícola diminuiu. A explicação para esse contraste está no vigoroso crescimento verificado na população economicamente ativa ocupada em atividades não-agrícolas residente no espaço rural brasileiro. Em termos numéricos, as ocupações em atividades não-agrícolas eram em 1999, de 4,62 milhões de pessoas, significando um acréscimo de mais de um milhão de pessoas neste tipo de atividade em menos de vinte anos. Em grande parte, isso se deve às "novas funções" e as "novas atividades" que se expandiram pelo mundo rural, destacando-se as atividades de lazer e de turismo (pesque-pague, hotéis-fazenda, pousadas, chácaras de final de semana etc.), de preservação ambiental, de produção artesanal e de um conjunto de outras profissões tipicamente urbanas (motoristas, tratoristas, mecânicos etc.), que se incorporam ao cotidiano da vida rural.

De alguma forma, essas mudanças atingiram também a agricultura, gerando uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no espaço rural brasileiro, a qual alterou a estrutura e a composição do mercado de trabalho. Neste sentido, as mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através do aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada anualmente pelo IBGE.

propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas exclusivamente à produção agropecuária, como o turismo, por exemplo.

Para melhor analisar a diversidade natural e cultural e o vasto potencial do espaço rural, é necessário compreender seus significados, apresentados por alguns estudiosos e pesquisadores.

O espaço rural ganhou uma conotação espacial diferenciada, sendo tratado como espaço agrário, lugar onde um conjunto de relações, principalmente de trabalho e comerciais, passou a determinar as funções da atividade agrícola (FERREIRA, 2002 p. 288). Diante desse cenário de mudanças, não é difícil perceber que as atividades no espaço rural começaram a ter funções diferentes à medida que novos arranjos foram sendo criados e diversificando não somente a produção agrícola, mas também as não-agrícolas.

As mudanças constatadas no espaço rural brasileiro na década de 1970, a exemplo da transformação da base técnica de produção, como as que aconteceram na Zona da Mata Pernambucana, uma lenta, embora persistente diversificação produtiva tanto na agricultura, como, por exemplo, o cultivo de produtos diversificados (macaxeira, hortaliças, inhame, frutas), quanto nas atividades industriais existentes nesta região; as novas formas de produção no campo, voltadas para a conservação do meio ambiente natural, garantindo um alimento mais saudável; as relações de trabalho, que garantem maior autonomia ao trabalhador rural com relação ao produto que deseja plantar no espaço reservado para culturas de sua subsistência, apesar da dependência do trabalho no setor sucroalcooleiro. Todas essas mudanças fizeram produzir diferenciações significativas no espaço agrário. Além da existência de tendências homogeneizadoras no processo de expansão do capitalismo no campo, as diversidades espaciais são aproveitadas para fortalecer a acumulação e a centralização do capital.

Na década de 1980, além da preocupação com produtos exportáveis, as diretrizes de substituir importações conduziram a mudanças importantes nos padrões de utilização da terra. Com isso foi estimulada a cultura do trigo, alimento que onera a balança comercial e, também promovida a expansão da cultura da cana-de-açúcar, visando diminuir os gastos com importação de combustíveis, resultado da instalação do

Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL². Assim, os pequenos produtores permaneceram na terra, com vistas a sua valorização e aos benefícios creditícios e fiscais. Isto faz configurar um contexto de luta pela terra, desencadeada pela expulsão da moradia com a vinda do PROÁLCOOL, que tende a agravar-se à medida que se expandem os estabelecimentos empresariais e mais terras são necessárias para a plantação da cana-de-açúcar (Brito & Mesquita, 1980 p. 12 e 15 *apud* Ferreira, 2002 p. 290).

O produto cana-de-açúcar, apesar de lento na adoção de mudanças técnicas, foi inserido no processo de modernização da agricultura que foi pensado como um conjunto de técnicas assimiladas diferentemente pelo agricultor e, conseqüentemente distribuídas no espaço de formas distintas, tendo refletido mudanças na ocupação do mesmo com grande significado social. Essa modernização teve, de um lado, a expulsão de grande contingente de trabalhadores do campo e, de outro lado, o avanço tecnológico que proporcionou a oportunidade de ocupar espaços inexplorados.

Ainda na década de 1980, comenta Silveira & Spósito (1987) *apud* Ferreira, (2002 p. 295), a modernização da agricultura brasileira foi discutida como um processo que permitiu a manutenção do sistema fundiário, caracterizado pela grande concentração de terras, expostos na tabela 1, oriunda da colonização que privilegiou as culturas de mercado garantido, como a monocultura da cana-de-açúcar para exportação.

Estrato área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% área	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6%	7.616.113	1,8%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0%	18.985.869	4,5%	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1%	24.141.638	5,7%	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5%	33.630.240	8,0%	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4%	100.216.200	23,8%	207,6
De 500 a 1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a 2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8%	132.631.509	31,6%	4.110,8
Total	4.238.421	100%	420.345.382	100%	99,2

Tabela 1 - Estrutura Fundiária do Brasil – 2003

Fonte: Cadastro do INCRA – situação em agosto de 2003

² Programa que tinha o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

Baseado na tabela 1 acima, observa-se que os estabelecimentos com mais de mil hectares representam apenas 0,9% do total dos imóveis e ocupam a área média de 31,6% da área total, já representando assim, a grande concentração fundiária a qual foi acima referida.

A modernização da agricultura brasileira teve o Estado como um grande viabilizador deste processo, pois tem o objetivo principal de atender aos interessados dos setores mais capitalizados, os quais são refletidos no campo político, em nome de uma classe de proprietários latifundiários e industriais.

Considerando essas transformações na agricultura capitalista brasileira, um dos aspectos que se ressalta com relação à análise da pequena produção, é a inserção dessa categoria no contexto das mudanças tecnológicas. Aderir ao pacote tecnológico foi o que restou ao agricultor familiar, pois somente desta forma ele poderia fazer parte do novo modelo de desenvolvimento da agricultura, ou à proletarização.

Mesmo com a agricultura se modernizando com novas técnicas de produção – utilização de maquinaria e insumos químicos, a cana-de-açúcar se expandia muito mais pela área ocupada do que pela produtividade. Então, no final dos anos 1980, com o término do PROÁLCOOL ocorreu a cessão das atividades de algumas usinas da Zona da Mata Pernambucana abalando inclusive, a economia regional, marcando a decadência da cana-de-açúcar (ABRAMOVAY, 1998, p. 22).

Diante da decadência da cana-de-açúcar, em 1986, houve uma queda da produtividade e o fechamento massivo das usinas que, em 1997, das 48 existentes, 15 faliram por não acompanharem às mudanças político-econômicas somando-se as fraudes trabalhistas e credores públicos (PROMATA, 2004).

Frente a este quadro de decadência, intensificam-se, no espaço rural, os movimentos sociais, os quais fizeram surgir diversas associações rurais vinculadas ao sindicato, tendo seu papel relevante mesmo no atual quadro de crise econômica por que passa embora o objetivo final continue sendo a defesa dos interesses trabalhistas. Surge então, neste momento de crise do setor sucroalcooleiro, como pagamento de dívidas

trabalhistas, uma nova configuração do espaço rural, os assentamentos rurais na Zona da Mata de Pernambuco.

É importante destacar, para o fato de que, no Brasil a implementação dos assentamentos rurais não decorre de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas dos trabalhadores, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo (BERGAMASCO; NORDER, 2006, P. 9).

O espaço rural brasileiro ganha uma nova configuração a partir da formação de assentamentos, caracterizada por mudanças importantes, pois agora o agricultor familiar é proprietário de sua terra e dos meios de produção, apesar das dificuldades por eles enfrentadas como a falta de assistência técnica que permita a esses trabalhadores um manejo mais adequado dos recursos disponíveis, inclusive para a diversificação de sua produção para maior agregação de valor com atividades não-agrícolas, como a atividade turística, por exemplo, apresentando a pluriatividade no campo.

Esta nova configuração, apesar das mudanças acima citadas, traz permanências, à medida que o trabalhador, na maioria das vezes, não consegue sobreviver somente da produção de sua propriedade, o que faz configurar novamente aquela dependência do trabalho assalariado nas plantações de cana-de-açúcar.

Portanto, observa-se que, ao longo do tempo, as transformações ocorridas na agricultura brasileira aconteceram para atender a um capitalismo que se expandia no espaço rural ao lado de permanências, caracterizadas pela grande propriedade rural e conseqüente concentração de terra juntamente com a exploração da mão-de-obra agrícola.

1.1 O agrário no Brasil

No início dos anos de 1950 percebeu-se que a Geografia Tradicional estava em fase de esgotamento, assim como a expansão do capitalismo pelo território nacional ia tentando eliminar o que restava do sistema patriarcal, que resistia às mudanças que vinham ocorrendo.

Os estudiosos se preocupavam cada vez mais com o aprofundamento filosófico das reflexões sobre certos conceitos, como espaço e território e havia grupos que defendiam a análise do problema agrário frente à necessidade de mudanças, em sua maioria revolucionária, na estrutura agrária que fora implantada no período colonial e que, com pequenas adaptações, subsistia até então e resistia à expansão capitalista.

A população brasileira continua preocupada e a ser atingida pela questão agrária diante de alguns fatos como o êxodo rural, a modernização da atividade agrícola, as substituições de áreas anteriormente ocupadas por florestas e que agora passam a ser cultivadas, somado a fortes implicações ecológicas sobre as várias regiões brasileiras, e com o grande desmatamento do Centro-Oeste e da Amazônia. Isso gerou grandes preocupações interdisciplinares a partir da década de 1980.

Esta foi uma década marcada por estudos sobre modernização de uma maneira geral em que diferentes aspectos foram considerados, como o desenvolvimento tecnológico, a degradação ambiental, os conflitos sociais, as relações de trabalho no campo, a dualidade entre pequena e grande produção, a relação agricultura/indústria, o uso da terra em diferentes áreas, entre outros que estimularam as reflexões em torno deste processo.

No campo ocorreram mudanças que foram sentidas a partir de processos socioespaciais indicadores de novos arranjos. Surgem, então, novos elementos de análise da atividade agrícola como a modernização da agricultura, o acirramento da concentração da renda e de terras, a migração campo-cidade e os conflitos sociais.

Desta forma, ocorre uma fusão da Geografia com a Agricultura que buscarão juntas, “evidenciar o papel desempenhado pela atividade agrícola no entendimento e na caracterização do espaço rural brasileiro.” (FERREIRA, 2002. p. 17).

No início da década de 1980 percebia-se, sensivelmente, o grau de inquietação que afligia a academia e a sociedade brasileira. Era a continuação da modernização, que teve seu início nos finais da década de 1960 e isso pode ser conferido em um trecho do trabalho de Brito e Mesquita, (1980. p.1):

As grandes transformações ocorridas no espaço agrário, na década de 1970, conferem-lhe características substancialmente diferentes daquelas verificadas em décadas anteriores. Essas transformações contribuíram para gerar ou agravar problemas de tal importância pelo impacto sobre o conjunto da população, que sua discussão extravasou a esfera acadêmica, atingindo os meios de comunicação de massa.

Nesta mesma década, mais precisamente entre 1975 e 1980, além da preocupação com os produtos exportáveis, os quais tiveram reflexos importantes nas mudanças dos padrões de utilização da terra, havia também uma preocupação com as diretrizes para substituir as importações. Dessa forma, foi estimulada a cultura do trigo (onera a balança comercial) e a expansão da cultura da cana-de-açúcar com o intuito de diminuir os gastos com importação de combustíveis.

Essas mudanças que aconteceram na modernização voltaram-se para a consolidação das relações campo-cidade, percebidas através dos papéis que passaram a exercer a agricultura e a indústria na economia nacional. Os estudos deixaram de ser tipicamente agrícolas e incorporou, de uma vez por todas, a vertente social como definidora da postura geográfica, “até então se buscavam as evidências de um fenômeno no espaço.” (FERREIRA, 2002. p. 288).

A ocupação do território brasileiro ocorreu através da exploração de terras devido a sua grande disponibilidade e os empreendedores dessa exploração mais tarde comporiam a classe dominante. Essa ocupação foi definida durante a década de 1970 através da incorporação de terras e da transformação da base técnica de produção. Na década seguinte, 1980, as relações de trabalho e as conseqüências sociais, aliadas às novas formas de produzir no campo, passaram a ser priorizadas.

Os escravos recém-libertos da escravidão e os imigrantes, só vieram reforçar o contingente de trabalhadores do espaço rural brasileiro e nunca estiveram em condições de disputar para si o patrimônio fundiário da nação. Outra causa dessa exploração de terras está na disponibilidade de força de trabalho - mão-de-obra - aos grandes proprietários fornecida pela massa da população rural que se formou para essa finalidade pela incorporação dos indígenas, pelo tráfico africano, pelo afluxo imigratório dos últimos cem anos. Era uma força de trabalho de baixo custo visto que, o mercado de trabalho não sofria concorrência de outras alternativas de ocupação para os

trabalhadores. Essa situação pode melhor ser expressa nas palavras de Caio Prado Jr. (1979):

O virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles.

Contudo, pode-se constatar que todo o êxito comercial da agropecuária brasileira se deve à grande disponibilidade de terras e de força de trabalho, fatores principais que determinaram os baixos padrões de vida da população trabalhadora rural.

O papel que, historicamente, coube aos trabalhadores do campo foi, essencialmente, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente da agropecuária brasileira.

Num contexto espacial, a modernização da agricultura definiu diferentes espaços determinados pela maior ou menor adesão às técnicas modernas de produção e passou a ser tratado como espaço agrário, diferente do urbano,

[...] e local onde um conjunto de relações, principalmente de trabalho e comerciais passou a determinar as funções da atividade agrícola. Campo e cidade, trabalhadores e meios de produção separados, tudo em razão de uma “reestruturação de atividades tradicionais ou implantação de novas atividades em moldes modernos...” (FERREIRA, 2002. p. 288).

Num contexto teórico de definição do capitalismo no espaço rural, a modernização da agricultura se traduziu no desaparecimento das formas tradicionais de relação com a terra, conforme definiram os marxistas: Marx, Lênin, Kautsky (ABRAMOVAY, 1992).

Contudo, o modelo de evolução do espaço agrário que se formava no contexto do capitalismo era o de uma política agrícola que privilegiava os cultivos de exportação em detrimento dos produtos de consumo interno, a questão da terra, em que as fronteiras agrícolas eram ocupadas por grupos empresariais e ainda, o problema da não-absorção de trabalhadores rurais pela agricultura.

Isso tudo fez com que a concentração fundiária e o trabalho no campo culminassem com o aumento dos latifúndios, as terras estão concentradas regionalmente

de maneira desigual, assim como as relações de trabalho se expressam regionalmente de formas e intensidades diferentes (FERREIRA, 2002). Pode-se observar que, mesmo com o passar do tempo, a questão da concentração fundiária continuou bastante complexa na produção do espaço rural, essa evolução temporal pode ser observada nas tabelas 2 e 3.

Estabelecimentos agropecuários	% do n°. de estabelecimentos de cada categoria, no n°. total	% área ocupada por categoria na área total
De menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a menos de 200 ha (médios)	6	8
De 200 ha e mais (grandes)	9	75

Tabela 2 – Concentração fundiária brasileira

Fonte: IBGE, Recenseamento, 1950.

De acordo com a tabela acima, pode-se constatar que, em 1950, enquanto os pequenos estabelecimentos, que representam 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área. O alto grau de concentração da propriedade agrária é aí patente.

Classes de Área Total (ha)	Imóveis Rurais INCRA				Estabelecimentos Agropecuários. IBGE			
	Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	(mil)	%	(milhões)	%	(mil)	%	(milhões)	%
Total	2.924	100,0	309,0	100,0	5.792	100,0	374,9	100,0
Até 10	908	31,1	4,4	1,4	3.065	52,9	10,0	2,7
De 10 a 100	1.601	54,7	51,9	16,8	2.160	37,3	69,6	18,6
De 100 a 1.000	374	12,8	100,1	32,4	517	8,9	131,4	35,0
1.000 e mais	41	1,4	152,6	49,4	50	0,9	163,9	43,7

Tabela 3 – Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e Censitários do IBGE

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1985.

É importante observar que, de acordo com os dados dispostos na tabela 3 pode ser verificado que, aproximadamente, 1 milhão de imóveis rurais, com área de até 10 hectares, ocupam 1,5% da área total cadastrada, no país. Observa-se também, que 3 milhões de estabelecimentos agropecuários com área de até 10 hectares, ocupam apenas 2,7% da área total. Os 50 mil estabelecimentos, com área acima de 1 mil hectare, ocupam 43,7% da área. O interessante é que o panorama não se modifica quando se analisa os dados do Censo-Agropecuário do IBGE de 1985. Vale ressaltar que a análise efetuada com base em imóveis rurais não permite detectar o freqüente fato de que grandes proprietários podem possuir mais de um estabelecimento agropecuário.

Ainda de acordo com tabela acima exposta, alguns questionamentos precisam ser levantados como, por exemplo, o aparelhamento técnico, comercial e financeiro das atividades agrárias, relegando a um segundo plano o simples efeito de uma ineficiente política de amparo à agricultura, às condições de vida da população rural e a maneira com que é dado à maioria da população utilizar a terra.

Com isso, presencia-se no espaço rural, uma parcela da população que vive em função da agropecuária brasileira e que se encontra bastante heterogênea classificada em setores amplamente segregados que, de um lado encontra-se uma minoria de grandes proprietários, que, juntando-se a eles suas respectivas famílias, administradores e outros empregados e não compõem 10% da população rural brasileira. Do outro lado encontra-se a maioria dessa população que vive desassistida.

O progresso técnico, que busca uma maior rentabilidade e se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento, pode não constituir um fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural, o que de fato não aconteceu. O que determina e fixa, segundo Prado Jr. (1979, p. 29), a remuneração do trabalho, nas condições atuais da economia rural brasileira, é o equilíbrio do mercado de mão-de-obra, ou seja, a relação da oferta e procura que nele se verifica. Essa oferta e procura não se modificarão enquanto as condições da massa de trabalhadores não encontrem alternativa de ocupação senão ceder sua força de trabalho aos grandes proprietários e fazendeiros que monopolizam a maior e melhor parte das terras disponíveis.

É interessante ressaltar que o desenvolvimento agrícola e as condições de vida do trabalhador rural não estão direta nem necessariamente relacionados. O caso da lavoura canavieira no Nordeste é um grande exemplo. Houve, nos últimos anos, um grande e considerável avanço tecnológico, porém, pioraram as condições de vida da população trabalhadora rural das zonas canavieiras. O que aconteceu foi uma concentração ainda maior da propriedade fundiária e a expansão das lavouras de cana necessárias para o abastecimento em matérias-primas das modernas e imensas usinas e o espaço ocupado pelas culturas de subsistência, de onde os trabalhadores tiravam seu sustento, foi sendo reduzido.

A agropecuária brasileira, com seu caráter comercial de exploração, segue se expandindo e incorporando o máximo de terras aproveitáveis, eliminando, com essa ação, além dos trabalhadores independentes, proprietários ou não, mas também suas culturas de subsistência. Consecutivamente, percebe-se um agravamento nas condições de vida da população rural, cuja remuneração está sempre abaixo do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio.

As conclusões gerais do relatório da ONU, segundo Prado Jr. (1979, p. 31), diz:

O desenvolvimento agrícola por si só, não proporciona uma elevação compensadora dos níveis de vida, e que a obtenção de maior produtividade e maior renda do capital invertido não é acompanhada pela elevação dos padrões de vida da população rural.

Isso acaba refletindo diretamente no alto grau de concentração fundiária presente no Brasil. Um destaque maior merece ser dado à região Nordeste, onde se localiza o objeto de estudo do presente trabalho. Quando se trata da economia agropecuária e da estrutura agrária, o Nordeste se divide em duas zonas fisiográficas: um grupo de zonas úmidas litorâneas, essencialmente agrícolas. As zonas de grau mais ou menos acentuado de semi-aridez, que compõem o outro grupo, que também é chamado de Polígono das Secas, compreendem o interior até o litoral do Piauí ao Rio Grande do Norte.

Diante desse grave problema na estrutura fundiária brasileira, especificamente na região Nordeste, tanto nas zonas dedicadas à pecuária como nas agrícolas, presencia-se o latifúndio absorvente e o minifúndio. Socialmente isso significa uma minoria de grandes proprietários que concentra a maior parte das terras em suas mãos, deixando uma reduzida

parcela para a grande massa de trabalhadores rurais. Conseqüentemente essa situação gera uma grande disponibilidade de mão-de-obra, tornando difícil a busca por alternativas para a subsistência. Isso vai fazer com que os trabalhadores ofereçam sua força de trabalho, com baixa remuneração, colocando-se a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros.

Pode-se também analisar essa situação da estrutura fundiária como sendo reflexo da natureza da economia brasileira, resultado da formação do país através da colonização, numa evolução dos acontecimentos históricos. Essa colonização se caracterizou, desde o início, como um empreendimento mercantil que tinha o objetivo principal de abastecer o mercado europeu de produtos tropicais, metais preciosos e diamantes. Assim o território brasileiro foi sendo povoado e nele organizada uma coletividade humana (PRADO Jr., 1979, p. 48).

Quando se fala em colonização do Brasil, um retorno de mais ou menos cinco séculos no tempo histórico, remete todos ao período de formação de uma sociedade ainda primitiva e rudimentar que se mostra diferente da atual pelo crescimento, adensamento demográfico e pelo afluxo de novos contingentes imigratórios. Porém, mesmo diante dessa nova e complexa estrutura social brasileira e, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, ainda não foi capaz de superar muitas dificuldades ainda daquele momento, como àquelas assentadas nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental ainda persistindo: a primitiva forma de utilização da terra e a organização agrária.

Com uma diversidade de relações, entre elas, as relações de trabalho, que parecem estarem refletidas nas atividades diárias de um trabalhador, seja na lida com a agricultura, seja em outras atividades não-agrícolas que (re)organizam esse novo espaço rural, como o turismo, por exemplo, encontra-se, neste espaço, um ponto de importante reflexão e questionamentos, será que o Brasil não está vivenciando, quando se trata de atividades não-agrícolas no espaço rural, uma (re)colonização européia em que os europeus compram terras brasileiras, constroem luxuosos hotéis e, o que parece não ser diferente de cinco séculos atrás, sem deixar de aproveitar a mão-de-obra disponível, reproduzindo as relações de trabalho daquela época, visto que a atividade agropecuária por si só não lhes garante o sustento, pois, a massa da população trabalhadora continua

sem desempenhar outra função além daquela de fornecer mão-de-obra a uma exploração agromercantil voltada para o mercado externo sem receber quase nada em contrapartida?

Somente para legitimar a quase estagnação que ocorreu na estrutura fundiária brasileira durante esses cinco séculos, é justo que seja feita nas palavras de Prado Jr. (1979, p. 49):

[...] a utilização da terra continua a se fazer hoje, como no passado, não em função da população que nela trabalha e exerce suas atividades, e sim essencialmente e em primeiro lugar, em função de interesses comerciais e necessidades inteiramente estranhas àquela população.

A economia rural brasileira, baseada na grande exploração, representa o empreendimento agromercantil de uma classe socialmente bem diferenciada e caracterizada pelos grandes proprietários e fazendeiros que aí se enquadram pelo fato de seu negócio ter por objeto a produção agrária e, por disporem da maior e melhor parcela da propriedade fundiária.

É importante, diante dessa situação, tratar o problema voltado para o setor da população onde ele de fato exista, e não tratá-lo como uma totalidade indiscriminada. Quando se fala em desenvolver o Nordeste brasileiro, especificamente, com o intuito de melhorar as condições de vida da população, isso não faz referência aos grandes proprietários, usineiros, senhores-de-engenho, fazendeiros.

A questão agrária brasileira, se colocada em seus devidos termos, traz a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária (Idem, 1979).

1.2 Espaço e Pluriatividade no campo

O espaço pode ser compreendido e estudado sob diversos aspectos e olhares, visto que é dinâmico e está sujeito a transformações no tempo. Essas transformações representam um:

conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2004 p. 153).

As palavras de Santos elucidam uma noção de relatividade, introduzida por Einstein, à medida que substitui o conceito de matéria pelo de campo; assim, Santos supõe a existência de relações entre a matéria e a energia, onde as formas corresponderiam à matéria e a energia à dinâmica social (Idem).

O espaço se apresenta como um produto histórico, fatos referentes ao surgimento, ao funcionamento e à evolução do espaço.

Hettner *apud* Santos (2004, p. 156), diz que o “espaço é apenas uma forma de percepção”, diferentemente de Bertrand Russell *apud* Santos (2004, p. 156) que afirma que o “espaço unitário do senso comum é uma construção, embora ele seja uma construção deliberada.” Nestas palavras ele se refere à percepção do espaço no espírito de cada um.

Com a percepção do espaço, mesmo que na perspectiva de cada um, este deve ser relacionado ao espaço social, humano, e, em qualquer que seja o período histórico como um resultado da produção.

Segundo Santos (2004, p. 202), a produção supõe a intermediação entre o homem e a natureza e é também, a utilização consciente dos instrumentos de trabalho com um objetivo definido, isto é, o objetivo de alcançar um resultado preestabelecido.

No entanto, acontecimentos como a globalização e os novos interesses econômicos, políticos, sociais, culturais e ecológicos, que aparecem com esses fatos tornam a definição do espaço uma tarefa cada vez mais complexa, na medida em que vai sofrendo mudança de valor quanto ao seu consumo. O que antes caracterizava a utilização do espaço (terra) como valor de uso, hoje, é utilizado como valor de troca, “o que impõe o fato de que seu acesso acontece por intermédio do mercado, acentuando o

papel e a força da propriedade do solo, o que implica profundas mudanças nos modos de uso” (CARLOS, 1999).

Um exemplo dessa dominação do valor de troca sobre o valor de uso, advinda do capitalismo, é consequência do monocultivo. Na região Nordeste, mais especificamente na Zona da Mata Pernambucana, as terras estão cada vez mais sendo utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar. As áreas destinadas para o plantio de subsistência estão sendo recuadas e a expulsão dos produtores da terra para a plantação da cana é uma realidade nesta região.

Com as mudanças ocorridas no campo assiste-se a uma fragmentação do espaço onde se busca, a partir da década de 1990, uma nova configuração do espaço rural, com novas características, novos arranjos produtivos na tentativa de diversificação da produção e das atividades, tanto agrícolas, como o plantio de outras culturas para subsistência e comercialização e também atividades não-agrícolas, como atividades de serviços, como o turismo no espaço rural capazes de contemplar a inserção dos agricultores familiares. Tantas transformações que tornam até difícil determinar a fronteira entre a atividade rural e urbana, visto que este espaço rural deixou de ser um mundo exclusivamente agrícola. O que está acontecendo é uma ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, mas não exclusivamente na agricultura. As áreas rurais passam a incluir atividades de consumo como lazer, turismo, artesanato, residência, preservação do meio ambiente, dentre outras.

O espaço, segundo Carlos (1999),

[...] apesar de se tratar de um espaço mundializado, ele se fragmenta nas formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para a habitação, para o consumo etc. Desse modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas (compradas e vendidas aos pedaços), produto de uma atividade parcelada, cujo conjunto escapa às pessoas, posto que submisso à troca e à especulação.

Nesse sentido, a atividade turística vai se apropriando de uma parcela do espaço e, em função disso, alguns lugares só têm existência real enquanto mercadoria que se consome, são os espaços produzidos, criados para atender o mercado. Com efeito, a atividade turística provoca um dinamismo espacial significativo que, segundo Rodrigues (1997, p. 29) é caracterizada pela estagnação de certos espaços turísticos,

traduzidos por poucas alterações, fenômeno raro de ocorrer; pela deterioração e transformação de tradicionais espaços turísticos que acabam perdendo sua função principal; pela produção de espaços, totalmente artificiais, onde a natureza não desempenha nenhum papel; pela produção de novos espaços, expressão da globalização, nas áreas naturais mais recônditas do mundo, onde o turismo se apresenta como um verdadeiro “processo civilizatório”.

No espaço rural, o turismo, atividade não-agrícola, surge como uma alternativa à diversificação das atividades rurais com perspectivas de complementação da renda dos agricultores familiares e geração de ocupação e trabalho, permitindo a participação destes na nova configuração que ganha o espaço rural.

Santos (1994, p. 90) define espaço também como sendo um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, e que este espaço é ainda formado de fixos, que são os centros emissores da demanda, de onde partem os fluxos para os núcleos receptores; e os fluxos.

Por essa definição de espaço dada por Milton Santos podem-se destacar, considerando os sistemas de objetos dispostos para o turismo em um espaço rural, as interações que se estabelecem entre antigas formas com novas funções ou ainda, antigas funções com novas formas, a exemplo de antigas residências que passaram a ser parte integrante da atividade turística, que são os fixos, a partir do momento que são transformadas em pousadas, por exemplo. E, para os sistemas de ações, pode-se fazer uma análise através da observação, por exemplo, de uma fazenda, que antes desempenhava funções de produção e hoje, deixou de ser produtiva para integrar-se ao novo circuito econômico agora definido pelo turismo em que os fluxos são representados pela demanda real, ou seja, a quantidade de turistas que procuram um determinado destino turístico.

O espaço do turismo no meio rural pode ser entendido de acordo com as categorias de análise espacial, definidas por Santos (1985). No caso específico da Zona da Mata Pernambucana, observa-se que as formas espaciais antigas vão sendo substituídas por formas representadas por Hotéis-Fazenda, Pousadas e *Piers*. Tão importante quanto essas novas formas assumidas com o desenvolvimento do turismo, a

paisagem é um recurso turístico que pode ser colocado ao observador quando se pretende seduzir e encantar o turista.

Ainda fazendo referência ao espaço rural da Zona da Mata Pernambucana, a função, como mais uma categoria de análise espacial, apresenta mudanças importantes ao longo do tempo, o que antes exercia uma função apenas produtiva, quando se relaciona aos engenhos, atualmente, alguns deles desempenham uma função que permite a chegada de uma atividade não-agrícola, à medida que funcionam, as casas-grande como hotéis e atrativos histórico-culturais.

A estrutura, terceira categoria apresentada, encontra-se instalada em poucos estabelecimentos da Zona da Mata, somente em sua parte norte, onde alguns engenhos estão inseridos numa rota turística.

A quarta e última categoria, processo é o que se relacionam as ações e interações de todos os elementos, contemplando as categorias forma, função e estrutura num movimento diacrônico. Somente o processo pode dar conta da totalidade do ambiente (RODRIGUES, 1997). Esta última categoria representa o objetivo maior dos trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana, que é o de conseguir uma inserção na atividade turística para agregar esta atividade não-agrícola à produção agrícola no espaço rural.

A apropriação do espaço rural pela atividade turística que ganha cada vez mais destaque no cenário econômico e social, vem produzindo espaços para o turismo causando impactos que muitas vezes exclui os próprios moradores, criando um espaço sem identidade cultural. Segundo Mendonça *apud* (RODRIGUES, 1997 p. 20), em cada lugar onde a evolução do turismo se tornou difícil devido à degradação socioambiental, cria-se outro, com características semelhantes, ainda que mais modernas e aparentemente diferentes, é como se esgotasse os recursos naturais de um determinado espaço e a partir daí, deveria se sair em busca de novos espaços. Assim como traz impactos positivos, como a geração de trabalho e renda entre outros, é preciso que a atividade turística possibilite alguma relação mais direta, em que a vivência entre turistas e agricultores familiares represente uma relação de troca, de aprendizado e de respeito.

Dessa forma, as profundas transformações ocorridas, nas duas últimas décadas, no espaço rural brasileiro, contribuíram para que ele não mais pudesse ser considerado como essencialmente agrícola. “A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no espaço rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas.” (CAMPANHOLA; SILVA, 1999).

O significado desse processo de transformação apresenta-se como “novas ruralidades”, ou seja, uma constante e crescente diversificação de atividades não-agrícolas, além das mais tradicionais atividades agrícolas, no espaço rural. Esse espaço vem sendo crescentemente dividido com atividades orientadas para o consumo, como o lazer, turismo e residência, ou melhor, “assumindo formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas, à medida que a sociedade sai dos padrões fordistas.” (MARSDEN *apud* CAMPANHOLA; SILVA, 1999).

Essas “novas ruralidades” surgem a partir de novas oportunidades de trabalho fora da tradição agropecuária atraindo parte da população como importante fonte de renda para as famílias rurais proporcionando uma reprodução social, como a pluriatividade, que é uma combinação da atividade agrícola com a não-agrícola pelo chefe da unidade produtiva, sua esposa ou ainda qualquer membro da família. A pluriatividade pode ser conceituada segundo Schneider (2003, p.03), como:

[...] situações sociais em que o indivíduo que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Entretanto, vale ressaltar que a pluriatividade não deve ser considerada como parte de um processo de proletarização que resulta na decadência da agricultura familiar e sim como uma fase da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem reproduzir apenas nos espaços agrícolas da área rural que está sendo (re) construída a partir de uma valorização de bens não tangíveis até então desprezados, como a paisagem, o lazer e os ritos do cotidiano agrícola (SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, *apud* RIBEIRO, 2004).

Essas transformações ocorridas no espaço rural foram capazes de ampliar e multiplicar as redes de sociabilidade para além das fronteiras da localidade e do município através da melhoria das vias de acesso e a ampliação do serviço de transporte público, facilitando o deslocamento dos moradores da localidade e de pessoas vindas de fora, motivadas pela busca de um lugar mais tranqüilo, sem o estresse dos grandes centros urbanos e um maior contato com a natureza (CARNEIRO; SCHNEIDER *apud* CAMPANHOLA; SILVA, 2004, p. 21).

Com as transformações, amplia-se a busca por novas atividades no espaço rural, o agricultor pluriativo, uma nova categoria que se caracteriza pela “heterogeneidade em sua origem e conformação” (Idem).

Caracterizado pela heterogeneidade acima citada, identifica-se, nesse contexto, dois grupos de agricultores: aqueles que não adotaram o modelo de agricultura modernizada, por ausência de meios, sendo por isso, levados a recorrer a atividades não-agrícolas para complementar a renda necessária à manutenção de sua família – são os pequenos proprietários e parceiros transformados em jardineiros, motoristas, pedreiros, serventes de obra e ainda, aqueles que dispõem de propriedades maiores e algum capital, que investiram na atividade turística como forma de ampliar os rendimentos.

Para investir na atividade turística ou em qualquer outra atividade não-agrícola, o trabalho em tempo parcial e a pluriatividade, são formas que permitem a prática dessas atividades e decorrem além das transformações macro-estruturais na agricultura, visto que o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma característica do modo de operacionalizar as unidades de trabalho que se organizam de forma familiar.

No Brasil, particularmente no Estado de Pernambuco, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), no período de 1981 – 1997, as tendências se distanciam dos demais Estados brasileiros no que se refere ao crescimento das atividades não agrícolas, visto que em Pernambuco, o crescimento dessas atividades está muito aquém do crescimento nos demais Estados. Essencialmente dois fatores, afirma Silva (1999), contribuíram para essa realidade. O primeiro foi o fraco desenvolvimento das características do “novo rural brasileiro”, o qual é composto por um conjunto de atividades:

a) uma agropecuária moderna, integrada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades de subsistência, com uma agropecuária rudimentar que visa manter a população no espaço rural e um exército de sem-terras, sem qualificação e sem emprego fixo; c) atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer, a indústrias e à prestação de serviços, e; d) novas atividades agropecuárias voltadas para nichos de mercado.

O segundo, são as dificuldades enfrentadas diante da crise do setor sucroalcooleiro sobre os mais variados ramos da atividade econômica, chegando, inclusive, a constituir em forte limitante para um crescimento econômico do Estado de Pernambuco. Essa crise, além de afetar o emprego agrícola, prejudicou também as ocupações não-agrícolas na agroindústria e nos serviços ligados a ela.

Fazendo uma breve análise da População Economicamente Ativa (PEA) rural total (ocupados em atividades agrícolas, ocupados em atividades não-agrícolas e não ocupados), os dados mostram, na tabela 4, que houve um crescimento de 0,7% ao ano, passando de 826 mil pessoas, em 1981, para 889 mil, em 1992.

Ramos de Atividade	1981	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de Crescimento (% a.a)	
							1981/92(1)	1992/97(2)
População Economicamente Ativa	826	889	846	836	767	775	0,7	-2,8
Ocupados Agrícola	643	677	534	642	588	591	0,5	-1,0
Ocupados Não-agrícola	173	194	290	182	158	163	1,0	-7,7
Indústria da Transformação	34	47	38	30	26	22	3,1	-13,5
Indústria da Construção	38	18	124	16	18	21	-6,7	-14,5
Outras Atividades Industriais	3	8	8	5	2	7	8,5	-12,5

Tabela 4 - População Rural de 10 anos e mais, segundo ramos de Atividade Estado de Pernambuco 1981 – 1997.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), 1997.

De acordo com a tabela 4, vale destacar a evolução das ocupações não-agrícolas no Estado de Pernambuco. Estas ocupações tiveram um crescimento

significativo no ano de 1993, voltando a cair em 1996, porém, com perspectivas positivas para os anos seguintes.

Para uma melhor compreensão da situação da População Econômica Ativa – PEA no Brasil e no Estado de Pernambuco observa-se que, em 1997, a PEA rural ocupada em atividades agrícolas ainda representava 44,5% da população rural com mais de dez anos de idade no Brasil e 76% da PEA rural total pernambucana. A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas representava apenas 21% da PEA rural total brasileira. Com esses dados, pode-se concluir que, de cada cinco pessoas ocupadas no meio rural pernambucano, apenas uma encontrava-se em atividades não-agrícolas, o que mostra uma forte dependência em relação à agropecuária para a geração de empregos. Em Pernambuco, os ramos da atividade econômica que mais tem empregado a PEA rural não-agrícola, entre 1981 e 1997 são: a prestação de serviços, o comércio de mercadorias, os serviços sociais, a indústria de transformação e da construção civil. Juntos, eles representam 83% do total das ocupações não-agrícolas em 1997. A indústria da construção respondeu com 13% do total das ocupações não-agrícolas e teve um comportamento desfavorável em todo o período analisado.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2000, no Município de Rio Formoso, Estado de Pernambuco, a População Economicamente Ativa (PEA) está empregada, em seu maior percentual, no setor de serviços e na agricultura. Observa-se também, de acordo com a tabela 5, que a composição do emprego formal mostra um peso expressivo na agropecuária e serviços, devido à agroindústria de cana-de-açúcar, seguido da administração pública.

Setores	(%)
Agropecuária	37,7
Extrativo Mineral	0,6
Indústria	16,6
Serviços	45,1
Total	100,0

Tabela 5 - Rio Formoso: Composição da população de 10 anos ou mais por Grandes Setores – 2000.
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Neste contexto, apesar da atividade sucroalcooleira liderar a economia e se consolidar no cenário industrial, outras potencialidades como a atividade turística, é capaz de inserir os agricultores familiares com os recursos produtivos dos assentamentos, os quais se encontram bastante diversificados podendo ser oferecidos diretamente aos turistas, além das riquezas naturais e culturais, compondo uma paisagem bastante atrativa. Esta atividade não-agrícola representa uma alternativa com amplas possibilidades de utilização em iniciativas de diversificação econômica.

1.3 A História da luta pela terra e a política de Assentamentos

Quatro momentos do processo de produção e organização do espaço canavieiro podem ser identificados: o domínio dos engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); os engenhos centrais (do final do século XIX ao início do século XX); a dominação da usina de açúcar (do início do século XX à década de 70) e, finalmente, a expansão e crise do Proálcool (de 1975 aos dias atuais). Durante esse período de tempo, aconteceram muitas mudanças, tanto nas relações sociais de produção, como na intensidade da dominação da cana sobre o uso dos recursos, seja ainda na base técnica da produção.

A história da luta pela terra no Brasil teve seu início em meados do século XX, com as Ligas Camponesas, associações e sindicatos dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas surgiram a partir de 1945 como uma forma de organização política de camponeses que resistiram à expropriação e à expulsão da terra, tendo sua origem associada à recusa ao assalariamento (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

No Nordeste brasileiro os movimentos sociais surgiram a partir da reação dos trabalhadores em defesa dos interesses do homem no campo, devido à forte relação de dependência que mantinham com o segmento empresarial da cana-de-açúcar, sustentado pelo protecionismo do poder político instituído. Os objetivos principais desses movimentos eram: o acesso à posse e ao uso da terra, melhores condições e remuneração do trabalho.

Existem diversas associações de trabalhadores rurais vinculadas ao sindicato, tendo seu papel relevante mesmo no atual quadro de crise econômica por que passa.

Embora o objetivo final continue sendo a defesa dos interesses trabalhistas, os sindicatos vêm atuando no apoio assistencial aos seus associados.

Com o passar do tempo e em meio a tantas lutas, muitos trabalhadores superaram a condição de “trabalhador de cana” assalariado e passaram a ter sua própria ocupação em parcelas de usinas e em assentamentos, não deixando, contudo, de prestar serviços a essas unidades agrícolas e estarem associados a sindicatos. Mais recentemente e paralelo aos movimentos sindicais, novas formas de organizações sociais tem se manifestado na região. Cabe destacar as entidades colegiadas instituídas em fóruns, conselhos, comissões, câmaras e comitês, requisitos dos programas de administrações públicas. Cabe a eles o papel de articular a participação popular no planejamento, fiscalização e controle das intervenções públicas, na intenção de tornar suas ações transparentes, sendo essa uma exigência da Constituição Federal de 1988. Infelizmente, a multiplicidade de organismos criados não conseguiu configurar-se em uma participação mais efetiva.

Outro modelo de articulação popular de grande importância no contexto nacional são as Organizações Não-Governamentais (ONG's), orientadas por segmentos da sociedade e formuladas por profissionais especializados têm conseguido abrir espaços para debates e para articulação das comunidades locais, como também tem obtido êxito em incentivar o desenvolvimento de projetos e capacitação de grupos sociais. A maneira como são organizadas e sua dinâmica de ação tem obtido destaque pelo papel de mediador e negociador de questões de interesse para o conjunto da sociedade junto às administrações locais.

Reunindo as organizações populares, sindicais e religiosas e agregando mais de sessenta associações urbanas e rurais, foi criado o AME – Articulação Municipal de Entidades, com o objetivo de construir um espaço coletivo voltado para fortalecer uma ação conjunta dos atores sociais da região.

Com todas essas ações desenvolvidas pode-se dizer que a Zona da Mata Pernambucana, dada sua longa história de lutas populares, apresenta inúmeras organizações que dão suporte aos movimentos sociais, podendo caracterizar-se em uma

região onde há uma participação efetiva das camadas populares através de suas associações, na busca de soluções para seus problemas.

No ano de 1954, as Ligas ressurgiram no Estado de Pernambuco e se reorganizaram em outros estados do Nordeste, assim como em outras regiões do País. O crescimento da luta pela terra tomava proporções cada vez maiores, colocando em questão a reforma agrária na pauta política. A partir daí, com a criação da Liga Camponesa da Galiléia, em 1955, criada para reunir os arrendatários do Engenho da Galiléia, em Pernambuco, Oscar Beltrão, proprietário do Engenho, temendo as articulações entre camponeses e comunistas, expulsou-os de seus 500 ha e exigiu que pagassem pelo uso da terra e pelas benfeitorias. Com a resistência das 140 famílias, o advogado Francisco Julião, para defendê-los, promoveu um acordo político entre setores urbanos e camponeses. Como as pressões pela desapropriação do Engenho aumentaram, lotes de 10 ha foram distribuídos para 47 famílias e as 100 famílias restantes foram remanejadas para outras duas áreas compradas pelo Estado, surgindo, desta forma, os assentamentos rurais no Estado de Pernambuco (BERGAMASSO; NORDER, 1996).

Diante de tantos conflitos na luta pela terra, surgem os assentamentos, termo utilizado, pela primeira vez, jurídico e sociologicamente, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960 e se difundiu por vários outros países. Os assentamentos rurais são compreendidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais, com o objetivo de reordenar o uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, incluindo aqui, a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (Idem, p. 8).

Diante do crescimento da miséria e inchaço dos grandes centros urbanos, os assentamentos rurais surgem representando uma alternativa para a geração de empregos diretos e indiretos e ainda, para estabelecer um modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais mais eqüitativas. A partir de então, algumas experiências, em nível internacional, começaram a ser apreciadas, como os exemplos dos *asentamientos* na Venezuela e no Chile, dos *ejidos* mexicanos, dos *kibutz moshovem* em Israel, da autogestão iugoslava, entre outros.

Através do Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 1964, aprovado pelo Congresso Nacional, foram fixadas diretrizes para a implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), e para a aplicação da reforma agrária era o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que ficaria responsável.

Com efeito, a partir de 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como uma forma de agrupar aqueles dois institutos. Na Região Amazônica a colonização passou a ser encarada como uma solução para os tradicionais problemas agrários do país. A construção de vários eixos viários como a Transamazônica (no sentido leste-oeste) e a Cuiabá-Santarém (no sentido sul-norte), entre outros que visava à orientação dos fluxos migratórios, especialmente das populações das regiões onde existiam conflitos pela posse da terra.

Como sinal de uma contra-reforma agrária, principalmente no Nordeste, alguns núcleos de colonização foram criados na Transamazônica, no trecho Marabá-Itaituba (considerado área prioritária). Os objetivos desse programa na Amazônia eram: a incorporação e o controle da colonização espontânea da região, incentivo à expansão das atividades de grandes empresas e a substituição da reforma agrária nos demais estados do país.

Com a preocupação de desenvolver economicamente a Região Amazônica em situações bastante críticas, a colonização dirigida tinha o objetivo de estimular a modernização tecnológica em seus projetos, os quais já vinham sendo difundidos no Sul e Sudeste do Brasil. Diante disso, as ocupações de novos territórios seriam efetivadas de duas maneiras: por pequenas unidades familiares e, ao mesmo tempo, por grandes empresas agropecuárias que contavam com subsídios, financiamentos, incentivos fiscais e grandes obras de infra-estrutura patrocinadas pelo Estado.

No período em que a colonização dirigida alcançou seu auge, entre 1970 e 1984, foram assentadas cerca de 86.500 famílias nos projetos oficiais de colonização. A chamada “colonização privada”, em que o Estado transferia a gestão dos empreendimentos ou o loteamento das colônias ao setor privado, foi responsável por assentar quase 27.500 famílias. Os assentamentos onde o INCRA promovia a

demarcação e a titulação de áreas colonizadas espontaneamente, oferecendo uma infraestrutura mínima, regularizou a propriedade de pouco mais de 38 mil famílias (BERGAMASCO & NORDER, 2006, p. 18-21).

Através da tabela 6, é possível observar que na Zona Canavieira do Nordeste as ocupações são um pouco mais numerosas que a resistência na terra, mas são superadas pela combinação da antiga (às vezes, de décadas, como no Sudeste do Pará) resistência na terra de velhos moradores ou de pequenos parceiros ou arrendatários contra a sua expulsão de engenhos e fazendas com as mais recentes reivindicações de trabalhadores residentes ou não residentes de usinas falidas de terem suas indenizações trabalhistas pagas em terra (LEITE; HEREDIA, *et al*, 2004, p. 43).

Mancha (*1)	Ocupação (*2)	Ocupação paulatina (*3)	Resistência na terra (*4)	Mista (*5)	Outras (*6)	Total (100%)
Sul da Bahia	8 (57%)	4 (29%)	2 (14%)	-	-	14
Sertão do CE	5 (50%)	-	4 (40%)	1 (10%)	-	10
Entorno do DF	9 (64%)	-	2 (14%)	-	3 (21%)	14
Sudeste do PA	1 (10%)	9 (50%)	-	-	-	10
Oeste de SC	16 (84%)	-	-	-	3 (16%)	19
Zona Canavieira do NE	8 (32%)	-	6 (24%)	11 (44%)	-	25
Conjunto das manchas	47 (51%)	13 (14%)	14 (15%)	12 (13%)	6 (7%)	92

Tabela 6 - Distribuição dos assentamentos pelas formas de luta utilizadas pelos trabalhadores (n.º de projetos e porcentagem)

Fonte: CINTRÃO, *et al*, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) **Mancha** – concentração de projetos em determinadas partes do país.

(*2) **Ocupação** – ocupações massivas e públicas de terras que se tornaram freqüentes e consolidaram nos últimos 15 anos.

Essa nova forma de organização do espaço rural possibilitou o aparecimento de oportunidades para a inserção dos ex-assalariados das usinas e engenhos, agora agricultores familiares, numa nova dinâmica social e econômica, em que todos os membros da família estão envolvidos nos trabalhos do campo, os trabalhadores estão organizados em associações e cooperativas para agregar um maior valor à produção e fazer com que esta chegue até o consumidor final sem a figura do atravessador, apesar das dificuldades enfrentadas com a falta de assistência técnica.

Vale ressaltar ainda, que esses trabalhadores não mais são submetidos às ordens dos usineiros ou donos dos engenhos para trabalhar em troca, de forma humilhante, da sua força de trabalho por um salário que garantia apenas o mínimo de condições de sobrevivência. Agora, como proprietários de suas terras têm o poder de decisão com relação ao que produzir, diversificando sua produção para, inclusive, inserir-se em outras atividades não-agrícolas, como o turismo, por exemplo, tão visado pelos agricultores familiares da Zona da Mata Pernambucana.

Da abolição da escravatura até a década de 1950 eram os trabalhadores residentes nos engenhos, que recebiam casa, alguma remuneração e acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos para subsistência e criar alguns animais, que compunham a força de trabalho utilizada naquela época.

Vale ressaltar que a luta desses trabalhadores rurais não está vencida a partir do momento em que são assentados. Outras dificuldades começam a ser enfrentadas para garantir a viabilidade socioeconômica dos projetos, decorrentes, na maioria das vezes, do descaso do poder público que não oferece um apoio técnico nem uma infra-estrutura necessária de saúde, educação, transporte, energia elétrica.

Deste modo, frente a uma situação como esta, os trabalhadores assentados se vêem obrigados a estabelecerem diversas estratégias de produção e reprodução social como a formação de cooperativas agropecuárias. É dessa forma, que os assentamentos rurais vão descobrindo e garantindo a delimitação de espaços para atenuar o processo de exclusão social e miséria, estabelecendo, assim, bases para a construção de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

Contudo, os problemas de falta de assistência técnica e infra-estrutura começaram a aparecer ainda antes dessas famílias serem assentadas, o próprio processo de desapropriação que não conta com uma política governamental preestabelecida não definindo a localização e o tamanho das áreas destinadas a esses assentamentos rurais, o que, muitas vezes, resultam em conflitos que traduzem as marcas da estrutura agrária.

A organização espacial interna dos projetos de assentamentos é, ao mesmo tempo, diferenciada e parece seguir um padrão espacial preexistente entre os

agricultores familiares nas regiões onde estão inseridos. Segundo Leite; Heredia; *et al*, (2004), em pesquisa sobre os “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro”, concluiu-se que, na maioria dos Projetos de Assentamentos pesquisados, as casas estão localizadas nos lotes. Identificou ainda que, dos 92 projetos, em apenas 24, ou melhor, 26% foram encontrados agrovilas, geralmente coexistindo com formas de nucleação da população anteriores ao assentamento.

É importante ressaltar que, na Zona Canavieira do Nordeste, as sedes dos antigos engenhos, muitas vezes, foram mantidas e serviram de espaço de sociabilidade e de iniciativas econômicas e políticas dos assentados, ou ainda, foram construídas pelo Incra, agrovilas. Contudo, foi possível perceber que os assentamentos representaram uma reconfiguração do espaço rural e a centralidade das sedes dos engenhos foi reduzida.

Com relação às condições de infra-estrutura dos projetos de assentamento, o que se pode analisar é a relação entre o Estado e os assentados, pois, ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-los, o que os têm colocado à mercê das ações ou omissões do Estado, e a partir daí, enfrenta-se uma situação, que é a da grande maioria, dos assentados vivendo em situação bastante precária. Na tentativa de reverter esse quadro, os assentados começam com uma série de reivindicações. Então, quando da criação do assentamento, junto com ela surgem demandas de infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito, entre outras) e aumentam as pressões sobre os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação destes serviços.

Essa mobilização por parte dos assentados, reivindicando melhores condições de sobrevivência acaba por despertar um conjunto de reivindicações de outras comunidades que viviam em situações igualmente precárias e vêm, através dessas atitudes reivindicativas, possibilidades de melhoria das condições de vida. O quadro 1 mostra o número de Projetos de Assentamentos, a capacidade de assentamentos e o número atual de famílias assentadas no período entre 1995 – 2001 num contexto nacional.

1995 – 2001	Número de PA's	Capacidade de assentamentos (famílias)	Número de famílias
Acre	53	8.471	6.632
Alagoas	51	4.721	4.334
Amapá	22	6.612	2.100
Amazonas	13	2.998	1.563
Bahia	201	18.389	16.816
Ceará	245	14.456	12.852
Distrito Federal*	-	-	-
Espírito Santo	29	2.162	2.153
Goiás*	175	11.388	9.826
Maranhão	450	62.664	68.139
Mato Grosso	272	52.277	37.901
Mato Grosso do Sul	83	11.055	11.492
Minas Gerais*	149	9.306	8.420
Pará*	334	1.145	67.134
Paraíba	143	9.950	8.384
Paraná	176	10.243	10.283
Pernambuco*	163	10.345	9.636
Piauí	108	10.129	6.251
Rio de Janeiro	12	1.595	1.518
Rio Grande do Norte	200	13.586	9.713
Rio Grande do Sul	119	5.235	5.716
Rondônia	82	16.808	10.922
Roraima	25	8.266	3.189
Santa Catarina	62	2.488	2.509
São Paulo	128	7.585	8.587
Sergipe	65	4.048	3.731
Tocantins	172	14.151	11.621
Norte	701	124.439	90.523
Nordeste	1.626	148.287	139.856
Centro-Oeste	532	74.757	59.261
Sudeste	318	20.648	20.678
Sul	357	17.965	18.508
Brasil	3.534	386.096	328.825

Quadro 1 - Projetos de Assentamento (PA's), Capacidade de Assentamentos e Número de famílias

Fonte: Adaptada do Estudo sobre a qualidade dos assentamentos, 2003.

* Estados com mais de uma superintendência regional ou cuja área de atuação da superintendência regional ocupa mais de um estado.

Destacando o Estado de Pernambuco, no período referido no quadro 1, pode-se observar que o número de famílias assentadas está aquém da capacidade de assentamentos do Estado.

A partir do momento em que são criados os assentamentos, surge uma nova dinâmica na vida desses assentados e com ela, novos espaços e redes de sociabilidade em que são refeitos e reconstruídos novos amigos e estabelecida uma nova dinâmica

com o entorno do assentamento, ou melhor, sua interação com as cidades e com o poder público municipal e uma nova inserção na política local. Junto a essas mudanças, a dinâmica social e cultural se impõe na vida dos assentados, que é muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia dessa população vai ser marcado pelas estratégias de reprodução da unidade familiar, pelos vínculos de parentesco, pela relação com a cidade, com a religião e com espaços de lazer (LEITE; HEREDIA, *et al*, 2004, p. 87).

No contexto dessa nova dinâmica surgem novas formas de organização do espaço rural, portanto, agora, depois de já assentados, voltada para a organização interna e para a obtenção de crédito e infra-estrutura. Essas formas organizativas são de grande importância para as comunidades, contribuindo para a integração dos grupos e, o que é mais importante, conferindo aos assentados sua identidade social, o que é importante para a busca de novas atividades não-agrícolas como o turismo, em que os agricultores familiares possam estar inseridos na atividade juntamente com o município ao qual faz parte, apresentando suas atividades cotidianas e conduzindo os visitantes para um passeio de contemplação das belezas naturais existentes no espaço rural.

As associações são de fundamental importância para dar suporte nas relações entre os assentados com outras entidades e/ou atores externos aos assentamentos. Já as cooperativas, tão importantes quanto às associações, porém menos representativas, são importantes na comercialização da produção dos assentados.

É importante ressaltar que, desde 1985, ano em que se iniciou uma redemocratização no Brasil, foram criados milhares de assentamentos no Programa de Reforma Agrária onde vivem mais de meio milhão de famílias. Mas, como há poucos dados disponíveis a esse respeito, essas informações não trazem tanta segurança quanto à sua legitimidade. São poucos os recursos que permitem responder a alguns questionamentos como: quais as condições de vida e de moradia dos assentados? Eles estão recebendo o apoio e o financiamento que necessitam, e que têm direito? Quais foram os avanços do ponto de vista da renda familiar, da organização social, da cidadania? (SPAROVEK, 2003, p. 1). São esses e outros questionamentos aos quais são necessários para uma análise fidedigna da situação em que se encontram os assentados em seus espaços conquistados.

Portanto, apesar de sua multiplicidade de origem, os assentamentos no Brasil apresentam pontos convergentes como o de representar uma resistência ao processo de separação entre o trabalhador rural e a propriedade da terra; a intensa mobilização política dos trabalhadores e a preexistência de conflitos sociais.

1.4 Agricultura Familiar

Apesar de uma grande representatividade, sendo responsável por mais 70% da produção de alimentos do país, ser a base econômica de cerca de 90% dos municípios, responder por 35% do PIB nacional, abrigando 40% da população economicamente ativa (ROSA, 1999, p. 2), mantendo milhões de brasileiros empregados e conservando a paisagem rural ocupada e produtiva (mesmo que em menor grau), a Agricultura Familiar apresenta uma realidade de muitas dificuldades para os agricultores brasileiros, com constantes migrações para as grandes cidades em busca de melhorias na qualidade de vida.

As mais recentes discussões sobre a importância e o papel que a agricultura familiar desempenha, sobretudo, como ferramenta de desenvolvimento do país, vêm ganhando cada vez mais legitimidade social, política e acadêmica no Brasil. Vários foram os fatores que contribuíram para que este tema alcançasse tamanha magnitude, como, por exemplo, as questões de geração de empregos, utilização de tecnologias limpas, segurança alimentar, poluição global, uso exacerbado de agrotóxicos nas plantações e, sobretudo, a questão do desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida.

Como ponto de partida para a discussão sobre a agricultura familiar, Wanderley (1999 p. 25) a conceitua como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Ela insiste ainda que o caráter familiar não é apenas um detalhe superficial e descritivo, mas sim uma importante associação de uma estrutura produtiva entre família-produção-trabalho, tendo suas conseqüências fundamentais na forma como age econômica e socialmente. Definida desta forma, a agricultura familiar é uma categoria genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Como exemplo de uma dessas formas sociais, sem maiores aprofundamentos nestas, pois não é o objetivo principal deste trabalho, a agricultura camponesa, que funda suas bases na relação entre propriedade, trabalho e família, possui particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (Ibidem).

Para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), segundo Torrens (2005, p. 3), a categoria “agricultura familiar” envolve proprietários, assentados da Reforma Agrária, posseiros, parceiros, arrendatários, colonos, ocupantes, agregados, extrativistas (castanheiros, seringueiros, quebradeiras de coco, cipozeiras etc.), pescadores artesanais, ribeirinhos, caiçaras, índios, quilombolas, dentre outros específicos.

Segundo Schneider (2003, p. 2), a expressão “agricultura familiar” se destacou no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 ao lado da efervescência dos movimentos sociais no campo capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag. Mesmo diante de desafios como os impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer proteção a um conjunto de categorias sociais compostas por assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros que não mais podiam ser identificados com as noções de pequenos produtores ou simplesmente, de trabalhadores rurais.

Com efeito, pode-se observar que as categorias sociais protegidas pela agricultura familiar persistem em uma inserção e maior participação no desenvolvimento rural brasileiro como pode ser observado, por exemplo, na região Nordeste, especificamente na Zona da Mata Pernambucana, onde os movimentos sociais reivindicam por melhores condições de vida e de trabalho, além de apoio técnico nas áreas de assentamentos rurais.

Martins (2001, p. 1) prefere uma concepção mais histórica e antropológica da unidade de reprodução social da família, regulada por valores de tradição familiar. Além

disso, continua o autor, nela, as estratégias de reprodução não se limitam a subsistir, a permanecer, elas dão conta das novas necessidades e desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais na sociedade na qual a família se insere. Abramovay (1992, p. 209) complementa destacando:

[...] o peso da produção familiar na agricultura, que faz dela, atualmente, setor único no capitalismo contemporâneo, conseqüentemente, não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante.

Essa citação apenas reforça a importância da produção familiar na agricultura diante das adversidades e transformações existentes no capitalismo, mostrando a força do caráter familiar e sua representatividade nos setores social e econômico. Um exemplo bastante prático é o que está ocorrendo em áreas de assentamentos rurais, pois, sem condições adequadas para o trabalho e sem infra-estrutura de apoio aos assentados, surgem, em meio a essas dificuldades, alternativas para a complementação da renda agrícola, ou seja, as atividades não-agrícolas, como o turismo, por exemplo, com a valorização das potencialidades naturais do espaço rural. Nessa modalidade de turismo no espaço rural a paisagem não é alterada e há uma valorização do sistema produtivo, da ordenha e atividades de pesca, dessa forma o agricultor familiar é capaz de buscar sua inserção em outras atividades que possam complementar sua renda, vinda da produção agrícola.

De acordo com Torrens (2005, p. 2), a agricultura familiar, de um modo geral, é o segmento social responsável pela maioria absoluta dos estabelecimentos rurais do país, pois contribui significativamente para a dinamização das economias locais e também para a garantia de grande parte da produção agrícola nacional. Ele argumenta ainda que a organização familiar da agricultura encontra-se sufocada por ações desencadeadas em favor dos segmentos sociais protagonistas do modelo hegemônico que, dentre outras características, funda-se na monocultura das atividades produtivas de bens primários, na eliminação da mão-de-obra não qualificada, na adoção de um padrão tecnológico que degrada os recursos naturais renováveis, uma seletividade cada vez maior dos produtores rurais e um aumento da dependência nacional em função da vulnerabilidade do mercado internacional, centrado em *commodities*.

Já Abramovay (1997, p. 2) discute a “agricultura familiar” a partir da forma como é apresentada em documentos oficiais, com a utilização indiscriminada de julgamento prévio sobre o desempenho econômico das unidades familiares, como noções equivalentes a “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” e até “agricultura de subsistência”. Ele apresenta seis características que definem a agricultura familiar baseadas nas definições dadas por Grasson e Errington *apud* (ABRAMOVAY, 1997, p. 3):

1. A gestão é feita pelos proprietários;
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
3. O trabalho é fundamentalmente familiar;
4. O capital pertence à família;
5. O patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;
6. Os membros da família vivem na unidade produtiva.

A organização familiar da agricultura ainda se encontra presente em todos os estados brasileiros e é, sem dúvida, um segmento de grande importância para a economia e para as comunidades do espaço rural, com um enorme potencial de fortalecimento e crescimento. Além disso, é considerado um setor estratégico para a manutenção e recuperação de empregos, para a redistribuição da renda e para a garantia da soberania alimentar do país.

Considerado um segmento tão importante econômica e socialmente, a agricultura de organização familiar conta com o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas nas propriedades e/ou em seu entorno. Dentre as atividades não-agrícolas o turismo tem se destacado como uma alternativa interessante para os agricultores familiares na medida em que são valorizadas as potencialidades existentes na propriedade como os recursos naturais (cachoeiras, rios, mirantes naturais), os culturais (a gastronomia do campo, os saberes populares, as danças típicas) e socioambientais (palestras sobre a importância da preservação do meio ambiente, ministrada pelos próprios agricultores familiares, “dia de campo”, atividades conduzidas pelos jovens, geralmente filhos de agricultores, para conhecer o cotidiano no campo e a importância das atividades rurais na vida de todos), além do resgate da auto-estima do

trabalhador rural que abre as “porteiras” de sua propriedade para compartilhar seu cotidiano com os citadinos, como exemplo, pode-se citar a experiência de Santa Rosa de Lima – SC que, juntamente com outros municípios vizinhos, através da Associação Acolhida na Colônia, montaram um roteiro turístico pelo espaço rural para que o turista pudesse visitar e conhecer a vocação de cada um deles para a atividade turística, o que pode representar vantagens para sua inserção na economia.

Partindo para a análise de alguns dados, como os apresentados na tabela 7, com destaque para a Região Nordeste do Brasil e de acordo com o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, a agricultura familiar detém a maior parcela dos estabelecimentos agrícolas familiares do país (49,7%). Comparado com as demais regiões, significa que existem, nessa região, cerca de 2.055.157 estabelecimentos, estes detêm 43,5% da área. Esses estabelecimentos detêm também, a maior fração da área (31,6%), mas não há uma participação correspondente no valor bruto da produção (apenas 16,7%). Estes aspectos são indicadores de uma menor eficiência relativa e, certamente, de uma maior desarticulação, pois os sistemas de produção integrada estão mais presentes nas regiões Sudeste e Sul do que no Nordeste.

Região	Estab. s/ total	% Área s/ total	%VBP s/ total	% FT s/ total
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 7 - Agricultura Familiar – Participação Percentual das Regiões no número de estabelecimentos, Área, Valor Bruto da Produção e Financiamento Total Destinado aos Agricultores Familiares.

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Ainda baseado nos dados do projeto realizado pela Associação INCRA/FAO, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos e mesmo dispondo de apenas 30,5% da área total, são os principais responsáveis pela empregabilidade de 76,9% do Pessoal Ocupado (PO). Ou seja, dos 17,3% milhões do PO na agricultura brasileira, cerca de 13.780.201 estão empregados no segmento familiar, estando no Nordeste, o maior número de agricultores, como exposto na tabela 8, responsável por aproximadamente 6.809.420 pessoas. A partir desses dados torna-se

clara a importância que as estruturas familiares nordestinas desempenham no cenário rural brasileiro.

REGIÃO	P.O TOTAL	% P.O TOTAL
Nordeste	6.809.420	82,93
Centro-Oeste	551.242	54,14
Norte	1.542.577	82,15
Sudeste	2.036.990	59,20
Sul	2.839.972	83,94
BRASIL	13.780.201	76,85

Tabela 8 - Distribuição do Pessoal Ocupado por Regiões

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

Analisando o pessoal ocupado na agricultura familiar nas regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, é interessante destacar que, através da experiência empírica foi possível encontrar a existência de dois tipos de empresas agrícolas: as de caráter indiscutivelmente familiar que contam com trabalho assalariado complementar (inclusive permanente) e as de caráter indiscutivelmente patronal, mas que podem ser equivocadamente classificadas como familiares quando seus assalariados estão encobertos por contratos de empreitada.

É possível observar a distribuição desse tipo de estabelecimento no Brasil, através da Tabela 9, e se ter uma noção geral de como estava a distribuição da terra segundo os mais recentes dados do Censo Agropecuário do IBGE entre 1995/1996.

Categorias	Estab. Total	% Estab. Total	Área Total (mil.ha)	% Área Total
Familiar	4.139.369	85,2	107.768	30,5
Patronal	554.501	11,4	240.042	67,9
Inst. Religiosas	7.143	0,2	263	0,1
Entid. Pública	158.719	3,2	5.530	1,5
Não Identificado	132	0,0	8	0,0
Total	4.859.864	100,0	353.611	100,0

Tabela 9 - Distribuição dos estabelecimentos rurais no Brasil

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Para uma maior compreensão sobre as categorias dos estabelecimentos rurais no Brasil, a FAO (1994) faz uma distinção, quanto à área, das duas formas de produção agrícola existentes no Brasil: a patronal – compreendida entre 500 e 10.000 ha; e familiar – entre 20 e 100 ha.

Atualmente, o modelo dominante no espaço rural brasileiro é denominado de Agricultura Patronal. Com suas grandes lavas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes, esse tipo de produção se caracteriza por uma forte concentração da renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente superior em termos sócio-culturais. Sob o paradigma da sustentabilidade, são vastas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária devido, sobretudo, a sua ênfase na diversificação e à maior agilidade e flexibilidade de seu processo decisório.

Pesquisas, baseadas em projeções dos Censos Agropecuários, indicam também que, apesar de disporem de uma área três vezes menos que a detida pelas fazendas do grupo patronal, os estabelecimentos familiares têm praticamente a mesma participação na produção total e, por terem sistemas mais intensivos permitem a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área. Também ficou constatado que, enquanto na agricultura patronal são necessários cerca de 60 hectares para a geração de um emprego, na familiar precisa-se de apenas 9 hectares.

Esses dois extremos, agricultura familiar e patronal, podem ser melhor visualizados em trabalhos recentes, no Brasil, que tratam do desenvolvimento rural, através da categoria da “agricultura familiar”. É possível identificar, na tabela 10, os estratos sociais rurais que se constituem num “macro-delineamento via tipificação dos agricultores, os quais estariam a compor o quadro rural do país” (FAO/INCRA, 1994).

Categoria	Área média (ha)	% da área total	Pessoal ocupado (estabelecimento)	Pessoal ocupado (milhões)	% do total ocupado
Patronal	600	75	10	5	20
Familiar consolidada	50	19	4	6	24
De transição	8	5	3	7,5	30
Periférica	2	1	(2,5)*	(6,5)	(26)
Totais	57	100	(4)	(25)	(100)

Tabela 10 - Área média e pessoal ocupado nos estabelecimentos agrícolas Brasileiros segundo categoria (1994 – estimativas).

Fonte: FAO-INCRA (1994:04-05)

*Estimativa entre parênteses

Quando se trata das políticas públicas, a Agricultura Familiar ficou excluída durante muito tempo, inclusive de programas especiais que foram implementados na década de 1970. Contudo, a realidade atual já se encontra um pouco diferente, sendo pauta de discussão nos diversos meios governamentais e não-governamentais. Um exemplo disso é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que tem como objetivo proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtivas e a melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Visando ao alcance dos objetivos, o programa, com suas várias ações em nível nacional, realizou uma leitura da Agricultura Familiar desde sua criação, relatando que, elegê-la como protagonista da política voltada para o desenvolvimento rural não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação, ou ao menos no discurso, do atual governo em relação à agricultura e aos próprios trabalhadores rurais, apesar de todos os impasses da ação pública. Também se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras esferas da sociedade, além da estritamente econômica, tais como educação, saúde e proteção ambiental (MATTEI, 2001).

Quando se trata de organismos não-governamentais, os esforços de algumas entidades têm contribuído para o fortalecimento da Agricultura Familiar, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR, representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que em 1995

elaborou um grande projeto com o nome de Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS).

No entanto, para que estas políticas de desenvolvimento sejam levadas à frente, é necessário fomentar a capacidade de cada comunidade na busca de seu próprio projeto de desenvolvimento, pois sempre os grandes produtores são favorecidos, como destaca Bergamasco (1997):

Os grandes produtores foram favorecidos e puderam modernizar-se, enquanto os pequenos agricultores sem terra, ou com pouca terra, foram marginalizados. Em 1979, o número de contratos de custeio foi de 1.375.417, atingindo menos de 25% do total de produtores do país. Destes contratos, 80% eram destinados aos pequenos agricultores que correspondia apenas a 20% do total dos recursos, os grandes com 3,37% dos contratos receberam 31,01% dos recursos.

Com os dados acima expostos, é possível observar a pouca participação dos agricultores familiares na oferta de crédito rural, tornando-os mais vulneráveis ao processo de descapitalização, o que limita a inserção destes nas diferentes atividades existentes no meio rural, como a diversificação da produção agrícola e ainda aquelas que venham a surgir neste espaço, como atividades não-agrícolas.

Para classificar, sócio-economicamente os agricultores familiares no país, o IBGE 1995/96 os organizou em quatro tipos:

Tipo A – composto por agricultores capitalizados, representando apenas 406.291 estabelecimentos familiares; vale destacar que este tipo de agricultor não representa a realidade do agricultor familiar estudado no presente trabalho.

Tipo B – composto por agricultores em processo de capitalização, formado por 993.751 estabelecimentos familiares;

Tipo C – agricultores em fase de descapitalização com 883.547 estabelecimentos. Essa realidade se aproxima dos trabalhadores aqui abordados.

Tipo D – compostos por agricultores descapitalizados, constituindo a maioria, com 1.915.780 estabelecimentos familiares. Este tipo de agricultor representa, como mostram os números, a maioria dos trabalhadores rurais do Brasil, aproximando-se da realidade do espaço rural da região Nordeste, especificamente nas áreas de assentamentos rurais em que a situação é muito mais complicada, pois os agricultores vivenciam a dinâmica do espaço rural e não têm condições de acompanhá-las por

descaso das políticas públicas. Mas, mesmo desta forma e nessas condições, esses agricultores buscam uma inserção nas atividades desenvolvidas na região.

Considerando a participação no Valor Bruto da Produção em relação à área como um indicador de eficiência, os tipos C e D seriam menos eficientes que A e B, o que justificaria políticas distintas para cada um desses públicos.

A Agricultura Familiar, frente à concorrência internacional, colocou os agricultores familiares numa situação de bastante dificuldade na busca de soluções dentro de um esquema mecânico ou simplificado de análise, comumente utilizado pelos formuladores de políticas públicas. O modelo de produção dominante leva-os a alguns questionamentos quanto as suas estratégias de reprodução familiar, assim, a sustentabilidade social e econômica da agricultura familiar brasileira e suas perspectivas em médio prazo, dentro ou fora das propostas de políticas de desenvolvimento rural do país torna-se ponto básico para discussões. (ROSA, 1999, p. 3).

No desenvolvimento do espaço rural, a agricultura familiar, inserida no capitalismo, é encarada pelos clássicos do marxismo, como um paradoxo básico da questão agrária, pois caracteriza uma espécie de competitividade perversa que o excesso de trabalho e a miséria absoluta propiciavam ao camponês um sofrimento sem fim, e isso é o que lhe permitia continuar no mercado, mesmo sabendo “que o progresso técnico acabaria fatalmente por apertar a corda que sua própria pobreza colocava-lhe em volta do pescoço.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 211).

A competitividade perversa a que se refere Abramovay pode ser observada no espaço rural de algumas regiões do Brasil, como no Nordeste, por exemplo, na Zona da Mata Pernambucana, onde os agricultores familiares não conseguem atender à demanda com a produção diversificada no interior de sua propriedade e acaba saindo para trabalhar como assalariado no corte da cana, além de, muitas vezes, vender parte de sua propriedade para as usinas utilizarem para a plantação da cana-de-açúcar.

Mesmo com esse pensamento dos clássicos do marxismo, percebe-se a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento rural que priorize a promoção da agricultura familiar que ainda não foram percebidas pela sociedade brasileira. A visão

convencional considera que o perfil patronal de produzir ainda é o melhor modelo e este supera todos os outros. Daí a importância de uma avaliação concentrada no desempenho econômico das formas básicas de produção agropecuária.

Por outro lado, resultado dos avanços democráticos no Brasil nas últimas décadas é possível observar o surgimento de um novo padrão de desenvolvimento rural, contemplando diferentes dimensões da sustentabilidade (econômica, social, política, cultural, ambiental e territorial). Com efeito, o rural, não somente o agrícola exerce um papel fundamental na construção de um novo projeto para a sociedade, ou melhor, um espaço para a diversificação e multiplicação da pluriatividade tanto dos sistemas de produção quanto das atividades rurais não-agrícolas, além de viabilizar novas estratégias de conservação ambiental compatíveis com a produção agropecuária, promover e estimular dinâmicas de inserção social e, finalmente, gerar alternativas tecnológicas para que os agricultores familiares tenham uma relativa autonomia em relação aos insumos externos a sua propriedade (TORRENS, 2005, p. 19).

Essa tendência à diversificação das atividades rurais pode ser quantificada através dos dados apresentados pela Pesquisa Nacional Aplicada a Domicílios - PNAD de 1995 que apresentam estudos sobre a população economicamente ativa no Brasil, ocupada em atividade agropecuária e mostram que, “40% dos 7,5 milhões de domicílios rurais identificados pela PNAD de 1995 eram pluriativos (24%) ou não-agrícola (17%), o que reforça a tese de que o mundo rural é hoje muito maior que o agrícola, e isso significa dizer que, de cada quatro famílias que exercem apenas atividades agrícolas, três ainda residiam em zonas rurais em 1995” (DEL GROSSI; SILVA, 1998).

Alguns agricultores familiares estão buscando se desenvolver com o surgimento de equipamentos turísticos, o que tem contribuído para que aconteçam mudanças na renda dos agricultores familiares. Membros da família, geralmente os jovens, filhos de agricultores estão sendo empregados nestes equipamentos como, por exemplo, os hotéis-fazenda, onde desempenham a função de condutores dos turistas para que conheçam os atrativos turísticos no espaço rural e até funções como cozinheiros, camareiras e motoristas de automóveis utilizados para passeios.

Ainda baseado nos dados da PNAD, pode-se constatar que a renda média rural proveniente das atividades não-agrícolas, em 1990, foi 32% maior que a média da renda rural proveniente de atividades agropecuárias. E entre 1992 e 1995, as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no espaço rural aumentaram em cerca de 10% ao ano.

Surgem, então, novas características estruturais relacionadas ao espaço rural, e com elas, uma expressão que indica, nas palavras de Silva (1999), a ampliação do fenômeno da dedicação apenas parcial de um único integrante de uma família rural à produção agropecuária – é o agricultor de tempo parcial (*part time farmer*):

[...] sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora do seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no espaço rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...] uma atividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

Contudo, o espaço rural passa a ser interpretado como um mundo rural diferente, novo e ainda como um espaço de produção e consumo da sociedade urbano-industrial devido à criação de novas possibilidades de exploração do meio como a oferta, a própria população citadina, de novas formas de lazer associadas ao convívio com o meio ambiente natural que podem ser incorporadas como: pesque-pague, pousadas rurais e áreas verdes para caminhadas e trilhas, enfim, atividades socioeconômicas ligadas ao turismo ecológico ou rural.

Diversos foram os impactos nos sistemas produtivos e seus mercados, outros aconteceram no nível da dinâmica da produção do espaço rural e representaram alterações relevantes na maioria dos países de economia capitalista. Percebe-se, a partir dessa dinâmica, uma tendência visível de redução de pessoas ocupadas na agricultura e um aumento no número de pessoas residentes no campo com atividades não-agrícolas, ou seja, uma camada significativa de agricultores familiares buscando combinar agricultura às outras formas de rendimento não vinculadas diretamente ao processo de produção agropecuária.

De um modo geral, toda essa transformação que vem ocorrendo no espaço rural representa um redimensionamento da estrutura social e uma (re)organização e

(re)produção da estrutura espacial - forma e função (SANTOS, 2004) - de muitas localidades e, como consequência, assiste-se a um sensível declínio da hegemonia da agricultura neste espaço. O lugar e o papel das unidades familiares deixam de ser pensados apenas sob o único ângulo das relações de produção agrícola.

Diante dessas transformações é que se torna bastante relevante e se abre oportunidades para uma discussão a respeito da importância do resgate das formas tradicionais, da produção cultural e dos saberes locais acumulados e repassados por gerações ao longo dos tempos. É possível observar ainda que o fortalecimento das formas de organização comunitária, assim como a valorização e recriação das identidades coletivas subjacentes às formas tradicionais de organização social, são os traços de um rural que integra a diversidade social dos grupos culturais que fazem parte de sua nova configuração. Vale destacar que, o fato de se preservar culturas tradicionais não significa a estagnação em uma realidade, pelo contrário, significa iniciativas consideradas típicas do mundo moderno. Desta forma, luta-se por uma “estruturação mais horizontalizada do espaço rural, o que resulta nas relações interpessoais mais solidárias” (TORRENS, 2005, p. 20).

As transformações apresentadas acima são cenários que se formam e que se desenham para criarem oportunidades de inserção dos agricultores familiares na nova configuração dos espaços rurais com a introdução de atividades não-agrícolas. É possível observar em áreas de assentamentos rurais que o novo arranjo configura uma alternativa de complementação da renda agrícola com atividades como o turismo, por exemplo, observado na Zona da Mata Pernambucana onde os antigos engenhos de açúcar ganham novas funções para se inserir na atividade turística.

02. O TURISMO E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MEIO RURAL

No período de industrialização do pós-guerra, houve um elevado aumento das oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho brasileiro se tornou muito heterogêneo. Durante uma longa crise que se abateu sobre a economia brasileira a partir do início da década de 1980, foi possível observar um crescimento extremamente lento do emprego formal e um correspondente aumento das relações de trabalho sem contratos formais.

De alguma forma, esse processo atingiu também a agricultura, gerando uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no espaço rural brasileiro, a qual alterou a estrutura e a composição do mercado de trabalho. Neste sentido, as mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através do aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas exclusivamente à produção agropecuária, como o turismo, por exemplo.

O turismo tem se mostrado uma alternativa interessante para pequenas localidades rurais cujo principal produto econômico é a agricultura, seja por sua capacidade geradora de divisas e oportunidades de novos empreendimentos, seja pelas possibilidades que se abrem para a fixação do homem no campo uma vez que oferece oportunidade de emprego e renda. Neste contexto, vale salientar alguns pontos importantes que devem ser somados para garantir a sustentabilidade desta atividade, seja econômica, ecológica ou social – a importância da compreensão do significado da atividade e a participação dos agricultores familiares em todas as fases do processo.

Nas duas últimas décadas, o espaço rural brasileiro tem passado por profundas transformações, o que contribui para que ele não possa mais ser considerado como essencialmente agrícola, pois novas atividades não-agrícolas vão surgindo como forma de complementação da renda dos agricultores familiares, como o turismo e o artesanato, por exemplo. “A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas

atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento às atividades agrícolas.” (DEL GROSSI; SILVA, 1998).

O significado desse processo de transformação apresenta-se como “novas ruralidades”, ou seja, uma constante e crescente diversificação de atividades não-agrícolas, além das mais tradicionais atividades agrícolas, no espaço rural. Esse espaço vem sendo crescentemente dividido com atividades orientadas para o consumo, como o lazer e turismo, ou melhor, “assumindo formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas, à medida que a sociedade sai dos padrões fordistas.” (MARSDEN *apud* CAMAPANHOLA; SILVA, 1998).

Quando se trata de desenvolvimento regional ou local parece estar se chegando a um consenso de que este se caracteriza como uma alternativa para enfrentar os desafios da globalização, que tende a homogeneizar os padrões de consumo, os hábitos e costumes, tudo isso em nome da eficiência e da produtividade. Nesse processo, o local se reestrutura socialmente para se fortalecer e se viabilizar economicamente. “É como se as partes fossem se diferenciando do todo para se tornarem singulares e especiais.” (CAMPANHOLA & SILVA, 1999).

Ainda enfatizando o local, na perspectiva de seu desenvolvimento, destaca-se a otimização das especificidades de cada localidade ou território e o aproveitamento máximo de suas potencialidades e oportunidades.

O turismo no espaço rural constitui-se numa forma de valorização do território, porque, ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço rural para ser uma atividade de sucesso, pois, se mal gerida, torna-se uma atividade insustentável, contribui também para a proteção ambiental e para conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural, visto que estes elementos são os atrativos que estarão disponíveis para a visitação dos turistas, sem estes a atividade não é capaz de atrair fluxo turístico. Este segmento da atividade turística serve de instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, priorizando a comunidade direta e indiretamente envolvida com esta atividade, além de complementar a renda vinda da produção agrícola.

A atividade turística no meio rural pode ser um instrumento para a geração de renda e dinamismo econômico. No caso de uma pequena propriedade produtiva, para os agricultores familiares se desenvolverem, várias são as possibilidades que um estabelecimento rural pode oferecer para a realização do turismo como: processamento caseiro de alimentos; restaurantes de comidas típicas; lanchonete; pousada; venda direta ao consumidor; colheita no pomar; visita às atividades de produção agropecuária (ordenha, plantio, colheita, tratamentos culturais, viveiros de mudas, horta, sistema de produção orgânico, florestais, criação de animais exóticos, visita às unidades de processamento “*in natura*”), trilhas, pesque-pague, escaladas, entre muitas outras atividades e serviços que podem ser oferecidos nas propriedades familiares. Através dessas atividades os agricultores familiares podem se inserir na atividade turística municipal.

Diante de tamanha potencialidade de atividades que podem ser desenvolvidas no espaço rural, pode-se deparar, ao mesmo tempo, com algumas dificuldades como a falta ou a precariedade de infra-estrutura em geral: alojamentos; vias de acesso; rede elétrica; saneamento básico; coleta de lixo; corpo de bombeiros; policiamento; hospitais; comércio; farmácias; restaurantes; supermercados; além da carência de pessoal treinado nas diversas atividades, e ainda, falta um quadro institucional para desenvolver e promover o turismo.

Para que o turismo neste espaço desempenhe seu papel com sucesso, é essencial e de fundamental importância que seja priorizada a contratação de pessoal da própria localidade onde a atividade está sendo desenvolvida e que o mesmo seja qualificado para trabalhar com a atividade. Mas parece não ser esse o maior desafio, e sim transformar os membros das comunidades locais em atores ativos nos planos e projetos turísticos no espaço rural.

Este tipo de turismo, mais pessoal e acolhedor no espaço rural, vem se destacando frente àquele turismo tradicional de massa. O turista é convidado a conhecer e a fazer parte, mesmo que somente por um pequeno espaço de tempo, das rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Como resultado dessa interação, há o resgate da auto-estima do trabalhador e da trabalhadora do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada

pelas presenças dos turistas urbanos, fomentando a produção e o desenvolvimento local. O turismo promove ainda a melhoria do acesso ao destino turístico, a construção de hotéis, melhoria da infra-estrutura e também a comercialização da produção dos agricultores familiares.

Nesse novo contexto do espaço rural brasileiro, o turismo tem se mostrado como uma alternativa estratégica, permitindo a ampliação da pluriatividade, com grande contribuição para a manutenção das famílias rurais no campo, de maneira digna e sustentável. Outra variável positiva, reflexo dessa diversificação é a diminuição do fluxo migratório da população do campo rumo aos grandes centros urbanos, através do aproveitamento da força de trabalho rural em atividades com maior nível de remuneração.

As atividades turísticas praticadas no espaço rural devem ser associadas aos agricultores familiares de maneira inovadora e ao mesmo tempo sem que se afaste das especificidades locais, valorizando e preservando o patrimônio rural. Nesta atividade o produtor rural passa a ser prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação ambiental e cultural de sua região.

2.1 Turismo: definições e tipologias

As definições para o turismo começaram a ser dadas a partir do momento em que se iniciaram os estudos científicos do turismo no início do século XX. Em 1911 um economista austríaco elaborou a primeira definição do turismo como “o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Depois dessa, muitas outras definições vieram para uma maior compreensão do turismo. Barreto (1995) expressa a contribuição feita pelo o espanhol Luis Fernandez Fuster, em 1973, definindo o turismo como,

[...] de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes [...]. Turismo é o conjunto de organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda [...]. Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras.

Já a Organização Mundial do Turismo – OMT, define o turismo como “a soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais” (DE LA TORRE *apud* BARRETO, 1995, p. 12).

Com a Revolução Industrial, no século XIX, segundo Barreto (1995) o turismo sempre esteve ligado a dois fatores determinantes: modo de produção e desenvolvimento tecnológico, o primeiro determinando quem produzir e o segundo quem viajar. Enquanto o modo de produção reflete um modelo de realidade que pode influenciar o comportamento da demanda, o desenvolvimento tecnológico oferece inovações que vão contribuir para o surgimento de novas oportunidades de viagens, meios de transportes e hospedagens.

Na América Latina, os primeiros países a praticarem o turismo receptivo foram o Chile, Argentina e Uruguai. No Brasil, esse fenômeno só passou a ser notado a partir de 1920, vinculado ao lazer. Até então não havia pretensões de desenvolver o turismo de aventura ou educativo, como era feito na Europa naquele mesmo período.

Na metade do século XX a atividade turística se expandiu pelo mundo todo. Aumentou o número de agências de viagens, como consequência do crescimento das companhias aéreas. A hotelaria passou por algumas modificações com relação a sua localização espacial, antes os melhores hotéis estavam concentrados no centro das cidades, mas, com o crescimento do turismo automotor, construíram-se hotéis com estacionamento, a princípio na beira das estradas: *motéis* (estrutura horizontal) e *motor-hotels* (estrutura vertical).

No final do século XX, o turismo teve um crescimento bastante significativo como atividade econômica, segundo dados da Organização Mundial do Turismo – OMT, de 1950 a 2000 os deslocamentos internacionais de turistas passaram de 25 para

699 milhões por ano, representando uma taxa de crescimento aproximado de 5% ao ano. Esses números referem-se somente ao turismo internacional, visto que, se for feita uma suposição, esse número deve ser muito mais expressivo se os turistas se deslocarem dentro de seu próprio país. Em 2010, segundo as projeções da OMT mais de 1 bilhão de pessoas estarão realizando viagens internacionais.

Como atividade econômica, o turismo superou setores tradicionais como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. Este setor tende a crescer 7,5% ao ano nos próximos 10 anos, movimentando cerca de US\$ 3,4 trilhões (10,9% do PIB mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global) e um número incalculável de atividades correlatas, segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (*World Travel and Tourism Council - WTTC*).

Também aceita como uma definição formal, pela OMT, elaborada por Sancho *apud* DIAS (2003, p. 11), “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócio ou outras”.

O mesmo autor diz ainda que a atividade turística é formada por um conjunto de elementos inter-relacionados que evoluem de forma dinâmica e são compreendidos por quatro elementos básicos que serão analisados também de acordo com seu desenvolvimento no espaço rural:

1. Demanda – formada por um conjunto de consumidores, ou prováveis consumidores, de bens e serviços. Em algumas regiões do Brasil, como Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul a demanda pelo turismo rural tem aumentado significativamente devido ao modo como vem sendo estruturado para dar apoio e conforto aos visitantes, o que estimula a demanda. No caso da região Nordeste, existe uma demanda de turistas, inclusive estrangeiros para os hotéis ali instalados, em se tratando especialmente na Zona da Mata Pernambucana;

2. Oferta – composta pelo conjunto de produtos, serviços e organizações envolvidos ativamente na experiência turística. O espaço rural brasileiro conta com produtos e serviços cada vez mais diferenciados para atrair turistas de diferentes perfis.

A Zona da Mata Pernambucana tem procurado, cada vez mais, diversificar a oferta de produtos e serviços turísticos, como por exemplo, o artesanato local, a produção de doces caseiros e até prestando serviços nos equipamentos turísticos daquela localidade, despertando, ainda, o interesse dos assentamentos rurais instalados no entorno dos hotéis em participar da atividade turística;

3. Espaço geográfico – base física onde acontece o encontro ou o contato entre a oferta e a demanda e em que se situa a população residente, que, se não é em si mesma um elemento turístico, é considerada importante fator de coesão ou desagregação, dependendo de ser ou não levada em conta quando do planejamento da atividade turística. Um grande exemplo do envolvimento da população residente no turismo rural está, entre outros, no Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, lá a população é um importante fator de coesão. A inserção da população residente é um grande desafio a ser vencido pelos agricultores familiares que desejam participar, como protagonistas, da atividade turística, quando se trata de turismo no espaço rural da Zona da Mata Pernambucana. O espaço geográfico existe como uma base física deste encontro entre oferta e demanda, porém, não interfere de maneira ativa, no planejamento da atividade e nem dela tira proveito;

4. Operadores do mercado – empresas ou organismos cuja principal função é facilitar a interação entre a oferta e a demanda: agências de viagem, companhias de transporte regular e órgãos públicos e privados que organizam e promovem o turismo. A Zona da Mata Pernambucana começa recentemente a despertar o interesse das agências de viagem, devido a suas belezas naturais e ao modo de organização familiar, assim como projetos começam a ser elaborados pelos órgãos públicos municipais. Mas na região Sul do país estes operadores já estão bastante engajados na atividade, oferecendo pacotes com pernoite ou somente o *day-use* para conhecer as propriedades rurais.

O turismo, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos positivos e negativos, estes devem ser frequentemente avaliados devido a sua dinâmica e capacidade de estar em constante mutação. Um determinado destino turístico pode ter um *boom* de procura repentina, da mesma forma, com a mesma velocidade com que cresceu, pode entrar em declínio. Por isso, é de fundamental importância que em um

planejamento turístico, o monitoramento do espaço geográfico onde se desenvolve a atividade seja contínuo.

Diante dessa dinâmica que a atividade turística apresenta, vale ressaltar a criação de diversos modelos abordando vários aspectos da estrutura espacial do turismo que surgiram no final da década de 1960 e durante a de 1970. Os modelos, segundo Getz *apud* (PEARCE, 2003, p. 29), desempenham um papel de grande importância à medida que capacitam a descrever e a abranger as complexidades do mundo real, a adquirir, ordenar e interpretar informações, e a explicar, compreender e finalmente prever fenômenos e as relações entre eles. Os modelos permitem fazer um exame da dinâmica espacial do turismo para uma melhor compreensão da realidade.

As difusões das infra-estruturas de alojamentos sejam elas hotéis, pousadas, *campings*, casas de veraneio, de transporte e demais serviços associados à função turística vão se realizando com o tempo. E este tempo é o da acumulação de efeitos e artefatos nas paisagens, ou tempo histórico, cumulativo.

Dois modelos evolutivos são apresentados por Thurot *apud* (PEARCE, 2003), cuja idéia é que haja uma periferia tropical, cheia de sol – “periferia do prazer” – formando um cinturão turístico a algumas horas de vôo dos grandes centros metropolitanos. Ele propôs um modelo de três fases pelas quais as destinações turísticas passariam. A Fase 1 é caracterizada pela descoberta do lugar por turistas ricos e a construção de um ou poucos hotéis de alta qualidade. Ainda nesta fase inicial, as características originais biofísicas e culturais das paisagens estariam muito conservadas, não só pela baixa densidade dos impactos, mas também pelas exigências de qualidade dos consumidores turísticos de alta renda. Depois de algum tempo, começariam a se instalar numerosos hotéis para a classe média alta, e conseqüentemente o fluxo turístico se intensificaria. Esta situação seria denominada de Fase 2. Por fim, a Fase 3, que seria caracterizada pela expansão do turismo para classe média em geral e nítido estabelecimento do turismo de massa.

O outro modelo é apresentado por Butler, (1980) (ver figura 1), que aproveitou o conceito de ciclo de vida do produto para elaborar uma seqüência evolucionária em

seis estágios: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e rejuvenescimento ou declínio.

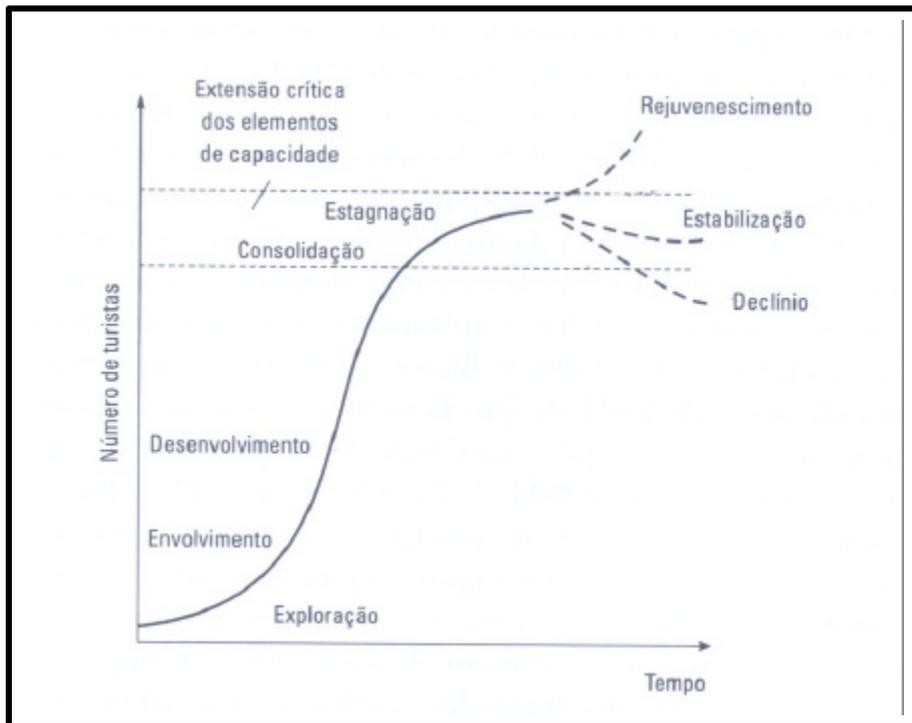


Figura 01 – Modelo de Butler para a evolução hipotética de uma área turística
Fonte: Adaptado de Pearce, 2003.

“**1. Exploração** – poucos visitantes atraídos pelas belezas naturais e/ou culturais e reduzidas instalações turísticas;

2. Envolvimento – pequeno envolvimento da população local em prover serviços turísticos; época ou estação turística já começa a ser constatada;

3. Desenvolvimento – chegada de um grande número de turistas e o controle dos fluxos passa a ser gerido por empresas externas, observando-se também, tensões entre habitantes locais e turistas;

4. Consolidação – o turismo se torna o principal setor econômico do local, mas as taxas de crescimento do número de visitantes começam a mostrar sinais de declínio;

5. Estagnação – o número máximo de visitantes é atingido; o local se torna ‘fora de moda’, há desvalorização em curso de propriedades e fuga de capitais;

6. Declínio – o poder de atração continua a cair; os visitantes se dirigem para outros locais e a área passa a depender cada vez mais de visitantes de um dia e recreações de fins de semana; a área de origem dos visitantes se retrai e se torna cada vez mais limitada.”

Neste último ponto, o declínio continuaria até que medidas de rejuvenescimento fossem tomadas.

Tem-se que, cada um desses estágios é acompanhado de mudanças na natureza e extensão das instalações proporcionadas e no abastecimento local/não-local dessas instalações. As instalações não específicas para turistas são aquelas que existem no primeiro estágio; as do estágio de desenvolvimento são fornecidas, basicamente, por habitantes locais, quando então, já na fase de desenvolvimento, o envolvimento e o controle local declinam rapidamente, à medida que instalações mais modernas e elaboradas são proporcionadas por empreendedores externos, e autoridades regionais e nacionais assumem a responsabilidade pelo planejamento. O envolvimento local só tornará a aumentar no estágio de declínio, quando os funcionários puderem ter acesso às instalações por preços mais reduzidos à medida que o mercado declina (PEARCE, 2003, p. 47).

Aplicando os modelos evolutivos de Butler e Thurot, no contexto do turismo rural brasileiro, observa-se que essa atividade turística ainda se encontra em sua fase inicial, a de exploração, com a construção de poucos hotéis.

A fase de envolvimento, alcançada apenas por alguns estados da região Sul e Sudeste do Brasil, como por exemplo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, em que já se pode contar como uma infra-estrutura de apoio ao turista.

A atividade turística, com seu crescimento acelerado, vem se segmentando cada vez mais para atender a um público de perfil cada vez mais diferenciado. Dentre as diferentes modalidades de turismo, pode se destacar o turismo religioso, o qual envolve visitas a lugares “que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religiões.” (ANDRADE, 1998); o turismo ecológico, uma modalidade de turismo que está ganhando, cada vez mais, espaço no cenário nacional. É a visita a espaços naturais protegidos (Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Áreas de Proteção Ambiental) e conhecer ainda a fauna e a flora dos locais visitados; o agroturismo, atividade praticada no espaço rural, envolve a valorização do ambiente e do produtor rural. Neste tipo de turismo, os agricultores familiares estão dispostos a compartilhar seu modo de vida, patrimônio cultural e natural com os

habitantes do meio urbano, mantendo suas atividades econômicas (agropecuárias), oferecendo produtos e serviços de qualidade, valorizando e respeitando o ambiente e a cultura local e proporcionando bem estar aos envolvidos e; o turismo rural, segmento do turismo praticado em áreas rurais. Este segmento, por ser objeto de estudo do presente trabalho, terá um capítulo específico.

É importante lembrar que, além desses, muitos outros segmentos da atividade turística estão surgindo, como o turismo de aventura e o turismo contemplativo, que são apenas alguns, daqueles que têm um maior destaque num contexto nacional.

2.2 Turismo Rural no Brasil

A atividade turística desempenha, hoje, um papel que ultrapassa a simples satisfação da necessidade de se praticar o lazer no tempo livre do trabalhador. O turismo cumpre uma função social, a medida que sensibiliza, mobiliza e integra as comunidades na busca de um desenvolvimento local sustentável, potencializando e otimizando os recursos disponíveis, a fim de gerar ocupação e renda para a família rural, resgatando, com isso, a auto-estima e a qualidade de vida do agricultor familiar.

No espaço rural, os serviços vêm, progressivamente, desempenhando um papel essencialmente importante no processo de organização espacial das comunidades rurais. O turismo tem se mostrado uma alternativa interessante para pequenas localidades cujo principal produto econômico é a agricultura, seja por sua capacidade geradora de divisas e oportunidades de novos empreendimentos, seja pela fixação do homem no campo. Neste contexto, vale salientar alguns pontos importantes que devem ser somados para garantir a sustentabilidade desta atividade, seja econômica, ecológica ou social – a importância da compreensão do significado da atividade e a participação da comunidade local em todas as fases do processo.

No Sul do Brasil as experiências em turismo no espaço rural estão se desenvolvendo de forma sustentável a partir do momento que se observa uma sensível preocupação da população local com a conservação do ambiente natural e cultural, além da participação ativa dos agricultores familiares. Algumas experiências pioneiras

merecem destaque, como, segundo Zimmermann (1996), a do Município de Lages, Santa Catarina, na região Sul do país, implantado em 1986. Uma região que antes servia somente como parada na travessia do Planalto Serrano catarinense para o Estado do Rio Grande do Sul. A pecuária era a base de sua economia, praticada em várias propriedades existentes além da exploração da madeira. Mais tarde, com a escassez da madeira nativa devido à exploração indiscriminada, algumas mudanças foram necessárias e, no ano de 1986, alguns produtores resolveram diversificar sua área de atuação e começaram a abrir suas propriedades para visitação, aqueles visitantes que vinham passar o final de semana e vivenciar o dia-a-dia da fazenda. Inicialmente, o visitante chegava para tomar caf e da manh a e acabava passando o dia inteiro, participando de atividades como tosa das ovelhas, a doma dos potros, inseminação artificial, entre outras.

Atualmente Lages aproveita as características peculiares de cada propriedade e de seus proprietários que criaram a primeira rota de “Turismo no Espaço Rural”, envolvendo várias propriedades com diferentes opções de atividades. Conseq encia desta a o foi a manutenção da atividade produtiva das propriedades, agora ativa e fortalecida, tanto pela agregação de valores em seus produtos, como pela renda extra oferecida por estas atividades (ROQUE; VIVAN, 1999, p. 3).

Nas outras regiões do Brasil, o turismo rural também vem se destacando como uma alternativa para a complementa o da renda agrícola das famílias rurais. No Rio Grande do Sul, os Municípios da “Quarta Colônia”, uma região rica em tradi o e cultura, com uma programa o de lazer ligada   natureza e às áreas rurais. Na região Sudeste, todos os Estados que participam da atividade têm características adequadas para a implanta o do turismo no espaço rural. O Estado de São Paulo, com grande potencial no interior para as atividades turísticas, como Amparo, São José do Barreiro, Mococa e outros municípios desenvolvem este tipo de atividade. Em Minas Gerais existem as rotas do “Agroturismo”, compostas pelas rotas da cachaça, do queijo e das flores. O Espírito Santo vem desenvolvendo o turismo na região de montanha, como nos Municípios de Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante. No Rio de Janeiro, a “Rota do Caf e”, com seus casarios coloniais de forte apelo histórico e a “Rota da Truta”, nas regiões serranas. Em outros Estados como o Mato-Grosso do Sul e Mato-Grosso, o Ecoturismo, Hotéis-Fazenda, as Pousadas-Rurais, são os destaques na região do Pantanal.

Na região Nordeste, a Bahia possui a “Rota do Cacau” que consorcia grandes fazendas cacaeiras com atividades turísticas. No caso especial de Pernambuco, está sendo desenvolvido o “Roteiro dos Engenhos”, com alguns municípios da Zona da Mata Norte do Estado. Na Zona da Mata Sul, percebe-se o interesse, por parte dos agricultores familiares, em desenvolver a atividade turística, principalmente devido ao grande potencial natural e cultural existente nesta região como, por exemplo, as cachoeiras, as casas de farinha, as antigas casas-grande dos engenhos onde hoje funcionam hotéis e a própria produção agrícola diversificada desses trabalhadores, que despertam o interesse dos cidadãos.

Entretanto, para que a atividade turística neste espaço aconteça de fato, é necessário que se desenvolva um trabalho de organização comunitária, a partir da formação de associações, como já vem sendo promovida, o que se apresenta como um estímulo para que o local se reestruture socialmente para uma conseqüente viabilidade econômica e se torne cada vez mais independente para atender seus próprios interesses. A partir disso e frente às profundas transformações que vêm enfrentando os agricultores familiares com a atividade agropecuária, busca-se alternativas para que o homem do campo não abandone seu espaço, sobrevivendo às margens dos grandes centros urbanos.

Diante desta situação, percebeu-se a necessidade de criar novas alternativas e estratégias que permitissem, de forma digna, a manutenção do homem no campo. Essas alternativas e estratégias surgem a partir da percepção do próprio produtor rural de sua realidade cotidiana, através de uma visão sistêmica³ de sua propriedade que geram uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no espaço rural brasileiro, a qual alterou a sua estrutura e a composição do mercado de trabalho. Neste sentido, as mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas exclusivamente à produção agropecuária, como o turismo, por exemplo, que deve ser associado aos agricultores familiares de maneira inovadora e ao mesmo tempo sem que se afaste das especificidades locais, valorizando e preservando o patrimônio rural. Nesta atividade, o produtor rural passa a

³ Tendo o sistema como um conjunto das partes que interagem para atingir um determinado fim (Beni, 1998, p. 25).

ser prestador de serviços turísticos, trabalhando diretamente na conservação ambiental e cultural da sua região.

Este tipo de turismo, mais pessoal e acolhedor no espaço agrário, vem se destacando frente àquele turismo tradicional de massa. O turista é convidado a conhecer e a fazer parte, mesmo que somente por um pequeno espaço de tempo, das rotinas diárias das famílias rurais, aprendendo, na prática, suas tradições, hábitos e costumes. Como resultado dessa interação, há o resgate da auto-estima do trabalhador do campo, pois a valorização da identidade cultural rural é incentivada pela presença dos turistas urbanos, fomentando a produção e o desenvolvimento local.

Visando contribuir para o desenvolvimento do espaço rural e proporcionar novas opções de lazer, o turismo rural foi inserido no contexto do Plano Nacional do Turismo 2003/2007, pelo Ministério do Turismo, a partir dos seguintes argumentos:

1. Diversifica a oferta turística;
2. Aumenta os postos de trabalho e aumenta a renda no meio rural;
3. Valoriza a pluralidade e as diferenças regionais;
4. Consolida produtos turísticos de qualidade e;
5. Interioriza a atividade turística.

Diante dos argumentos acima citados, o Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia reconhece a importância e as proporções que o turismo rural vem tomando no cenário nacional. Em consequência desse reconhecimento, o Ministério do Turismo apresenta “As Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil”, resultado de um trabalho multidisciplinar de técnicos, agentes e atores da atividade turística no espaço rural. Esse documento tem como base a valorização da ruralidade, a conservação do meio ambiente, os anseios socioeconômicos dos envolvidos, a articulação institucional e intersetorial, definindo algumas ações norteadoras para o envolvimento do setor público, iniciativa privada e organizações não-governamentais e comunidades.

A prática do Turismo Rural no Brasil e no mundo vem proporcionando uma série de benefícios apresentados no documento de Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil, entre eles merecem destaque:

1. Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;
2. Melhoria das condições de vida das famílias rurais;
3. Diversificação da oferta turística;
4. Diminuição do êxodo rural;
5. Conservação dos recursos naturais;
6. Geração de novas oportunidades de trabalho;
7. Resgate da auto-estima do camponês.

A associação entre o produtor rural e a prestação dos serviços turísticos representa novas oportunidades de trabalho e renda, apresentando os modos tradicionais e artesanais da agricultura familiar como produtos turísticos, assim como o estilo de vida, os costumes e o modo de produção das famílias rurais que despertam o interesse não somente dos grandes centros urbanos, mas também dos municípios vizinhos (BLANCO, 2005, p. 1).

Com essa estratégia para manutenção das famílias rurais no campo, de maneira digna e sustentável, através do turismo rural, as propriedades familiares passam a ser encaradas como sistemas produtivos e orgânicos em que novas atividades são agregadas numa proposta de sustentabilidade local.

O Turismo Rural associado à Agricultura Familiar tem tomado grandes proporções despertando o interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criando uma linha especial de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o PRONAF Turismo Rural, com o objetivo de implementar projetos em propriedades familiares como: cafés coloniais, pousadas, estabelecimentos do tipo pesque-pague, colha-pague, restaurantes típicos, entre outros.

Existe também, criada pelo poder público, a rede TRAF (Turismo Rural na Agricultura Familiar), um grupo de articulação nacional envolvendo mais de cem instituições, com o apoio do Instituto de Cooperação para a Agricultura e o Ministério da Agricultura (BLANCO, 2005, p. 2).

Visando um maior apoio do poder público, as prefeituras e diversas instituições estão se associando aos sindicatos de trabalhadores rurais criando cooperativas que procuram atender às necessidades das famílias rurais.

O Turismo Rural deve ter, além de uma gestão participativa, com os próprios agricultores familiares sendo os protagonistas desse processo, deve ser ainda desenvolvida com responsabilidade e sensibilidade para que o limite máximo de crescimento da atividade possa ser identificado antes que seja ultrapassado, o que acarretaria em impactos no meio ambiente natural, o descontentamento do público que vinha sendo contemplado e desestruturação da comunidade anfitriã.

Para que o Turismo Rural se desenvolva de maneira sustentável e os benefícios sejam igualmente distribuídos por toda a comunidade, algumas características são relevantes de acordo com Oliveira (2005, p.19):

1. O resgate e a valorização da auto-estima das pessoas, que passam a ver sua cultura, seus fazeres e saberes como fatores capazes de instigar o interesse alheio e até motivar um fluxo de visitantes e turistas para vivenciar seu cotidiano;

2. A relação entre pessoa e lugar, estreitando o relacionamento e os vínculos com determinado território pelo desenvolvimento de atividades de interesse comum, com forte valorização das características da localidade;

3. A força do turismo como instrumento capaz de proporcionar um novo olhar tanto para a forma de estímulo à melhoria da qualidade de vida quanto para a possibilidade de agregação de valor às atividades tradicionais, à beleza cênica e ao patrimônio intangível;

4. O empreendedorismo, envolvendo e estimulando, direta ou indiretamente, pessoas da comunidade a atuarem proativamente na atividade turística, ajustando-as, em muitos casos, na reinserção da dinâmica sociocultural local.

Para reforçar a importância do protagonismo local na atividade de Turismo Rural, Campanhola e Silva (2000, p.151 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 207) afirmam que:

O turismo pode constituir um dos vetores do desenvolvimento local, desde que haja controle, por atores sociais locais, das atividades por ele desencadeadas, permitindo assim que as comunidades locais se apropriem dos benefícios gerados.

Portanto, para o crescimento dessa atividade no espaço rural é fundamental que sejam considerados aspectos que priorizem o desenvolvimento endógeno⁴, ascendente⁵ e autocentrado⁶ (OLIVEIRA, 2005), ou seja, o aproveitamento das especificidades de cada localidade e o pleno aproveitamento de suas potencialidades e oportunidades.

Diante da ineficiência de ações das iniciativas pública e privada no sentido de fomentar e promover o desenvolvimento dessa atividade, juntamente com a ausência de um consenso sobre a conceituação de Turismo Rural, a falta de critérios, regulamentações, incentivos e outras informações que orientem os produtores rurais, os investidores e o próprio Governo são as causas de um segmento impulsionado quase que por completo pela oportunidade de mercado, o que pode comprometer a imagem do produto e as expectativas dos agricultores familiares.

2.3 Turismo Rural em Pernambuco

O desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais brasileiras é reflexo da questão agrária e de como ela se apresenta: excluindo o homem do campo de todos os seus processos. Infelizmente, o que se pode observar é que as características dessa questão estão sendo reproduzidas pelo modelo de turismo rural na Zona da Mata pernambucana, espaço este que, inserido em um contexto histórico, explicita a grande concentração da propriedade fundiária, o baixo grau de qualificação dos trabalhadores para atuarem no turismo, o que justifica a falta de contato direto desses trabalhadores com os turistas, a baixa quantidade de empregos gerados para esses trabalhadores rurais e a grande exploração da mão-de-obra, mais uma vez em cena depois de séculos de exploração na atividade monocultora canavieira, em que dominou o latifúndio, ou melhor, ainda domina com seus modos de produção e de relações de trabalho.

⁴Mobilização dos próprios recursos.

⁵ Protagonismo dos agentes locais.

⁶ Focado nas necessidades das próprias comunidades.

Seguindo uma tendência nacional de investimentos e apoios a zonas não-costeiras, o turismo no espaço rural, com a interiorização da atividade, teve seus reflexos também em Pernambuco, com investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Pernambuco - PRODETUR/NE, da Empresa Pernambucana de Turismo - EMPETUR, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – PNUD/SUDENE e instituições não-governamentais com o objetivo de fomentar o turismo em áreas carentes de políticas públicas sérias e comprometidas com o progresso da comunidade.

Em Pernambuco, o Turismo Rural, apesar de muito recente, ainda incipiente e pontual, teve um marco importante na Fazenda Sambaíba, no ano de 1993. Esta propriedade está localizada na região Agreste do Estado de Pernambuco, no Município de Brejão, há cerca de 15 km da cidade de Garanhuns, que por sua vez, dista 240 km da capital, Recife. Esta Fazenda possui 91 hectares de área e iniciou as atividades de agroturismo em 1993 já que as atividades agrícolas, por si só, não atingia mais o objetivo esperado, além do interesse pessoal pelo desenvolvimento do agroturismo depois de visitar as experiências alemãs (RIBEIRO; LIMA, 2003 *apud* RIBEIRO, 2004, p. 40).

O turismo vem se desenvolvendo no espaço rural como uma alternativa de trabalho e renda para os trabalhadores rurais e começa a despertar o interesse, por parte desses trabalhadores, em desenvolver a atividade turística em áreas de assentamentos rurais, por parte dos agricultores familiares, onde pode se encontrar uma enorme potencialidade diante das belezas naturais que compõem a paisagem do espaço.

Para isto, como projeto piloto, foi escolhido o Assentamento Engenho Barra Azul, no Município de Bonito, localizado no Agreste, Microrregião de Brejos, distante 137 km da capital pernambucana.

O objetivo deste projeto foi implementar o agroturismo nesta área e para isto contou com a participação dos agricultores familiares assentados para a criação e execução do plano. No local existem 67 famílias que recebem apoio de instituições públicas – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Prefeitura de

Bonito, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Empresa Pernambucana de Turismo (EMPETUR), para a montagem de uma estrutura que lhes permita receber melhor os visitantes.

O interesse em desenvolver o turismo no espaço dos assentamentos rurais parte tanto do setor público quanto das associações organizadas dos Assentamentos. No caso específico da Zona da Mata Sul Pernambucana também foi percebido esse interesse partindo de ambas as partes: tanto do setor público, através das informações fornecidas em uma entrevista com a Secretária de Turismo do Município de Rio Formoso, a Sr^a. Nilma Paes Barreto Alves em que ela demonstrou explicitamente o interesse de inserir o Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso, inclusive dizendo que estava em seus planos a realização de um diagnóstico na área deste Assentamento. Por parte dos assentados, segundo ela, houve interesse, pois os mesmos procuraram a Secretaria de Turismo em busca de apoio. A Secretária diz que a prioridade é tentar dinamizar a produção agrícola dos assentados para então, inseri-los na atividade turística. Já existem alguns projetos com interesse de envolvê-los como: Projeto entre o Rio e o Mar; Projeto Condutores de Turismo e ainda inserir o turismo na formação escolar dos alunos assentados.

O turismo rural em Pernambuco, mesmo que com poucos incentivos na promoção desta atividade, acena para um futuro promissor, a partir do momento em que algumas agências de viagens iniciam seus contatos para identificar e analisar a oferta deste produto. Além disso, a experiência desta modalidade de turismo vai ao encontro dos princípios ecológicos de preservação e conservação dos ambientes naturais e de seus traços culturais e não traz impactos negativos para as áreas receptoras à medida que não imprime novas feições na forma do espaço (SELVA, 1998 p. 263).

Portanto, percebe-se a necessidade de um amadurecimento e esclarecimento com relação ao envolvimento das populações das áreas rurais receptoras da atividade, para que possam estar mais envolvidas com as escolhas e decisões turísticas locais, pois dessa forma, é possível uma maior aproximação com o turismo sustentável, o que permite maior distribuição dos benefícios entre os diferentes grupos envolvidos e ações prioritárias para a comunidade local.

03. ASSENTAMENTO AMARAJI: INSERÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA

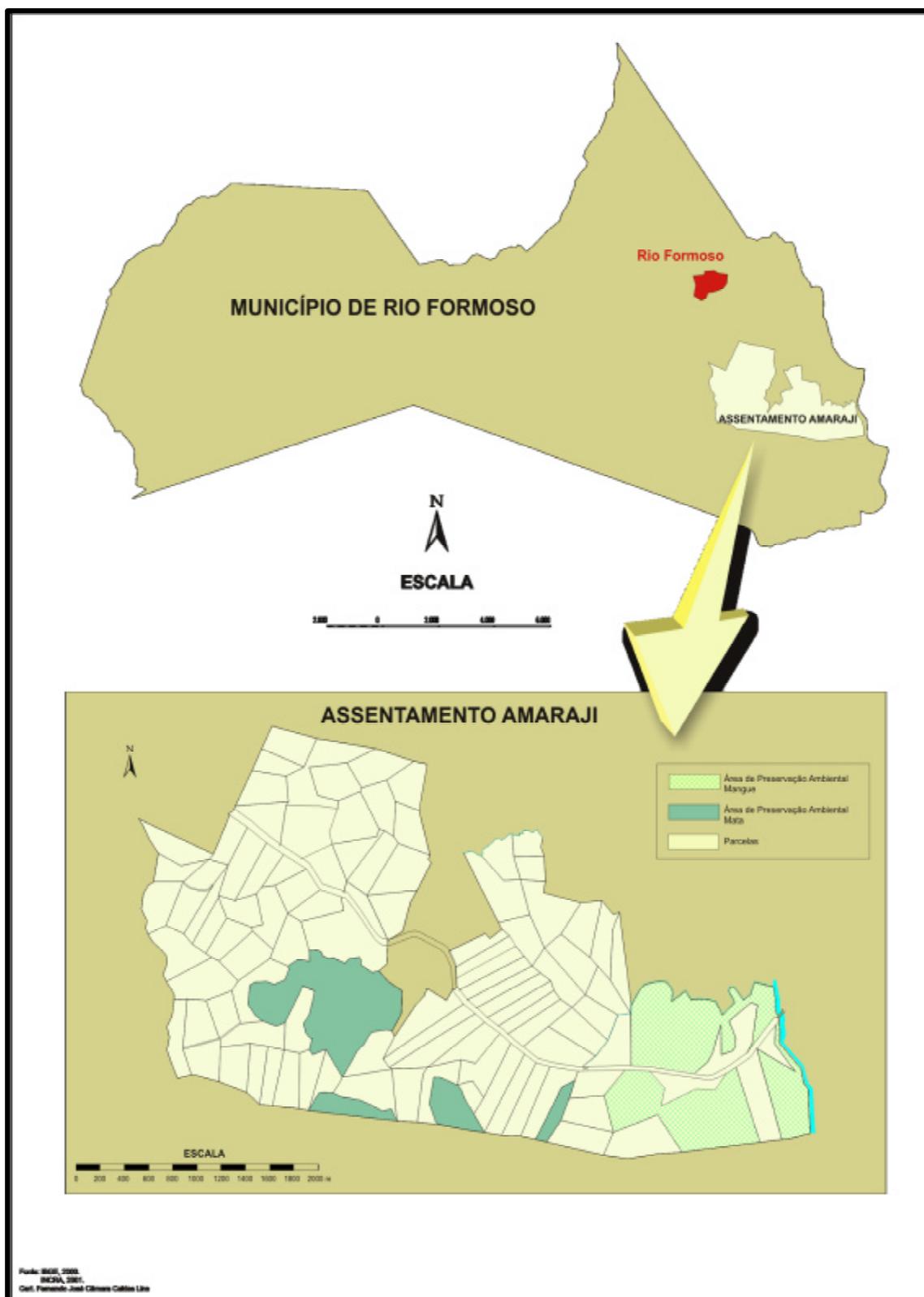
O termo “assentamento” começa a ser utilizado ao final dos anos 1950 e início dos 1960, época em que as políticas fundiárias irão se configurar como resposta às pressões dos movimentos sociais no campo, e quando a população da zona rural estava sendo praticamente expulsa para os centros urbanos (BERGAMASCO; NORDER, 2006).

Os assentamentos rurais são considerados espaços onde os problemas sociais poderão ser encaminhados de forma sustentável e permanente, base para um modelo de desenvolvimento rural socialmente mais equitativo (Idem).

O Assentamento Amaraaji está localizado na parte Sudeste do Município de Rio Formoso, como ilustrado na figura 02, p.81, representando a composição da localização deste Assentamento no Município de Rio Formoso, inserido na microrregião da Mata Meridional Pernambucana e na região de desenvolvimento da Mata Sul, segundo a classificação do Governo do Estado de Pernambuco. Neste Assentamento encontra-se uma parte significativa de Área de Preservação Ambiental composta por mangues (área hachurada) e também por matas (parte em verde), além das 96 parcelas, representadas pelas partes em branco na figura. O Assentamento Amaraaji está distante 2 km do núcleo urbano de Rio Formoso e tem sua origem legal registrada no processo INCRA-SR 03, de nº. 21440.001027/96-35, de 07 de maio de 1996, que trata da desapropriação do imóvel Engenho Minguito, de propriedade da Usina Central Barreiros. Este mesmo processo registra, com data de 09 de julho de 1997, o decreto que declara de interesse social para fins de reforma agrária parte do imóvel, e a ordem de serviço para a continuidade do processo, com a conseqüente avaliação do imóvel. O auto de imissão na posse foi expedido pela 7ª Vara da Justiça Federal, em 04 de dezembro do mesmo ano, sob o número 2423/97-SC. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AMARAJI, 2004).

A desapropriação custou o valor de R\$ 1.142.980,22 (hum milhão, cento e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta reais e vinte e dois centavos), sendo R\$ 409.701,10 (quatrocentos e nove mil, setecentos e um reais e dez centavos), referentes a benfeitorias, pagos em espécie, e R\$ 733.279,12 (setecentos e trinta e três mil, duzentos

e setenta e nove reais e doze centavos) pagos em Título da Dívida Agrária – TDA, referentes a terras inexploradas.



Da área total de 2.302,1550ha indicada na solicitação de desapropriação do imóvel Engenho Amaraji pela FETAPE, somente 1.082,98ha foram desapropriados, conseqüência da subtração de 65,00ha correspondentes à área ocupada pelo empreendimento hoteleiro de propriedade do Sr. Roberto Bezerra de Albuquerque, 150,00ha do loteamento Chã de Amaraji, e 49,8162ha de área de marinha.

De início a projeção foi de 100 parcelas, para igual número de famílias, sendo declarado na Portaria de criação do Projeto, de 19 de dezembro de 1977, para apenas 96 famílias, beneficiando o total de trabalhadores fixados, trabalhadores safristas e moradores.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso é a organização local de maior presença no Assentamento, sendo a FETAPE responsável pelo processo de articulação para a sua organização (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO AMARAJI, 2004).

Este Assentamento encontra-se inserido no Centro Turístico de Guadalupe (Pólo Costa Dourada) e em uma Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA de Guadalupe), região que já recebe um fluxo turístico de importante relevância, porém, a atividade desenvolvida neste espaço explora a área do assentamento, mas não contempla os agricultores familiares assentados. Além disso, as áreas de assentamentos rurais possuem uma organização de caráter associativista e cooperativista para a produção agrícola, mostrando-se ainda, bastante relevantes no que se refere às produções artesanais da localidade e à conservação do meio ambiente, além do grande interesse, por parte dos assentados, em desenvolver a atividade turística neste espaço, o que os levou a elaborar, ainda que sem avanços, um projeto de desenvolvimento desta atividade no assentamento.

Percebe-se, então, a essencial necessidade de inserção dos assentados nessa atividade não-agrícola, de modo que possam conviver, de forma integrada, os diferentes atores: Estado, instituições privadas e comunidade local.

Contudo, este espaço, antes um engenho, teve sua forma alterada e, conseqüentemente, sua função. Seu processo de desapropriação, que é de

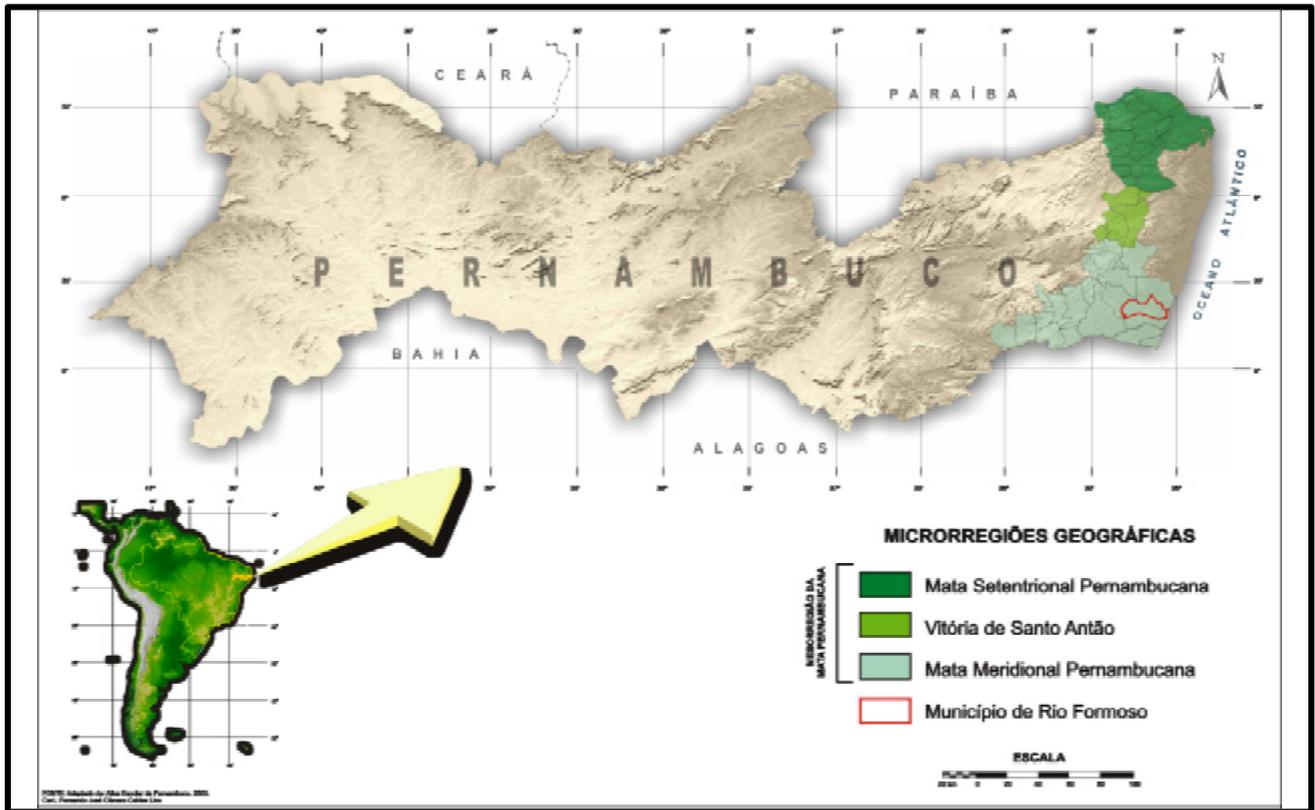
transformações ao longo do tempo, permitiu que as relações sociais e de trabalho se adequassem à nova forma de apropriação do espaço.

3.1 A dinâmica espacial da Zona da Mata Pernambucana

A Zona da Mata é formada pela fachada oriental da Região Nordeste e abrange porções dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, conforme disposto no mapa das Microrregiões Geográficas, disposto na página 84. É importante ainda, destacar que esta área corresponde a uma faixa territorial historicamente marcada pelo domínio da monocultura canavieira (SICSÚ; SILVA, 2001). Através da visualização deste, é possível localizar o Município de Rio Formoso, que se encontra na Zona da Mata Sul de Pernambuco, na porção mais oriental.

A Zona da Mata Pernambucana, parte mais úmida do território estadual, é composta por uma população de cerca de 1,2 milhão de pessoas, ou seja, 15,2% do contingente estadual, distribuídas por 43 municípios e respectivos distritos-sedes, além de outros trinta distritos. Dessa população, 69% vivem em áreas definidas como urbana e 31% em áreas rurais, sendo que os distritos-sedes congregam 87% de toda a população, 93% da população urbana e 7% da rural, mostrando uma ampla concentração populacional nas sedes municipais. Esta região se caracteriza por ser mais estreita em sua parte norte, com 80 km de largura, sendo menos úmida nesta porção, ao contrário da parte meridional onde a pluviosidade é maior até o limite de 150 Km de extensão (CAVALCANTI; DIAS; *et al*, 2002).

Demograficamente, a Zona da Mata Pernambucana apresenta uma densidade de 142,6 habitantes por Km². O crescimento demográfico reflete a morosidade do processo de desenvolvimento da região, principalmente se forem analisados os dados dos anos anteriores, em que o contingente de pessoas que aí vivem, manteve-se estagnado, tendo aumentado de 1,1 milhão em 1991 para 1,2 milhão em 2000. Mesmo com a existência significativa de movimentos populacionais para fora de Pernambuco, a maior movimentação da população da Zona da Mata ocorre dentro do próprio Estado e, em maior expressão, em termos de trocas intra-região (Idem).



Essa região apresenta traços bastante fortes e característicos de um processo histórico que em alguns aspectos ainda resiste no tempo, como a especialização produtiva secular apoiada em uma estrutura social de senhorio, visto que, o engenho e a usina, além de unidades produtivas, caracterizam-se como instituições e moldam, segundo Abramovay (1998, p. 21),

o conjunto da vida social em torno de uma organização política de natureza oligárquica. Há um grupo limitado de famílias que se volta, antes de tudo, à obtenção de recursos públicos e que organiza a sua dominação local em virtude do controle que exerce não só sobre a terra, mas também sobre o próprio funcionamento da máquina estatal. Nestas circunstâncias, o poder multiplicador da atividade produtiva tende a ser muito baixo.

Diante disso, percebe-se que a grande concentração da posse da terra é uma característica marcante da Zona da Mata Pernambucana, em particular nos municípios especializados no cultivo da cana-de-açúcar. Nos locais onde existem unidades industriais que transformam a cana em açúcar, álcool e melado, o tamanho médio da unidade de produção agropecuária excede os 200ha, enquanto nos municípios onde predominam fornecedores de cana ou existe uma produção mais diversificada, o tamanho médio da unidade de produção reduz para menos de 50ha.

A produção da cana-de-açúcar foi, desde o período colonial, a principal atividade econômica da região da Zona da Mata de Pernambuco. No início dos anos 90, uma série de mudanças é promovida pelo Governo Federal na política da agroindústria canavieira, notadamente a suspensão de subsídios, a privatização de exportações e a elevação da taxa de juros para empréstimos bancários. Diante deste contexto muitos engenhos produtores e usinas de transformação da cana-de-açúcar que já possuíam dívidas (Banco do Brasil, Governo do Estado, INSS) não conseguiram se reestruturar e entraram em processo de falência.

Esta conjuntura impulsionou a mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que até este período não estava organizado em Pernambuco, posteriormente começou a se estruturar neste Estado e a liderar ocupações de terra. Paralelamente, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) passaram também a mobilizarem seus associados a ocuparem engenhos desativados. Os dois movimentos

passaram a reivindicar junto ao INCRA a desapropriação das terras para fins de reforma agrária⁷.

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1992) existe um grande número de pequenas unidades de produção na Zona da Mata Pernambucana, 72,8% do total de propriedades, consideradas minifúndios, as quais ocupam apenas 6,8% do total da terra cadastrada. Elas estão localizadas em áreas marginais ao domínio da cana, produzindo para a subsistência. Por outro lado, as grandes propriedades, que representam apenas 5,1% do total de imóveis rurais, concentram uma área equivalente a 72,6% do total cadastrado.

Quando se trata de economia nessa região, depara-se com uma característica muito forte que é a sazonalidade do emprego rural na atividade econômica predominante, a lavoura da cana-de-açúcar, que tem sua mão-de-obra liberada na entressafra. É importante lembrar que no período chuvoso, quando a produção de açúcar é suspensa, apenas alguns poucos trabalhadores permanecem realizando tratamentos culturais, progressivamente substituídos por processos mecanizados, como no plantio e adubação, ou por processos químicos.

A Zona da Mata Pernambucana, apesar de possuir um vasto potencial natural, sua estrutura econômica tem um dinamismo insuficiente e uma reduzida diversidade produtiva, por este motivo, seria de fundamental importância uma intervenção séria do setor público para ampliar o perfil produtivo, diversificar a economia, encontrar alternativas para o crescimento econômico e criar condições necessárias para a sua consecução, além das necessidades sociais básicas.

Segundo Cavalcanti; Dias; *et al* (2002, p. 7), diante da exploração sucroalcooleira e a estrutura social que esta engendrou, é o suficiente para explicar os baixos níveis de desenvolvimento social apresentados pelos municípios da região e a pobreza de sua população, da qual, 68,2% dos domicílios têm como responsáveis pessoas que não possuem nenhum rendimento ou recebem até um salário mínimo. Com

⁷ Apenas o MST possui na Zona Canavieira de Pernambuco 21 engenhos desapropriados e 38 sob reivindicação de desapropriação.

isso, o Índice de Desenvolvimento Humano da Zona da Mata Pernambucana está entre os mais baixos do Estado.

Existem, na Mata Pernambucana, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1999), 213 conselhos municipais, distribuídos nos setores desta forma: 43 de saúde, 39 de educação, 36 de assistência social, 33 de emprego, 31 da criança e do adolescente, 19 de política urbana, 6 de meio ambiente e 6 de turismo. Apesar da grande importância de cada um desses conselhos, a maioria dos municípios da região conta com cinco ou mais conselhos instalados e, infelizmente, as questões ligadas ao meio ambiente, política urbana e turismo estão restritas a poucas localidades.

Na tentativa de dinamizar as ações nessa região, o fomento ao associativismo e seu incremento, estão vinculados à nova agenda e diretrizes que compõem os programas e as políticas governamentais e ainda estabelecem como prioridade a participação das comunidades beneficiárias.

Com efeito, percebeu-se que na década de 1990, com uma força maior, houve um processo de dinamização de outras modalidades de ação a partir da constituição de associações civis, representadas por agricultores familiares canalizando as reivindicações dos moradores dos núcleos urbanos.

Diferente da presença e atuação das associações na Mata Pernambucana, o cooperativismo aparece com menor frequência, fato constatado na lista de participantes das reuniões preparatórias para a elaboração do Orçamento Participativo Estadual.

Cabe destacar ainda a importante atuação da sociedade civil organizada com a participação das organizações não governamentais como os setores da igreja católica, representadas pelas pastorais, por exemplo, e as evangélicas, que muito têm contribuído para a sensibilização da população e a dinamização dos canais de representação de interesses.

Em se tratando de buscar alternativas para a diversificação da produção, quebrando um pouco essa paisagem monótona da monocultura da cana que tanto resiste

por séculos, foi elaborado, infelizmente, “somente elaborado”, um projeto alternativo para a faixa da Zona da Mata Canavieira baseado no incremento do turismo, que nasceu em 1990 durante o Governo Collor em meio às transformações em curso naquele espaço. A princípio este projeto nomeado de *Costa Dourada* e promovido pela EMBRATUR teve como objetivo o desenvolvimento turístico de todo litoral de Pernambuco e o norte do litoral de Alagoas⁸ (também área canavieira), porém suas dimensões foram sendo reformuladas durante um longo processo de negociação para atender as exigências e normas para sua inclusão no Prodetur/NE.

O Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - Prodetur/NE foi concebido a partir de iniciativas da Sudene, Banco do Nordeste, Governadores do Nordeste, Embratur e Comissão de Turismo Integrada CTI/NE. Entre 1992 e 1994 foram realizadas diversas missões de análise e avaliação por parte do BID, que selecionou um grupo de projetos segmentados em três componentes (Aeroportos, Desenvolvimento Institucional e Obras Múltiplas). O objetivo central do Prodetur/NE era dotar áreas de potencial turístico de infra-estrutura básica para captação de recursos privados para a ampliação e modernização do parque hoteleiro existente no Brasil, além de promover o “desenvolvimento sustentável” de regiões carentes do Brasil.

Essas políticas públicas voltadas para o turismo, mesmo que, com a promessa da promoção de um “desenvolvimento sustentável”, que envolve a esfera social, econômica e cultural, muito deixa a desejar quando se percebe o grande potencial nas áreas de assentamentos rurais e o total abandono e carência de técnicos no local.

Contudo, inserida em um contexto histórico, a Zona da Mata Pernambucana tem sido palco de muitas disputas entre os trabalhadores rurais e os grandes proprietários de terras por uma divisão mais igualitária e justa dos recursos destinados a essa região. As situações de conflito têm dado lugar a processos de negociação coletiva por melhores condições de trabalho por parte dos assalariados da lavoura canavieira, intermediados pelo Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – MSTR.

⁸ É importante lembrar nesta época o Governo Federal começou a promover grandes mudanças em sua política para a agroindústria canavieira do Nordeste, suspendendo subsídios e elevando a taxa de juros.

O que está acontecendo, desde 1997, é a falência de um número crescente de usinas de açúcar na região devido à degradação natural da base produtiva associada à obsolescência dos sistemas de cultivo. No ano de 1997, 15 das 48 usinas de açúcar do Estado deixaram de funcionar. Dessa forma, as grandes propriedades têm sido desapropriadas ou oferecidas em troca de dívidas, especialmente de natureza fiscal e trabalhista. Conseqüência desse processo tem sido a ampliação dos assentamentos de reforma agrária em Pernambuco, dos quais, 70% situam-se na Zona da Mata (CAVALCANTI; DIAS; *et al*, 2002, p. 7).

Mas o que está acontecendo não é um problema com o produto “cana-de-açúcar”, ou com as técnicas utilizadas, mas sim com a estrutura social a que sua exploração deu lugar, comenta Abramovay (1998, p. 21). Então, a partir do final dos anos de 1980 juntamente com o término do Programa Brasileiro do Álcool - PROÁLCOOL, as usinas da Zona da Mata de Pernambuco cessam suas atividades de forma tão abrupta que abala o conjunto da economia regional, desencadeando uma série de problemas como: declínio populacional, queda do produto, inchaço das pequenas cidades e crescimento em suas periferias, de problemas sociais típicos de regiões metropolitanas como violência, desemprego, habitação precária, entre outros. Infelizmente esses problemas advindos da crise não resultaram em uma reestruturação produtiva nem apontou qualquer horizonte de inserção social dos antigos assalariados do setor.

Diante desta dificuldade enfrentada pelas usinas de açúcar, e conseqüentemente pelos seus trabalhadores, a formação dos assentamentos rurais traz uma reflexão a respeito das novas formas e processos que estão ocupando este espaço e sua apropriação por outras atividades tanto agrícolas como não-agrícolas como forma de diversificar aquela produção monocultora que tanto persiste e pouco desenvolve a região.

3.2 A produção do espaço turístico no Município de Rio Formoso

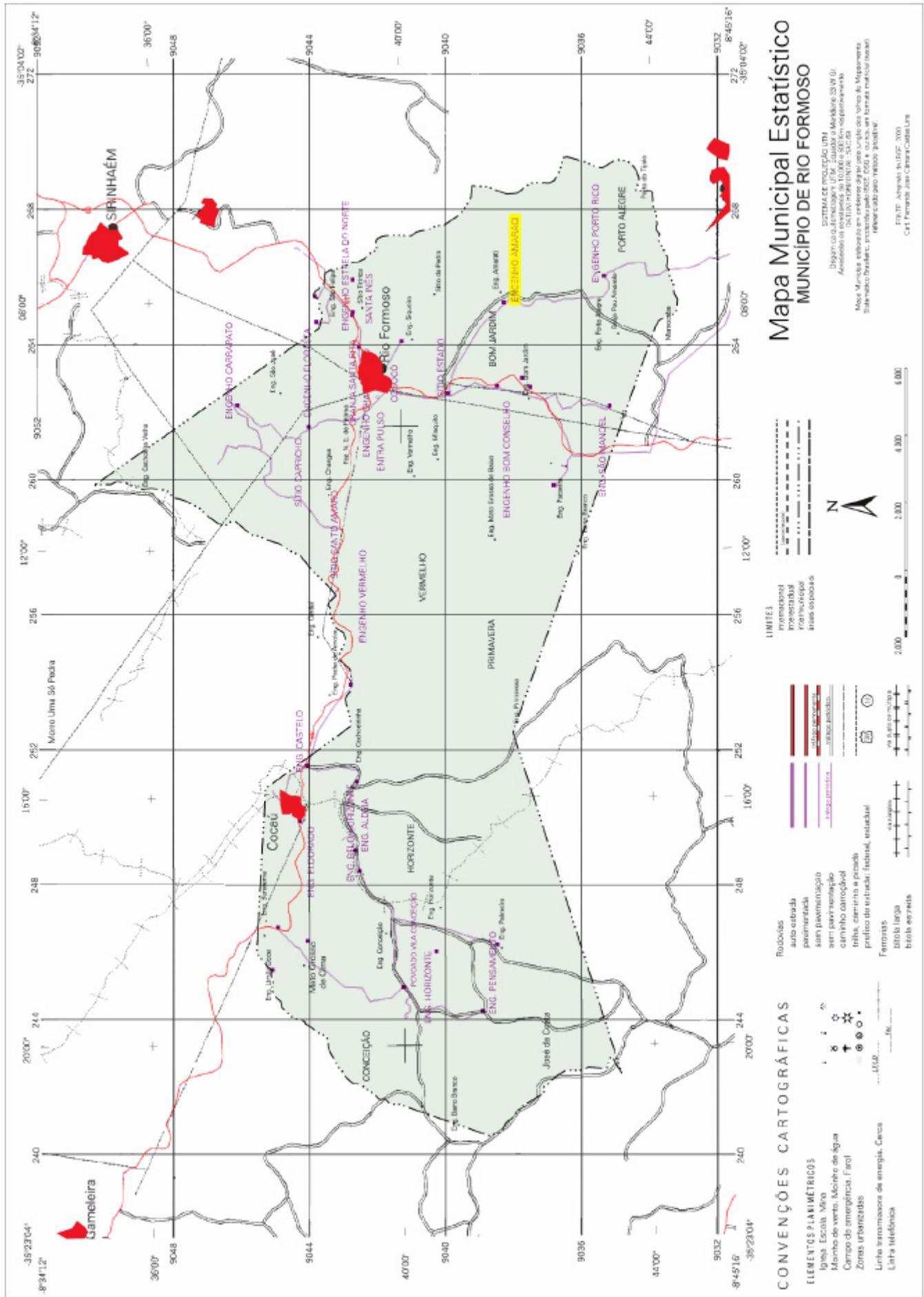
Inserido na Mesorregião da Mata Pernambucana, Microrregião da Mata Meridional, o Município de Rio Formoso, maior em sua extensão leste-oeste, apresenta como coordenadas geográficas 8° 39' 49" de Latitude Sul e 35° 09' 31" de Longitude Oeste possuindo uma área de 339,6 Km² , o que representa 0,24% da área total do Estado de Pernambuco.

Este município situa-se a uma altitude média de 5m acima do nível médio dos mares e tem como limites Sirinhaém, ao Norte, Tamandaré ao Sudeste e Gameleira a Oeste, como pode ser observado no mapa Municipal Estatístico de Rio Formoso, p. 91. Dista cerca de 92 km da Capital Recife tendo como vias de acesso a BR-101 e a PE-060.

A área rural do município, que abriga 59,8% da população está estruturada em propriedades denominadas de engenhos e assentamentos, estes últimos somando um total de quatro, são eles: Minguito, Serra D'Água, Mato Grosso e Amaraji.

Contextualizando historicamente o município, a localidade de Rio Formoso foi criada em 20 de maio de 1833 pelo seu desmembramento de Sirinhaém. Antes desse desmembramento, Rio Formoso era um distrito pertencente ao Município de Sirinhaém, criado pela Lei Municipal n° 85, de 4 de maio de 1840. Em 20 de maio de 1833, por ato do Conselho do Governo, Rio Formoso passou à categoria de vila. A sua sede ascendeu à condição de cidade pela Lei Provincial de n° 258, de 11 de junho de 1850.

Do ponto de vista político-administrativo, Rio Formoso é formado pelos distritos Rio Formoso, sede municipal que concentra 40,2% do total da população do município, pelo distrito de Cucaú e pelos povoados de Parque Residencial Rio Formoso e Vila do Cosoco (PLANO DE INVESTIMENTO MUNICIPAL, Rio Formoso, 2003).

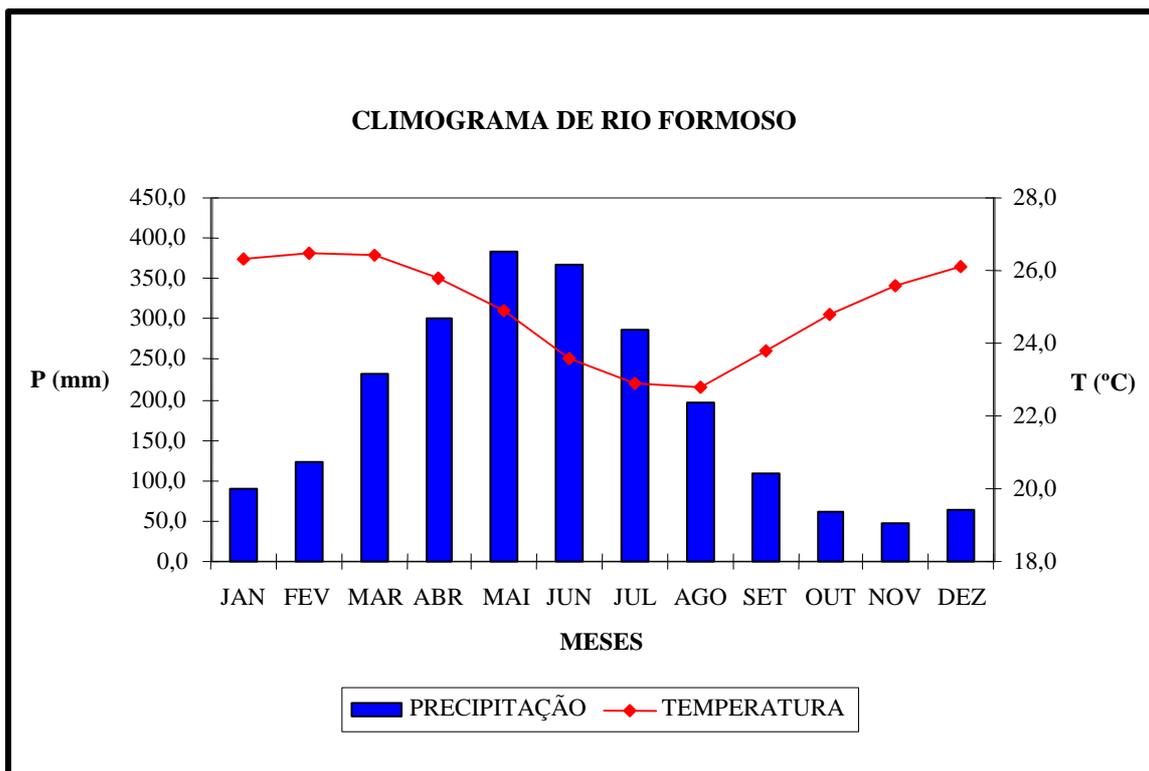


A cidade foi edificada em terra do engenho do mesmo nome que ali existia antigamente. Já em 1637 havia no local uma capela sob a invocação de São José. Em 1833 já existia uma povoação bastante relevante que, para seu desenvolvimento concorreu o seu porto de embarque. Rio Formoso é conhecida como “terra de homens destemidos” pela sua presença na história do país com uma participação importante na Resistência à Invasão Holandesa, na Batalha do Reduto, no século XVII; a Guerra dos Mascates, no século XVIII e ainda, na campanha pela Abolição da Escravatura, no século XIX.

O nome do município se origina do curso d'água que contorna a região. Os índios tupis se referiam ao importante rio como “lobugussu” que significa “grande rio verde”, por este motivo o município começou a ser chamado de Rio Formoso, que atualmente conta com uma população de 20.764 habitantes distribuídos em 14.514 habitantes na Sede e 6.250 habitantes no Distrito de Cucaú, segundo o Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ambiente Natural

Em se tratando do ambiente natural de Rio Formoso, as precipitações anuais média, máxima e mínima, de acordo com os dados do Posto Pluviométrico do Município de Rio Formoso, instalado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desde 1934 são de 2.256mm e 1.156mm respectivamente. O período chuvoso está concentrado nos meses de abril a julho. Segundo a classificação de Koppen, a sua área está contida na zona tropical quente e úmida do tipo As', a temperatura média anual fica em torno de 25°C, registrando-se temperaturas mais elevadas entre os meses de dezembro a março, com precipitações acima de 1500mm anuais, no período de março a agosto, caracterizando estação chuvosa e, inferiores a 1000mm entre os meses de outubro a janeiro, caracterizando a estação seca, conforme o gráfico abaixo.



Município de Rio Formoso, segundo o Zoneamento Agroecológico do Estado de Pernambuco, realizado em 2001, é constituído pelas unidades geomorfológicas: Planície Litorânea e Planalto Rebaixado Litorâneo. Aproximadamente 5% apenas do município encontram-se inserido na Planície Litorânea (A). Enquanto 95% enquadram-se no Planalto Rebaixado Litorâneo (C).

A unidade geomorfológica predominante em Rio Formoso é do tipo Planície desenvolvida sobre rochas sedimentares. Na porção leste é denominada paisagem da planície litorânea, e na porção centro, norte, oeste e sul, sobre rochas cristalinas, domina a paisagem de mares de morros, com relevo ondulado e forte ondulado.

Desenvolveram, sobre os mares de morros, solos profundos, Latossolo Vermelho Amarelo associado ao Podzólico Vermelho. Este solo tem uma estreita relação com a monocultura da cana-de-açúcar. Os solos aluviais, que acompanham os cursos dos rios também são utilizados para o cultivo da cana e também culturas de subsistência. Ainda neste município podem ser encontrados solos de mangue, situados na extensa área estuarina formada pelos rios: Formoso, Passos, Goicana, Gatos, Jardim e Ariquindá.

A Mata Atlântica é a vegetação predominante, caracterizada como floresta subperenifólia, podendo ainda ser encontrada a vegetação de mangues e de praias.

As Bacias Hidrográficas dos rios Formoso, Una e uma porção pequena do Rio Sirinhaém drenam o Município de Rio Formoso. A Bacia do Rio Formoso desempenha um importante papel no município, pois, juntamente com seus afluentes: Serra D'Água, Vermelho, Goicana, Gatos, Jardins e Ariquindá formam a região estuarina que serve de sustento para cerca de mil famílias (PROMATA, 2004).

Produção do Espaço por diferentes atividades

Cabe aqui destacar e até fazer uma breve discussão da significativa expressão da produção deste espaço para a atividade turística. Inicialmente, antes de discutir esta atividade propriamente dita, seria interessante uma abordagem sobre a produção do espaço que, para Santos (1991, p.38) a idéia central de sua interpretação situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função.

Segundo Godoy (2004, p. 31), a produção do espaço consiste na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destina-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

É importante que seja feita uma reflexão sobre alguns dados como os expostos na tabela 5, p.37, em que se percebe, sensivelmente, que na composição do emprego formal, nota-se um peso bastante expressivo no setor de serviços, no qual a atividade turística está inserida.

Desta forma, pode-se afirmar que a produção do espaço é a produção de objetos, em suas funções específicas, que articulam e organizam intercâmbios sociais envolvendo o trabalho e a produção (GODOY, 2004, p. 33).

É nesse contexto da produção do espaço que serão feitas algumas considerações a respeito dos diferentes espaços produzidos pelo homem e suas relações no Município de Rio Formoso. O ambiente natural, por exemplo, é caracterizado por

elementos naturais como a Mata Atlântica, com 576,5ha, o estuário do Rio Formoso, com aproximadamente 2.724ha distribuídos no território de Rio Formoso e Sirinhaém, os recursos pesqueiros abundantes, cachoeiras e rios, além de solos férteis para a agricultura e também elementos artificiais que, ao longo do tempo, vem sendo utilizado de forma indiscriminada, o que acarreta conseqüentemente, uma série de problemas como: rios poluídos, desmatamento, solos degradados e populações vivendo em condições desumanas ocupando áreas de risco e insalubres. E, para otimizar essas potencialidades para que sejam melhor aproveitadas e conservadas elas foram incluídas em áreas protegidas por leis federais ou estaduais conforme o quadro 02 abaixo:

Nome	Área em ha	Ecossistema Protegido	Instrumento Legal
Área de Proteção Ambiental de Sirinhaém	3.884,41	Mata	Lei Estadual
Área de Proteção Ambiental de Guadalupe	6.150	Mata, Mangue, Mar	Lei Estadual
Estuário do Rio Formoso	1.955,40	Mangue	Lei Estadual

Quadro 02 - Rio Formoso. Áreas Protegidas

Fonte: CPRH (1998), SELVA (2000), MMA/SNUC (1999)

O desmatamento é um problema muito sério que atinge o município como um todo e isso pode ser conseqüência da monocultura da cana-de-açúcar e das retiradas de madeiras de valor comercial, o que deixa o solo desprotegido de vegetação facilitando o escoamento de seus nutrientes comprometendo a biodiversidade e as fontes hídricas com o desaparecimento das matas ciliares e das nascentes dos rios. Os locais que, apesar dos desmatamentos, ainda registram porções de Mata Atlântica com aproximadamente 653ha são encontradas nos assentamentos Minguito, Amaraji, Serra D'Água e Mato Grosso (PLANO DE INVESTIMENTO MUNICIPAL, Rio Formoso, 2003).

Esse problema do desmatamento está trazendo grandes riscos para a população local à medida que começa a contaminar e a degradar os solos através do uso de agrotóxicos no cultivo da cana-de-açúcar comprometendo, inclusive, os alimentos. Isso devido à fácil comercialização de insumos químicos sem prescrição nem orientação. Ainda há a poluição do mangue, através do lançamento de esgoto, que impede a reprodução de peixes e crustáceos, além da deposição de lixo, o que tem reduzido o pescado e a cata de crustáceos, além de proliferar uma série de doenças como diarreia,

verminoses, doenças de pele, entre outras. Diante dos problemas expostos, espera-se que os mesmos, ou boa parte deles sejam solucionados com a ativação da usina de reciclagem.

Na tentativa de solucionar alguns problemas como esses acima citados, vão surgindo grandes oportunidades para a diversificação econômica e antes que esta seja discutida, é necessário que se faça uma breve caracterização da economia.

Estimado em R\$ 163.269 milhões, o Produto Interno Bruto de Rio Formoso – PIB (IPEA, 1998) apresentado no quadro 03 abaixo expõe, em segundo lugar, um destaque para o comércio e serviços, ponto importante de se destacar visto que a atividade turística corresponde ao setor de serviços e está aqui incluída.

Setor	(R\$ milhões)
Agricultura	69,668
Indústria	47,64
Comércio e Serviços	55,954
Total	163,269

Quadro 03 - Rio Formoso – Composição do PIB (R\$ milhões)

Fonte: IPEA, Estimativa do PIB Municipal, 1998.

O emprego rural no Município de Rio Formoso, assim como na Zona da Mata Pernambucana em geral, é marcado por uma sazonalidade na atividade econômica principal, que é a lavoura canavieira. Contudo, com o processo de formação de assentamentos rurais, essa desvantagem da mão-de-obra livre no inverno e na entressafra deve ser atenuada com o trabalho nas unidades familiares.

O uso da terra, como já foi citado como uma característica da Zona da Mata Pernambucana é marcada por uma alta concentração, tendo o cultivo extensivo da cana-de-açúcar como um grande responsável. Apesar da baixa produtividade média, cerca de 45t/ha, as lavouras temporárias têm uma grande representatividade econômica e social.

Essas lavouras são compostas de culturas de cultura permanente como a banana, mamão, mandioca e fruteiras variadas. A pecuária é pouco expressiva na geração de produção e renda.

A atividade sucroalcooleira, a mais importante da região, utiliza uma força de trabalho de 3.500 pessoas. Uma grande consumidora de insumos modernos e equipamentos (tratores, máquinas, arados e veículos) é a Usina Cucaú, considerada a mais mecanizada da Mata Meridional.

Com efeito, foram levantadas, numa oficina realizada em novembro de 2005, algumas potencialidades e alguns problemas estruturadores, estes levantados pela comunidade num Fórum de Desenvolvimento Local (FDL) a serem considerados mais significativos no processo de preparação de um diagnóstico participativo. Essas potencialidades e problemas representam as necessidades da população local.

Potencialidades:

1. paisagem natural;
2. mata;
3. cachoeira;
4. trilhas;
5. manguezal;
6. rios e açudes;
7. mirantes naturais.

Problemas:

1. péssimo estado de conservação das estradas;
2. economia do município atrelada à usina e à prefeitura;
3. assentamentos e produtores familiares desassistidos;
4. pouco interesse dos jovens por projetos na área rural;
5. pequena produção dos artesãos não estimula investir nos empreendimentos;
6. infra-estrutura turística insuficiente;
7. alto índice de desemprego;
8. baixa capacidade das associações de pequenos produtores.

Grande parte desses problemas interfere, diretamente, na atividade turística do município, visto que, sem infra-estrutura de apoio ao turista, desestimula os

investimentos nos empreendimentos, até pelo fato do Município de Rio Formoso ainda caminhar a passos lentos na atividade turística.

Segundo Nilma Paes Barreto Alves, Secretária de Turismo de Rio Formoso, em entrevista em junho de 2006, a iniciativa pública está bastante interessada e empenhada em fomentar o turismo em Rio Formoso, já existem alguns projetos sendo desenvolvidos no município, como os expostos no quadro 04 abaixo:

Projeto	Ação
Preservação Ambiental	Ação integrada com as demais secretarias sendo desenvolvida desde o ano passado.
Circuito do Mangue	Oficinas de arte, recreação e palestras.
Feliz Idade e Idosos em Movimento	Caminhadas com pessoas idosas
Criatividade de saberes	Parceria entre a Prefeitura de Rio Formoso e a Associação Feliz Idade. Grupo de pessoas da terceira idade que se reúnem e dão depoimentos passando seus saberes nas escolas e na comunidade.
Entre o Rio e o Mar	Projeto de ecoturismo com passeios náuticos (jangadas, catamarã e barco). Passa pela trilha do Reduto, contando um pouco da história daquele lugar, as lutas que ali foram travadas.
Oficina de sabores	Gastronomia
Sem perder o ritmo	Resgate cultural do folclore
Oficina da Otimização	Associação das costureiras que transformam roupas velhas em novas
Museu, memória viva	Catálogo dos objetos para o museu e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN fará uma capacitação para esta atividade
Cinema Arte e Prosa	Vídeos da Fundação Joaquim Nabuco serão exibidos nas escolas
Oficina de dança	Aulas de dança para todos os ritmos e idades

Quadro 04 - Projetos desenvolvidos no Município de Rio Formoso pela iniciativa pública

Fonte: Adaptado da Secretaria de Turismo do Município de Rio Formoso.

Esses projetos citados no quadro 04 são importantes para o desenvolvimento sustentável da atividade turística, principalmente porque mostram a preocupação do envolvimento da população local, mesmo que apenas em sua fase de execução.

Foi questionado também, na entrevista com a Secretária de Turismo de Rio Formoso a respeito da participação do Assentamento Amaraji na atividade turística do município. A resposta foi que a Prefeitura está tentando dinamizar a produção dos

assentados para, posteriormente, inseri-los na atividade turística. Além de que existem dois projetos com interesse de envolvê-los: Projeto entre o Rio e o Mar e o Projeto Condutores de Turismo, com os jovens assentados. Outra iniciativa importante é a inserção do turismo na formação escolar dos alunos do assentamento.

O Município de Rio Formoso conta com uma baixa qualidade nos serviços de restaurantes, bares e similares, atividades náuticas, ausência de agências ou operadoras de turismo e um espaço receptivo para o atendimento ao turista, material informativo, sinalização específica, roteiros ecoturísticos e outras ações de valorização da cultura local (PLANO DE INVESTIMENTO MUNICIPAL, Rio Formoso, 2003).

Apesar de todos esses problemas, Rio Formoso recebe um fluxo significativo de turistas, principalmente estrangeiros, devido aos grandes hotéis instalados neste município, o *Resort* Praia dos Carneiros e o Hotel Fazenda Amaraji. Infelizmente nenhum dos dois pôde precisar o número de turistas que recebem, não fazem esse controle, apenas disseram que nos finais de semana estão sempre com lotação completa.

Diante do exposto, percebe-se a grande necessidade de uma atenção maior à atividade turística que está sendo desenvolvida no município. Esta atividade turística está se apropriando do espaço de Rio Formoso sem que os gestores, tanto públicos quanto privados e até mesmo os assentados como atores locais, representados pelas associações, acompanhem seu desenvolvimento de forma participativa para que possam também usufruir de seus benefícios.

3.3 A atual participação do Assentamento Amaraji no turismo local.

O Assentamento Amaraji encontra-se a uma distância de 93 km da Capital pernambucana, tendo como vias de acesso a BR-101 e a PE-060. Limita-se ao Norte com o Município de Sirinhaém, ao Leste e ao Sul com Tamandaré e a Oeste com Gameleira. A sua área geográfica é de 339,6 Km², uma fatia de 0,24% do território pernambucano (ver planta do assentamento p. 101).

Este Assentamento possui uma área de 1.082,97 hectares e abriga 96 famílias. Em sua criação, não houve clima de tensão devido à grande maioria dos assentados já

serem residentes do local, os quais eram funcionários do Engenho Amaraí que foi desapropriado para a instalação do assentamento.

É importante destacar que essas 96 famílias abrigadas no Assentamento Amaraji são originadas de diferentes municípios como mostra a tabela 11.

Município	Nº de Famílias	%
Água Preta	1	1,1
Amaraji	2	2,2
Barreiros	4	4,4
Brejo da Madre de Deus	1	1,1
Colônia Leopoldina	1	1,1
Cortês	2	2,2
Escada	1	1,1
Ipojuca	2	2,2
João Alfredo	1	1,1
Maragogi	1	1,1
Palmares	1	1,1
Recife	1	1,1
Rio Formoso	66	72,5
Sirinhaém	7	7,7
Total	91	100

Tabela 11 – Origem das famílias assentadas

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amaraji, 2004.

Observa-se, através da tabela acima, que a maioria dos agricultores familiares, que corresponde a 72,5% do número de famílias assentadas, é originada do Município de Rio Formoso, o que parece um movimento contrário àquele migratório dos êxodos rurais, o que merece questionamentos, será que a diversificação da agricultura, com atividades não-agrícolas, como o turismo, por exemplo, está se tornando um atrativo para os trabalhadores da zona urbana? Será que essa nova configuração do espaço com a formação de assentamentos rurais permite a inserção dos agricultores na atividade turística?

Diante da luta dos trabalhadores na tentativa de transformar a realidade da monocultura canavieira com a diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, são encontrados obstáculos como uma estrutura fundiária caracterizada pela grande concentração de terras, mostrada na tabela 12 abaixo, do Município de Rio Formoso, envolvendo o Assentamento Amaraji.

Grupos por área total	Área (ha)	% de área	n° de estabelecimentos	% de estabelecimentos
Menos de 1 ha	7,059	0,0%	11	5,1
1 a menos de 2 ha	21,748	0,1%	12	5,5
2 a menos de 5 ha	143,806	0,4%	37	17,1
5 a menos de 10 ha	293,53	0,8%	37	17,1
10 a menos de 20 ha	261	0,7%	15	6,9
20 a menos de 50 ha	958,57	2,5%	32	14,7
50 a menos de 100 ha	1.036,00	2,7%	15	6,9
100 a menos de 200 ha	2.133,00	5,6%	13	6,0
200 a menos de 500 ha	6.944,70	18,3%	22	10,1
500 a menos de 1.000 ha	8.115,07	21,4%	11	5,1
1.000 a menos de 2.000 ha	13.763,74	36,3%	10	4,6
2.000 a menos de 5.000 ha	4.262,89	11,2%	2	0,9
5.000 a menos de 10.000 ha	-	-	-	-
10.000 a menos de 1000.000 ha	-	-	-	-
100.000 ha e mais	-	-	-	-
Sem declaração	-	-	-	-
Total	37.941,11	100,0%	217	100,0

Tabela 12 - Estrutura Fundiária do Município de Rio Formoso – 1997

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1997.

O número de estabelecimentos com mais de mil hectares representa apenas 12% do total de estabelecimentos e concentra 47,5% de toda a área do município. Visto que os pequenos estabelecimentos, com menos de dez hectares, representam uma proporção de 44,8% do total de estabelecimentos, e possuem apenas 1,3% da área explorada do município.

A economia está baseada na agricultura e, apesar da predominância do cultivo da cana-de-açúcar, são cultivados também: banana, mandioca, coco e capim, além de outras culturas de subsistência com predominância nos assentamentos. Em 1970, segundo o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – Município de Rio Formoso, realizado em 2004, a agropecuária participava com 47,5% da geração de renda do município e chegou, em 1998, a uma participação de 37,1%. Em alguns anos houve uma queda na sua participação devido, muito mais a crises conjunturais decorrentes de eventos naturais como estiagens, que afetaram a região Nordeste como um todo do que de mudanças estruturais na composição do Produto Interno Bruto – PIB. O assentamento ainda conta com a criação de bovinos, eqüinos, ovinos, caprinos, asininos e aves.

Em seu processo de desapropriação foram excluídas a Moita e a Casa Grande do Engenho, onde hoje, o proprietário Sr. Roberto Bezerra, construiu o Hotel-Fazenda Amaraji (ver foto 01, p. 105) e, juntamente com sócios estrangeiros, construiu o *Resort* Praia dos Carneiros (ver foto 02, p. 105).

A área do assentamento, segundo dados do Incra de 2000, conta com uma infra-estrutura de estrada do Projeto Costa Dourada (Pólo Turístico Costa Dourada), com 6 km de extensão e eletrificação rural, um açude de médio porte, estrada com pontes de concreto, três casas de farinha, casas de taipa e alvenaria.

Em se tratando do potencial turístico do assentamento Amaraji, podem ser observadas, na planta do Assentamento na página 101, algumas potencialidades e atrativos turísticos como: um pequeno engenho (engenhoca), sede do Assentamento (ver foto 03, p. 106), para a produção artesanal de cachaça, rapadura batida e melaço, porém, encontra-se desativado, sendo utilizado somente para a realização de reuniões da Associação dos Trabalhadores Rurais Assentados; uma casa de farinha visitada (ver foto 04, p. 106) onde acontece a produção de farinha e seus derivados.

Na planta do assentamento, encontrada na página 101, podem ser observadas as potencialidades e atrativos turísticos por meio de alguns pontos importantes. O ponto 1, o píer, localizado na área de exploração comunitária do Assentamento e construído pelo Hotel Fazenda Amaraji, os turistas podem, além de contemplar a paisagem natural, com o mangue margeando o Rio Ariquindá, é o local de atracação do catamarã que faz a travessia dos turistas para a Praia dos Carneiros, onde existe uma estrutura de apoio ao visitante. O ponto 2, está a casa de farinha, localizada na propriedade da Sr^a. Maria Gomes da Silva, agricultora assentada. O ponto 3, o *Resort* Praia dos Carneiros, propriedade particular, localizado no entorno do Assentamento, já conta com um fluxo turístico, inclusive de turistas estrangeiros, em sua maioria portugueses, e é uma alternativa de trabalho para os jovens do assentamento. O ponto 4, sede do Assentamento, localiza-se a “engenhoca”, pequeno engenho para a produção de cachaça e rapadura atualmente desativado por falta de recursos segundo o Presidente da Associação dos Assentados. Tem potencial para se tornar um atrativo turístico para a degustação da cachaça e da rapadura, além da comercialização destes e outros produtos do Assentamento. O ponto 5, o Hotel-Fazenda Amaraji, propriedade particular do Sr.

Roberto Bezerra, construído na antiga Casa Grande do Engenho Amaraji é um importante atrativo com grande possibilidade de inserção dos assentados na atividade turística, pois atrai um fluxo de turistas domésticos e estrangeiros que passam a conhecer a área do Assentamento devido aos passeios oferecidos pelo Hotel-Fazenda e pelo *Resort*.

Além das potencialidades e atrativos apontados no mapa, podem ser observadas as Áreas de Preservação Ambiental, representadas pelo mangue, pela mata e por açudes, que representam outras potencialidades para o turismo.



Foto 01 – Hotel-Fazenda Amaraji
Fonte: Luciana Viegas, 2006.



Foto 02 – Resort Praia dos Carneiros
Fonte: Luciana Viegas, 2006.

Além das potencialidades turísticas apontadas acima, o local conta ainda com os recursos naturais que compõem a beleza da paisagem como a grande densidade da Mata Atlântica, de fundamental importância para a preservação dos mananciais e equilíbrio ecológico; o Estuário do Rio Formoso (ver foto 05, p. 106), de beleza peculiar, formado pelo Rio dos Pássaros e pelo Rio Ariquindá, ambos afluentes do Rio Formoso e, o próprio Rio Formoso que, juntos, mais adiante, formarão o Estuário do Rio Formoso; a presença de manguezais (ver foto 06, p. 106), importante para a reprodução de grande número de espécies de animais e, uma cachoeira, ainda muito pouco explorada e sem nenhuma infra-estrutura de apoio ao turista, apesar de receber visitantes oferecendo atividades como passeios de jipe e passeios de catamarã (ver foto 07, p. 106), tendo como ponto de atracação o píer (ver foto 08, p. 106), localizado na área coletiva do Assentamento, oferecidos pelo Hotel-Fazenda Amaraji.



**Foto 03 – Sede do Assentamento Amaraji:
“Engenhoca”**
Fonte: Luciana Viegas, 2006.



Foto 04 – Casa de Farinha
Fonte: Luciana Viegas, 2006.



Foto 05 – Estuário do Rio Formoso
Fonte: Luciana Viegas, 2005.



Foto 06 – Manguezal
Fonte: Luciana Viegas, 2005.



Foto 07 – Passeio de Catamarã
Fonte: Luciana Viegas, 2006.

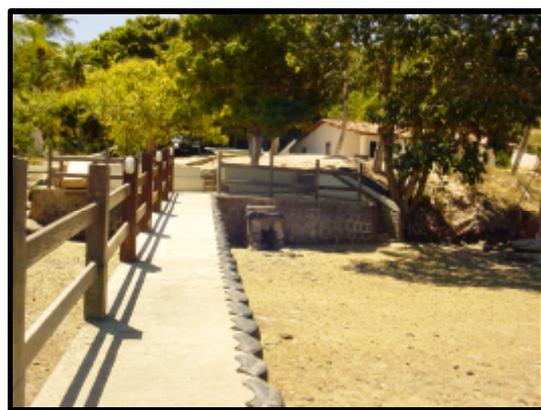


Foto 08 – Píer
Fonte: Luciana Viegas, 2006.

Na tentativa de melhor apresentar a ocupação do espaço do Assentamento Amaraji, tanto através de suas potencialidades e atrativos turísticos como exposto acima

e na planta do Assentamento na página 101, quanto através de sua produção agrícola, foi realizado, em 2001, um Zoneamento Agroecológico, o qual mostra uma área que totaliza 1.052,19 hectares, o que, percentualmente estão distribuídas como mostram a tabela 13.

Uso atual	Área (ha)	Porcentagem (%)
Cana-de-açúcar	57,32	5,44
Capim	356,56	33,39
Capim + capoeira	193,05	18,35
Capim camerão	8,81	0,85
Capoeira	36,67	3,48
Capoeira + mata	32,31	3,07
Cultivo de mandioca	5,39	0,51
Mata	38,61	3,67
Uso múltiplo	323,47	30,74
Total	1052,19	100,0

Tabela 13 - Uso atual dos solos

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento, 2004.

A fruticultura, que não está exposta na tabela 13, consolida-se como um grande potencial na vocação das condições naturais. Apesar da produção atual de frutas no Assentamento ainda ser pequena (mamão, banana, coco, manga, caju, jaca, entre outras) e restrita a pequenos espaços de fundo de quintal, se houvesse uma intervenção de práticas de manejo e conservação dos recursos naturais, seria uma alternativa viável econômica e socialmente, principalmente nas áreas de encostas de relevo ondulado e suave ondulado, que corresponde a 18% da propriedade.

Outro ponto positivo é o fato de existirem outros assentamentos próximos ao Amaraji, o que pode ser um referencial para promover atividades em consórcio, como a agroindústria de polpa, doces e compotas de frutas.

As áreas de baixios e com relevo suave são consideradas propícias para culturas alimentares e apresentam grande potencial para a ostreicultura, piscicultura e carcinicultura, na medida em que houver um beneficiamento e comercialização de pescados potencializados pelos hotéis e balneários da região. As áreas do assentamento podem ser utilizadas para o abastecimento de produtos para as famílias assentadas e comercializados em feiras livres dos municípios, além disso, a produção de rapadura e aguardente, atividade bastante atraente na exploração do turismo neste espaço.

Com efeito, o Assentamento Amaraji possui grande potencial para exploração de produtos capazes de atender às demandas turísticas da região, visto que dispõe de áreas naturais que compõem a paisagem exuberante e as áreas cultiváveis, porém, não contam com uma assistência técnica para a otimização de sua produção, o que representa, segundo os agricultores familiares, um ponto negativo para o desenvolvimento da atividade turística no assentamento.

Na oficina realizada no dia 17 de novembro de 2005, quando foram trabalhados os impactos que o turismo poderia trazer para o assentamento, foram levantados os impactos positivos e os negativos. Os participantes selecionaram os mais importantes:

Impactos positivos

- ? geração de emprego e renda;
- ? criação de uma infra-estrutura básica e turística.

Impactos negativos

- ? aumento da violência;
- ? poluição sonora e dos rios;
- ? exploração sexual.

Na mesma oficina foram questionados ainda, quais os produtos ou serviços que os agricultores familiares poderiam oferecer em sua parcela. Após chegar a um consenso, visto que as respostas eram muito parecidas, diferindo somente na maneira como foram expostas, apontaram como produtos, as hortaliças e macaxeira, e como serviços, ofereceriam trilhas e banho de cachoeiras.

Os agricultores familiares presentes na oficina dizem que o assentamento ainda não desenvolve nenhuma atividade não-agrícola, porém, demonstra grande interesse em inserir atividades como artesanato, reciclagem, turismo, grupo de dança e pesque-pague para a inserção do mesmo na atividade turística do município.

Embora alguns assentados e filhos destes trabalhem com turismo, como funcionários do Hotel Fazenda Amaraji e do *Resort* Praia dos Carneiros, com baixos

salários, eles acham que continuam sendo explorados, fazendo uma analogia à maneira como eram as relações de trabalho da monocultura canavieira nos engenhos de açúcar, e afirmam ainda, que o turismo desenvolvido no assentamento não pertence a eles porque não foi desenvolvido pelos mesmos como desabafa o agricultor familiar assentado Sr. José Francisco da Silva:

Eu acho que o turismo é uma boa idéia sendo nosso, um turismo nosso. Porque esse turismo que só gera riqueza, patrimônio, só para o patrão não mudou, é a linha patronal, que só beneficia o patrão. Mas alguém pode dizer assim, mas isso não é bom porque gera emprego etc? Claro, mas vamos dizer assim, entre aspas, mas eu não vou chegar nunca, como eu já falei, a idade que já tenho, ao sonho que eu tenho, ao desejo que eu tenho, que eu quero ter, não vou chegar mais nunca, mas eu queria. Mas a gente está num Brasil ainda com 18 milhões de desempregados, pessoas vivendo no lixão, as pessoas não tendo uma casa para morar, então, isso não é um modelo que eu, José Francisco quer.

Diante dessa situação, o assentado expressa o sentimento de não pertencimento daquele lugar sentido por ele e por seus companheiros, fazendo ainda, uma analogia interessante entre um pavão e a função do assentamento na atividade turística, em que as penas deste animal, muito vistosas, lindas e apreciadas, um conjunto de belezas que representaria a paisagem natural existente no Assentamento Amaraji, e as canelas do pavão, encobertas por penas, ou seja, por debaixo de toda a beleza cênica, a realidade de cada parcela dentro do Assentamento, como as canelas deste pavão.

Diante de tamanho potencial turístico no espaço do Assentamento, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, realizado em uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Fundação Apolônio Sales da Universidade Federal Rural de Pernambuco – FADURPE, em 2004, apresentou, através de uma metodologia participativa, as formas de diversão das famílias assentadas, como mostra o quadro 05 logo abaixo:

Formas de diversão das famílias assentadas	Nº. de famílias
Reuniões em grupo	10
Danças	14
Passeios	4
Futebol	9
Festas religiosas	10
Habilidades manuais e artísticas	7
Artesanato	4
Não responderam	4

Quadro 05 – Formas de diversão das famílias assentadas

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amaraji, INCRA/FADURPE, 2004.

É importante destacar que o Assentamento Amaraji está espacialmente inserido na atividade turística do Município de Rio Formoso, uma vez que o Plano de Desenvolvimento deste Assentamento foi concebido para uma área total de 1.052,19 ha., considerando o cumprimento da legislação ambiental, a implantação de infraestrutura básica, social e produtiva, e ainda, as áreas de produção individual e coletiva, como mostra a tabela 14 a seguir:

Área		Destinação
(ha)	%	
210,00	20,00	Reserva Legal / Preservação Permanente
25,02	2,37	Área comunitária / produção coletiva
57,17	5,43	Estradas
6,00	0,57	Açudes / barreiros
754,00	71,43	Área de 96 parcelas individuais
1.052,19	100	Área Total do Assentamento

Tabela 14 - Destinação das áreas segundo legislação ambiental e futuro desejado

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amaraji, INCRA/FADURPE, 2004.

Através da distribuição espacial do Assentamento Amaraji, observado na tabela 14, os componentes deste espaço são favoráveis para a prática da atividade turística, uma vez que estes, apropriando-se da atividade, construam uma infra-estrutura de apoio ao visitante, tornando-se condutores de uma atividade não-agrícola, capaz de agregar maior valor a sua propriedade e ainda, serão capazes de conquistar sua inserção no turismo municipal.

3.4 Possibilidades e limites para inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística municipal.

Na Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde está inserido o Assentamento Amaraji, é uma região de domínio da monocultura canavieira, marcada por uma forte concentração fundiária, composta por senhores de engenho, usineiros e fazendeiros (SICSÚ; SILVA, 2001).

Após a crise que afetou violentamente o setor sucroalcooleiro, a partir de mudanças institucionais relacionadas à desregulamentação do setor com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, somadas às dificuldades econômicas já existentes com repetidas secas e devastadoras pragas, além da defasagem tecnológica, as empresas produtoras de açúcar e álcool não se adaptaram com a diminuição do

protecionismo estatal, que exige um elevado grau de competitividade, com isso, afirmam Sicsú e Silva, (2001, p.7), o setor tem ampliado seus problemas de endividamento, o que causou a queda do número de usinas e destilarias impulsionadas pelas mudanças patrimoniais juntamente com as mudanças de postura da política econômica.

São conseqüências da crise do setor sucroalcooleiro:

1. Estagnação econômica das atividades sucroalcooleiras;
2. Insolvência de grande parte dos agentes econômicos;
3. Fechamento de várias unidades de produção;
4. Desemprego crescente;
5. Migração em massa para as periferias das cidades, ocasionando “inchaço” do espaço urbano;
6. Deterioração das condições de vida das populações;
7. Inquietação social.

Na tentativa de encontrar soluções e perspectivas que dinamizem e viabilizem as áreas ociosas ocupadas pelos parques industriais instalados, causadas pela baixa produção de cana-de-açúcar e pela liberação de áreas para o cultivo de outras culturas, surge, então, a estratégia de ocupar produtivamente com novas atividades agrícolas e até mesmo não-agrícolas a fim de diversificar as atividades do espaço rural (SICSÚ; SILVA, 2001, p. 9).

Diante de tantos problemas de ordem estrutural, como o desemprego, por exemplo, surgem oportunidades para os ex-trabalhadores das usinas, agora como agricultores familiares, de trabalharem em suas próprias terras, conquistadas como forma de pagamento de dívidas trabalhistas. O Engenho Amaraji, o qual fazia parte da Usina Barreiros, foi desapropriado e suas terras destinadas a assentar as famílias dos desempregados.

A Casa Grande do Engenho Amaraji permaneceu com o proprietário, o Sr. Roberto Bezerra, onde atualmente funciona o Hotel-Fazenda Amaraji, em uma área de 58 ha. Na entrevista, (ver apêndice D) com a Sr^a. Ana Paula, esposa do proprietário do Hotel-Fazenda⁹, ela disse que para construir o Hotel eles foram motivados pelas belezas naturais que fazem interagir campo e mar e diz ainda por já receber um fluxo turístico bastante significativo, inclusive estrangeiro, porém não soube quantificar os turistas por temporada ou mesmo por final de semana, mas disse que a origem da maioria deles é portuguesa.

Ainda na entrevista, foi questionado a respeito do número e da origem dos funcionários do Hotel, ela respondeu que o mesmo possui cinquenta (50) funcionários diretos e, desse número, apenas uma pessoa não faz parte do Assentamento.

Foi questionado também, se existe alguma parceria do assentamento com o Hotel na atividade turística, até mesmo na compra da produção dos assentados, para benefício de ambos. A Sr^a. Ana Paula afirmou não existir, mas disse que seria interessante sob a condição dos assentados serem capacitados para atuarem na atividade. Com relação à produção, ela diz que o Hotel-Fazenda compra a produção dos assentados, porém seus produtos deveriam ser de melhor qualidade e em maior quantidade para atender, de maneira satisfatória, a demanda dos turistas.

Nas áreas do entorno, também construído em parceria com estrangeiros e o Sr. Roberto Bezerra fazendo parte dessa parceria, principalmente com empresários portugueses, foi construído o *Resort* Praia dos Carneiros, sendo beneficiado pela vista panorâmica da região, composta de um lado, pelo mar e de outro lado, pelo campo.

Por se localizarem no entorno dos hotéis, o espaço do Assentamento Amaraji é utilizado para a prática do lazer, como passeios de charrete e a cavalo, uma grande oportunidade para os assentados, se estes pudessem participar ativamente da atividade, como não acontece. Com isso, percebeu-se o interesse dos trabalhadores rurais em desenvolver e participar de atividades de lazer, como aquelas citadas na oficina realizada durante pesquisa de campo, em que a maioria dos agricultores familiares

⁹ Não foi possível entrevistar o proprietário do Hotel-Fazenda, como estava planejado neste trabalho, pois o mesmo alegou não ter tempo para responder à entrevista.

presentes disseram que agora, depois da condição de assentados, com sua produção diversificada, não mais dependendo somente da cana para sobreviver, começaram a praticar o lazer nas horas de folga. Esta atividade pode ser desenvolvida no interior do assentamento ou em seu entorno, e está ligada à vida social dos assentados, o que representa potenciais possibilidades de inserção destes na atividade turística municipal.

Outra característica encontrada no assentamento que possibilita a inserção dos agricultores familiares assentados na atividade turística do município, é a sua produção diversificada e o agricultor José Francisco da Silva conta uma história que aconteceu com ele, quando foi vender alguns produtos em uma feira na Universidade Católica de Pernambuco:

[...] teve professor que fez questão de comprar um cacho de banana todinho e um cacho de coco todinho para levar para sala pra mostrar a alguém, porque quando viam, viam um coco só, a água do coco dentro da garrafa ou no copo...eu fui vender em Barreiros, cidade que é maior que Rio Formoso, cenoura com a folha, com tudo. Teve dona de casa que não ia comprar, quando passou que viu, quis levar para mostrar aos filhos porque ela nunca tinha visto folha de cenoura.

Como pode ser observado, os próprios agricultores familiares estão percebendo a importância de valorizar cada produto cultivado e como este deve ser exposto ao visitante para que se torne um atrativo. Além das potencialidades citadas acima, o agricultor José Francisco acrescenta outro atrativo natural como o morro, onde se forma um mirante cuja vista panorâmica é composta pelo oceano e pelos mangues.

O agricultor José Francisco da Silva, assim como a maioria de seus companheiros assentados, conta como começou sua trajetória no espaço rural, dizendo que trabalhava com seu pai quando ainda criança. Quando jovem foi trabalhar na agricultura e depois, já adulto, foi trabalhar fichado¹⁰ na usina para então, começar a viver na condição de assentado e estar livre para dinamizar sua propriedade dentro de suas possibilidades e dos limites encontrados.

Foi questionado ainda, em entrevista com o mesmo agricultor, se os trabalhadores assentados realizavam outro tipo de atividade fora de sua parcela ou

¹⁰ Trabalho assalariado, legalmente reconhecido.

mesmo dentro dela que não fosse agrícola. Ele respondeu dizendo que já estavam desenvolvendo, apesar de estarem no início, o artesanato, a criação de abelha e de peixe. Além dessas atividades, existem assentados, esposas destes e seus filhos trabalhando nos hotéis, andando com os turistas a cavalo, servindo de guia.

Antes mesmo de pensar numa inserção na atividade turística municipal, o assentamento enfrenta dificuldades de ordem sócio-econômicas e ambientais que se tornam limitantes para que os agricultores familiares sejam protagonistas no processo de desenvolvimento do turismo na área do assentamento, “primeiro a gente precisa fazer alguma coisa, sem dúvida nenhuma, ter condições dignas”, diz o agricultor José Francisco da Silva.

O processo de comercialização da produção é um dos principais problemas enfrentados para que os agricultores possam ter uma renda que garanta, além do sustento de sua família, um investimento, mesmo que pequeno, em sua parcela para que possa viver com mais qualidade e apresentar aos turistas seu cotidiano, a gastronomia típica da região e o artesanato, conquistando, dessa forma, sua inserção na atividade turística do Município de Rio Formoso.

Os agricultores familiares, em oficina realizada no assentamento para coleta de informações, disseram vender uma parte de sua produção para supermercados locais, em feiras livres e em feirinhas de agricultura familiar organizadas por eles mesmos na própria cidade e até em outras localidades. Além dessa forma de escoar a produção do assentamento, eles expõem a produção nas beiras das estradas, pois assim, como eles dizem, chamam a atenção de quem passa. Seria muito interessante se existisse uma parceria entre os assentados e os hotéis da região para que a receita gerada pelo turismo fosse igualmente distribuída entre todos os atores sociais – assentados e empresários – participantes do processo.

Outro fator limitante e que merece destaque são as políticas destinadas a atender aos trabalhadores desempregados rurais, que hoje são assentados, e necessitam de políticas de acesso a mercados (de insumos e produtos), formas de associação e organização que melhor lhes convierem (cooperativas, microempresas). É importante a agilização do aproveitamento e consolidação dos mecanismos e ações de reestruturação fundiária já em curso na região, além da reorganização dos assentamentos rurais

avaliando e tomando providências corretivas dos desvios e estimulando os avanços conseguidos (SICSÚ; SILVA, 2001, p. 9).

A falta de capacitação dos assentados para trabalhar no turismo, ponto importante observado pela proprietária do Hotel Fazenda Amaraji e pelos próprios agricultores familiares é outro fator limitante, porém, é um problema que reside nas ações de políticas públicas, pois, da mesma forma que os assentados sentem a falta de uma assistência técnica para otimizar sua produção, sentem falta também, de ações que possibilitem a diversificação das atividades no espaço do assentamento.

Contudo, diante de tantas possibilidades e também limites de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso, os trabalhadores assentados são persistentes e planejam sua inserção na atividade, ou melhor, desenham cenários futuros baseados em experiências vividas em outras localidades ou acompanhadas pela televisão ou apenas ouvidas por esses trabalhadores. Segue abaixo, algumas palavras do agricultor José Francisco da Silva, representando os agricultores familiares do Assentamento Amaraji:

[...] se a gente pegasse em recursos, já ia construindo, porque se você vai fazer uma visita em várias parcelas, aí no momento precisa ir ao banheiro, tem que ter um banheiro limpinho. Então, ontem quando eu estava conversando com o técnico que vai acompanhar o projeto do INCRA, disse a ele que toda a vida eu trabalhei não é só porque me alimento, não só porque pego em dinheiro, é porque a natureza, o mundo, a beleza, a paisagem bonita, mesmo que até hoje foi só dos outros, e, quando mostra aquelas “celas”, em vários países do mundo, até aqui no Brasil mesmo, passando na televisão, eu acho aquilo um sucesso, um sonho. Então, eu queria ver aquilo da gente mesmo, para poder estar bem perto, assistindo, mas, infelizmente, o capital que a gente consegue não dá para aquilo ali, aí a gente tem que estar com esperança de ir fazendo devagarzinho [...].

Pelas palavras do Sr. José Francisco, percebe-se que, mesmo diante de desafios como o da busca de uma inserção na atividade turística, tendo a presença de fatores limitantes como, por exemplo, o descaso das políticas públicas com relação a esses agricultores, os mesmos estão dispostos a lutarem por uma vida mais digna e por uma participação, como cidadãos, nas diferentes formas de buscar o desenvolvimento do espaço rural através de uma inserção que, independente dos limites, contemple a todos por igual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas foram observadas mudanças significativas no espaço rural brasileiro, como a diversificação da produção agrícola e a criação de atividades não-agrícolas, como o turismo, por exemplo, onde os agricultores familiares buscam alternativas para complementar a renda originada da agricultura.

Assim como as importantes mudanças identificadas no espaço rural ao longo da presente pesquisa, foram percebidas permanências como a de uma política agrícola que privilegia os cultivos de exportação em detrimento dos produtos de consumo interno, juntamente com a questão da terra, em que as fronteiras agrícolas são ocupadas por grupos empresariais, afora o problema da não-absorção de trabalhadores pela agricultura que, mesmo diante de fatos como a modernização da agricultura, permanências existem e ao mesmo tempo contribuem para o agravamento das péssimas condições sócio-econômicas em que vivem os trabalhadores rurais no Brasil.

O espaço rural da Zona da Mata Pernambucana vem sofrendo transformações como a da base técnica de produção que, apesar de lenta, persiste em diversificar a produção tanto na agricultura, quanto nas atividades industriais existentes nesta região; as novas formas de produção no campo, voltadas para a conservação do meio ambiente natural, garantindo um alimento mais saudável, além das relações de trabalho, que garantem maior autonomia ao trabalhador rural com relação ao produto que deseja plantar em seu pedaço de terra, como nos assentamentos rurais existentes neste espaço.

O turismo, como uma atividade não-agrícola, é capaz de contribuir para o desenvolvimento do espaço rural através de atividades relacionadas com a agricultura envolvendo os membros das famílias dos assentados. A partir disso, foram identificadas experiências em algumas regiões do Brasil e especificamente em Pernambuco, na Zona da Mata, onde foi percebida uma difusão da função turística capaz de inserir o Assentamento Amaraji nesta atividade, gerar trabalho e renda para a população das localidades onde ocorre, porém isso ainda não representa a realidade do Amaraji.

Ao tentar identificar a atual participação do Assentamento Amaraji na atividade turística municipal, buscou-se analisar a dinâmica espacial da Zona da Mata Pernambucana, assim como a produção do espaço turístico de Rio Formoso, o que

mostrou a expansão da atividade com o envolvimento do poder público e privado local sem a participação dos trabalhadores rurais assentados.

Se houvesse a inserção dos agricultores na atividade turística do Município de Rio Formoso, estes deveriam voltar suas propriedades para a oferta de produtos da agricultura e serviços como passeios a cavalo, charrete e trilhas, procurando explorar nichos de mercado¹¹ para turistas com interesses específicos que, desta forma, inviabilizariam a participação de grandes empresas. Um exemplo disso é a demanda por uma propriedade agropecuária autêntica, que ainda utiliza práticas tradicionais integradas com a conservação do meio ambiente natural.

As reflexões acerca da dinâmica do espaço rural mostraram que o turismo nesta localidade deve ser adotado como um instrumento de desenvolvimento, em que as decisões sejam tomadas em âmbito local e que os próprios atores sociais controlem os processos desse desenvolvimento, além de se apropriarem dos benefícios gerados pela atividade, deve ainda ser um espaço gerido pelos próprios agricultores familiares.

É necessário ações que sejam capazes de criar novas oportunidades de ocupação e novas alternativas de fontes de renda para a comunidade local, e uma sugestão para que novas alternativas sejam criadas é o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural em que os agricultores familiares comercializem seus produtos agropecuários e ofereçam serviços relacionados à atividade.

Uma outra maneira de inserir o agricultor familiar no processo de desenvolvimento da atividade turística é a formação de uma equipe local no Assentamento para que os agricultores participem ativamente da atividade. Entretanto, para que a equipe seja formada, são necessários conhecimento e visões diferenciadas das realidades estudadas, requerendo muito mais qualidade do que quantidade de pessoas na formação dessa equipe. É importante ressaltar o caráter de interdisciplinaridade que a equipe deve ter, pois exige sensibilidade na captação e percepção do contexto social em estudo.

¹¹ Nichos de Mercado, segundo Mattar e Auad, são pequenos segmentos que oferecem oportunidades de negócios incrementais.

Técnicos e lideranças da comunidade (colônia de pescadores, associações dos trabalhadores rurais assentados, sindicato dos trabalhadores rurais) representativos dessa área também devem fazer parte da equipe, tendo uma postura dialógica e indutiva do processo de discussões e análises dos problemas e situações evidenciadas, não perdendo de vista o caráter educativo da intervenção.

A forma como é planejada e conduzida a gestão da atividade turística em muitas localidades faz com que a comunidade local, muitas vezes, não participe, de fato, da atividade. No Assentamento Amaraji, os agricultores familiares muito discutem a respeito de autonomia para legitimar a atividade. O que foi percebido, em pesquisas de campo, e até mesmo em entrevista com os agricultores, é que ali são reproduzidas relações de trabalho muito semelhantes às existentes na época dos engenhos. Porém, a atividade é outra, não mais a produção de açúcar, e sim outras atividades complementares com destaque para o turismo no espaço rural.

As entrevistas apontam contradição na fala dos entrevistados do Hotel-Fazenda Amaraji e *Resort* Praia dos Carneiros, instalados no entorno do Assentamento Amaraji, e dos agricultores familiares assentados quando da utilização mão-de-obra local. Por este motivo são necessários alguns questionamentos relacionados a essa utilização: de que forma está sendo utilizada essa mão-de-obra? Está beneficiando as partes de forma justa? Infelizmente existe uma grande exploração dessa mão-de-obra, uma jornada de trabalho desumana com uma baixa remuneração. Então, os hotéis se dizem satisfeitos porque estão gerando emprego para a população local e os assentados, por sua vez, “acostumados” a esse tipo de relação, dizem que o hotel está trazendo empregos.

Contudo, as associações juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais existentes no Assentamento questionam a participação dos assentados no processo de desenvolvimento da atividade turística, e os próprios agricultores já se manifestam por ter percebido essa exclusão, isso pode ser claramente verificado nas palavras do agricultor familiar, o Sr. José Francisco da Silva :

Eu acho que o turismo é uma boa idéia sendo nosso, um turismo nosso. Porque esse turismo que só gera riqueza, patrimônio, só para o patrão não mudou, é a linha patronal, que só beneficia o patrão. Mas alguém pode dizer assim, mas isso não é bom porque gera emprego? Claro, mas vamos dizer assim, entre aspas, mas eu não vou chegar nunca, como eu já falei, a idade que já tenho, ao sonho que eu tenho, ao desejo que eu tenho, que eu quero ter, não vou chegar mais nunca, mas eu queria. Mas a gente está num Brasil ainda com 18 milhões de desempregados, pessoas vivendo no lixão, as pessoas não tendo uma casa para morar, então, isso não é um modelo que eu, José Francisco quer. (Entrevista com Sr. José Francisco da Silva no dia 08/03/2006).

Diante das palavras do agricultor familiar, percebe-se o desejo, por parte destes trabalhadores rurais, em participar do desenvolvimento da atividade turística no assentamento. Desta forma, são apresentadas possibilidades de inserção do Assentamento Amaraji na atividade turística do Município de Rio Formoso:

- 1) Por se localizar no entorno dos hotéis, o espaço do Assentamento Amaraji é utilizado para a prática de lazer, como passeios de charrete e a cavalo;
- 2) Agora, na condição de assentados e com a produção diversificada, os agricultores familiares podem, além de desenvolver, participar de atividades de lazer no espaço do Assentamento;
- 3) O grande potencial turístico existente no Assentamento Amaraji formado pelos recursos naturais e culturais podem contribuir para inseri-lo na atividade turística municipal;
- 4) A forma de organização familiar permite uma troca positiva e acolhedora tanto para o visitante como para o anfitrião.

Portanto, como foi observado, existem diversas formas de inserção do agricultor familiar no processo de desenvolvimento da atividade turística, porém, ainda há um grande domínio por parte dos grandes proprietários de terra (hotéis e *resorts*). Por outro lado, não há nenhum tipo de assistência técnica que auxilie os agricultores para uma otimização de sua produção, pois dessa forma, eles poderiam se organizar em associações (já existem, porém, com muito pouca atuação) e cooperativas para atender à demanda dos hotéis por produtos agropecuários e dessa forma, buscar uma inserção na atividade turística.

Todavia, os limites para que os assentados sejam inseridos na atividade turística de Rio Formoso são bastante evidentes, além dos já citados, podem ser destacados:

- 1) A produção dos assentados deveria ser de melhor qualidade e em maior quantidade para atender, de maneira satisfatória, a demanda originada da atividade turística;
- 2) Faltam políticas públicas eficientes voltadas para a qualificação dos assentados para que estes sejam capazes de diversificar as atividades produtivas de suas propriedades.
- 3) Percebe-se, na Zona da Mata Pernambucana, que o turismo que está sendo desenvolvido parece estar reproduzindo as relações de trabalho dentro de uma estrutura de senhorio das regiões canavieiras.

É impressionante como as relações de trabalho se assemelham àquela dos engenhos e usinas, apoiada numa estrutura social de senhorio, agora na figura do “patrão” e no setor de serviços, quando se trata de um salário absurdamente baixo e insuficiente dos trabalhadores rurais, originada de uma organização política de natureza oligárquica.

Os resultados encontrados ao longo da realização do trabalho apontam para a necessidade de se buscar alternativas como as apresentadas a seguir:

- 1) Mesmo com uma política de turismo rural na agricultura familiar, não há uma integração para inseri-la na atividade turística;
- 2) A atividade turística é uma alternativa de complementação da renda agrícola para a sobrevivência dos agricultores assentados;
- 3) Não há uma democratização da terra, até mesmo os assentamentos aconteceram em espaços consentidos pelo latifúndio. A reforma agrária não faz parte de um projeto de desenvolvimento nacional.

Contudo, as dificuldades encontradas deixam brechas para alguns questionamentos com relação à inserção: será que os agricultores familiares estão conseguindo se inserir na atividade turística? E ainda, será que é uma inserção de fato ou apenas estão mais uma vez no papel de explorados como foi durante toda a história de luta do trabalhador rural?

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Estudos Rurais. Rio de Janeiro e São Paulo: editora da UNICAMP e HUCITEC, 1992.

_____. **Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Consultoria IICA 940/98, Relatório final. Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento. Brasília, 1998.

_____. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 11, nº 2, p. 73-78, abr./jun. 1997.

ALMEIDA, J. A.; FROHELICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papirus, 2000.

ANDRADE, J. **Turismo: Fundamentos e Dimensões**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998

ANDRADE, M. C. de O. (Org.). **Atlas de Pernambuco: espaço geo-histórico e cultural**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2003.

BALSADI, O. V.; SILVA, J. G. *et al.* **Evolução das ocupações agrícolas e não-agrícolas no Estado de Pernambuco: 1981-97**. “O Novo Rural no Nordeste”. In: IX Encontro de Ciências Sociais Norte-Nordeste (Anpocs). Natal, 11-13 ago. 1999.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, N. C. C. de. **Manual de Geografia do Turismo: meio ambiente, cultura e paisagens**. Recife: Universitária, 1998.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BERGAMASCO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, São Paulo, v. 11, nº 31, Set./Dec. 1997.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção primeiros passos; 301).

BICALHO, A. M. de S. M.; HOEFLE, S. W. (orgs.). **The Regional Dimension and Contemporary Challenges to Rural Sustainability**. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio, 2004.

BLANCO, E. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar. As “Novas Ruralidades” e a sustentabilidade do desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.capes.org.br>> acesso em: 19/03/2005

BRITO, M. A., MESQUISTA, O.V. **Transformações recentes na agricultura brasileira.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, 1980, Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

_____. **Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período de 1970-75.** Revista Brasileira de Geografia, ano 44, n. 1, 1982.

BUTLER, R. W. *The Concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources.* Canadian Geographer, 24 (1), 1980.

CARDIM, S. E. de C. S.; VIEIRA, P. de T. L.; VIÉGAS, J. L. R. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira.** In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 1998, Florianópolis.

CAMAPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Panorama do Turismo no Espaço Rural Brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor.** In: Conferência Internacional da Alacea, 6 (Associação de Economia Agrícola para a América Latina e Caribe, Trindade e Tobago, jun, 1999).

CARLOS, A. F. A.(org). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 1999.

CASTILHO, C. J. M. de. **As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica?** Revista de Geografia, Recife: UFPE/DCG-NAPA, v. 14, jan./dez.

CAVALCANTI, C.; DIAS, A., *et al.* **Trabalhos para Discussão.** Nº 135, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, 2002.

CORDEIRO, I.; COSTA e SILVA L.; VIEGAS, L. **O Agroturismo como alternativa de renda em áreas de assentamentos rurais.** (Monografia). Recife, 2003.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C., CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

DEL GROSSI, M.E. & SILVA, G. **A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995 - 1988.** In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36. Poços de Caldas – MG, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO BRASIL. Ministério do Turismo. In: <<http://www.institucional.turismo.gov.br>> Acesso em 17/04/06.

EIZNER, N. **Les paradoxes de l’agriculture française.** Paris, L’Harmattan, 1985.

ELESBÃO, I. **O Turismo no espaço rural como estratégia de desenvolvimento local.** In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural, 5. Edição Antonio Carlos Sarti, *et al.* Piracicaba: FEALQ, 2005.

FAO – INCRA (1994). **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Projeto UTF//BRA/036 *apud* CALLOU, A. B. F. (Org.). **Comunicação rural, Tecnologia e Desenvolvimento Local.** (Coleção GT's INTERCOM, nº 13) Recife: Bargaço, 2002.

_____. (1996a). **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Brasília: Projeto UTF//BRA/036.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo Rural e Geografia. Geografia Agrária no Brasil: 1930 – 1990.** São Paulo: Editora UNESP, 2002. (PROPP).

FORTE, C. P. **Do fordismo ao pós-fordismo: uma visão da acumulação flexível.** Disponível em: <http://www.charlespennaforte.pro.br/fordismo_e_pos-fordismo.htm> Acesso em 15/03/06

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílio (PNAD).** Rio de Janeiro, 1997.

GEIGER, P. **As Formas do Espaço Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, P. **Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço.** Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 29-42, junho, 2004.

GOMES, P. C. da C. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, I. E. de. *et al* (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

GONTIJO, J. **Importância da Paisagem na Atividade Turística.** Disponível em: <<http://www.estudosturisticos.com.br>> 16 fev. 2004. Acesso em 14/02/04.

GRASSON, R.; ERRINGTON, A. (1993) *apud* ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo.** São Paulo em Perspectiva, abr/jun, vol. 11, nº 2: 73-78. São Paulo, 1997.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005 p. 46.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, (1992). **A Questão da Reforma Agrária em Pernambuco e no Brasil.** Março, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1999. **Pesquisas de Informações Básicas Municipais** e Comissão Estadual de Emprego, 2001 In: CAVALCANTI, C.; DIAS, A., *et al.* **Trabalhos para Discussão.** Nº 135, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, 2002.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L; *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, São Paulo: UNESP, 2004.

LOPES, J. S. L. **O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão.** Terra Livre. São Paulo, ano 18, n° 19 p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil.** In: Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na primeira década do século XXI”, FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, dezembro, 2001.

MATTAR, F. N.; AUAD, M. **Nicho de Mercado: um conceito ainda indefinido.** In: Anais do 2º SEMEAD. Memórias CLADEA – XXXII Assembléia Anual, 1997.

MATTEI, L. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados.** In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4. Belém (PA), 2001. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>> acesso em 05/03/06.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília: MDA / INCRA, 2000, p. 74.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, C. G. de S. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local.** In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural, 5. Edição Antonio Carlos Sarti, *et al.* Piracicaba: FEALQ, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro** In: CARLOS, A. F. A. (org). *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999.

PEARCE, D. G. **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens.** São Paulo: Aleph, 2003. (coleção turismo).

PERNAMBUCO PORTAL DOS MUNICÍPIOS. Disponível em: <<http://www.municipios.pe.gov.br>> Acesso em: 04/04/05.

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide: possibilities for prosperity.** Nova York, Basic Books, 1984.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento Amaraji. Município de Rio Formoso. Convênio INCRA/FADURPE. Execução: Equipe Técnica da UFRPE/DLCH. Grupo de Pesquisa Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Recife, jul. 2004.

Plano de Investimento Municipal. Diagnóstico Participativo - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA, 2003.

PRADO JR. C. **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco – PROMATA. Identificação das áreas críticas do ponto de vista ambiental. Recife, 2004.

RIBEIRO, S. V. P. **Para Entender o Turismo Rural: um estudo crítico.** Olinda, PE: Ed. do autor, 2004.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ROQUE, A. M.; VIVAN, A. M. **O Turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira.** Revista de Administração da UFLA, V. 1 N° 1. Jan/jun, 1999.

ROSA, S. L. C. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável.** Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 37: Foz do Iguaçu, 1999. <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br>> Acesso em 05/03/06.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** 7 ed. Campinas: Papirus, 1997.

SANCHO, A. (Dir.) OMT. Introdução ao Turismo. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Cornes. São Paulo: Roca, 2001 In: DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

SANTO, F. B. E.. **A Questão Agrária e o Turismo Rural na Zona da Mata Norte de Pernambuco.** Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Propriedades, comunidades e roteiros no turismo rural, 5. Edição Antonio Carlos Sarti, *et al.* Piracicaba: FEALQ, 2005.

SANTOS, E. de O. **O Agroturismo e o Turismo Rural em Propriedades da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.** Série Dissertações. Porto Alegre: Pallotti, 2004, p. 22.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SCHNEIDER, S. **As atividades não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes**. Cap. 3 da Tese de Doutorado. Agricultura Familiar e Pluriatividade. Porto Alegre: UFRGS, 2003

SELVA, V. S. F. Experiências de turismo rural no Agreste Meridional de Pernambuco. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998.

SICSÚ, A. B.; SILVA, K. S. **Desenvolvimento Rural na Zona da Mata canavieira do Nordeste Brasileiro: uma visão recente**. In: Seminário Interno: “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional com ênfases Agrícola e Rural no Brasil na Primeira Década do Século XXI.” Santiago, Chile, 2001.

RIBEIRO, S. V. P. **Para Entender o Turismo Rural: um estudo crítico**. Olinda, PE: Ed. do autor, 2004.

SILVA, G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, Coleção Pesquisas 1, UNICAMP/IE, 1999.

SPAROVEK, G. **A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras editora e gráfica, 2003.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: meio ambiente e economia**. São Paulo: Aleph, 2000, p. 59.

TORRENS, J. C. S. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. Boletim do Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais – DESER, Curitiba, nº 48, 2005.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1996.

APÊNDICE

**APÊNDICE A – OFICINA REALIZADA NO ASSENTAMENTO
AMARAJI EM 17 DE NOVEMBRO DE 2005.**

- ? Apresentação com uma dinâmica;
- ? Explanação do objetivo da oficina;
- ? Início dos trabalhos em grupo:

1° BLOCO

- ? Represente, através de um desenho, como é o Assentamento.
- ? O que é turismo?
- ? O que o turista deseja no meio rural?
- ? De que maneira vocês poderiam fazer parte da atividade turística?

2° BLOCO

- ? Qual o sistema produtivo predominante? Como ele funciona?
- ? Quais são as ações que estão sendo desenvolvidas no assentamento e quem são os responsáveis?
- ? Existe alguma cooperativa ou associação no assentamento? De que forma ela atua? Como melhor poderia atuar? O que falta?

Representar em desenho ou apontar no desenho já feito.

- ? Quais as potencialidades do assentamento e seu entorno para o turismo?
- ? Quais os impactos positivos e negativos do turismo no assentamento?

3° BLOCO

- ? Existem atividades não-agrícolas sendo desenvolvidas no assentamento? Quais?
- ? Existe interesse de inserir atividades não-agrícolas para complementar a renda da família? Quais seriam essas atividades?
- ? Quais os produtos ou serviços que podem ser oferecidos em cada parcela?
- ? Como é a relação Hotel-Fazenda, Resort e assentamento?

4° BLOCO

- ? Qual o destino da produção agrícola do assentamento?
- ? Como vocês gostariam que fosse essa produção agrícola?
- ? O que seria necessário para que o assentamento participasse da atividade turística?
- ? O que vocês acham que o turismo mudaria na vida de vocês? Ele é importante para o Município? De que forma?
- ? Representem, através de desenho, como seria o Assentamento Amaraaji dentro da atividade turística do Município.

**APÊNDICE B – ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE TURISMO
Sr^a. NILMA PAES BARRETO ALVES EM 21 DE MARÇO DE 2006.**

1. Quais são as propostas ou projetos que estão sendo desenvolvidos para o turismo no Município de Rio Formoso?
2. Vocês desenvolvem algum projeto que envolva o Assentamento Amaraji?
3. O Assentamento já procurou vocês demonstrando interesse em desenvolver a atividade?

APÊNDICE C - ENTREVISTA COM A Sr^a. ANA PAULA, ESPOSA DO PROPRIETÁRIO Sr^o. ROBERTO BEZERRA EM 20 DE MARÇO DE 2006.

1. Como ocorreu a desapropriação do Engenho?
2. Isso foi feito porque a usina foi à falência e como pagamento de dívidas trabalhistas realizou-se essa distribuição das terras?
3. Quantos funcionários vocês têm aqui no Hotel? Quantos deles são do assentamento?
4. Qual o tipo de turista vocês recebem aqui no Hotel?
5. Existe parceria com o Assentamento?
6. O Hotel compra a produção do Assentamento?
7. Qual a área ocupada pelo Hotel-Fazenda?
8. Como foi essa idéia de instalar um Hotel?
9. Na sua opinião, como poderia aumentar a participação dos assentados na atividade turística?

**APÊNDICE D - ENTREVISTA COM O AGRICULTOR FAMILIAR
Srº JOSÉ FRANCISCO DA SILVA EM 08 DE MARÇO DE 2006.**

1. Como foi a chegada do Srº. neste Assentamento?
2. O que mudou de lá pra cá no Assentamento?
3. Como é o sistema produtivo no Assentamento?
4. Por que o Srº. acha que eles ainda insistem tanto em plantar somente cana-de-açúcar?
5. Mas, tem alguma vantagem plantar cana?
6. E eles defendem alegando o quê?
7. Tem muita gente do assentamento que trabalha na usina ou produz só para usina?
8. O que é que o Srº. planta no assentamento?
9. E os outros assentados usam agrotóxicos?
10. Quando esse pessoal aplica esses agrotóxicos, eles usam alguma proteção? Luvas, máscaras, por exemplo?
11. Como é que o Srº. Comercializa essa produção?
12. O Srº. Acha que depois que começou a diversificar a produção, melhorou sua qualidade de vida?
13. O Srº. Realiza outro trabalho fora do assentamento? E os outros assentados fora trabalhar na usina, mas exerce outra atividade?

14. O Sr°. acha que o turismo seria uma boa idéia para o Assentamento?
15. Como é que o senhor entraria na atividade turística do Assentamento, um turismo para vocês, feito por vocês, como é que isso seria feito, o que é que seria oferecido nas parcelas de vocês?
16. Só voltando um pouquinho para a parcela do Sr°. , qual a ocupação da sua esposa?
17. E os filhos do Sr°.?
18. Eles foram embora do campo ou nunca trabalharam na zona rural?
19. Quantas pessoas trabalham com o Sr°. na parcela?
20. O Sr°. recebe aposentadoria, não é?
21. O Sr°. acha que falta o quê, apoio de quem? A Associação apóia vocês?
22. O pessoal que compra cana do assentamento, esse pessoal de usina, eles pagam mais barato? Vocês vendem mais barato do que os outros produtores maiores?
23. Além do tamanho da parcela, que é pequena, que o Sr°. disse, quais as outras dificuldades que o Sr°. encontra na parcela?
24. Mas vocês têm dificuldades porque o solo não resiste ou porque vocês não têm acesso?
25. Mas vocês têm apoio técnico, sempre?